

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

YURI SÁ OLIVEIRA SOUSA

**MACONHA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS:
A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA CANNABIS EM
CONTEXTOS MIDIÁTICOS**

**RECIFE
2013**

YURI SÁ OLIVEIRA SOUSA

**MACONHA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS:
A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA CANNABIS EM
CONTEXTOS MIDIÁTICOS**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Psicologia, do programa de pós-graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia

Orientação: Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima de Souza Santos.

**RECIFE
2013**

Catalogação na fonte

Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva CRB-4 1291

S725m	Sousa, Yuri Sá Oliveira. Maconha e representações sociais: a construção discursiva da cannabis em contextos midiáticos / Yuri Sá Oliveira Sousa. – Recife: O autor, 2013. 127 f. : il. ; 30 cm. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima de Souza Santos. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Pós-Graduação em Psicologia, 2013. Inclui bibliografia. 1. Psicologia. 2. Representações sociais. 3. Mídia – Imprensa. 4. Maconha – Aspectos sociais. I. Santos, Maria de Fátima de Souza (Orientadora). II. Título. 150 CDD (23. ed.) UFPE (CFCH2013-127)
-------	--

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**MACONHA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS:
A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA CANNABIS EM CONTEXTOS MIDIÁTICOS**

Comissão Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima de Souza Santos
1º Examinador/Presidente

Prof^a. Dr^a. Angela Maria de Oliveira Almeida
2º Examinador

Prof^a. Dr^a. Karla Galvão Adrião
3º Examinador

Prof^a. Dr^a. Renata Lira dos Santos Aléssio
4º Examinador

Recife, 27 de Fevereiro de 2013

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal de Pernambuco e ao Programa de Pós-graduação em Psicologia pelo apoio institucional necessário à realização desse trabalho;

Agradeço à Capes pela bolsa concedida, que possibilitou a realização desse trabalho.

Agradeço à professora Fátima Santos, pela sua contribuição na minha formação acadêmica, não só no que diz respeito à perspectiva das representações sociais, mas à base teórica e epistemológica construída nos últimos anos, produto de discussões em sala de aula, grupo de pesquisa e fora da universidade. Além disso, agradeço pela relação de orientação em que seriedade e rigor andaram ao lado de leveza e bom humor;

Agradeço às professoras e professores do PPG-Psi que de alguma forma se fizeram presentes nesse trabalho. Agradeço especialmente a Benedito, Isabel, Karla, Pedro e Renata;

Agradeço aos amigos e amigas do Labint e da turma do mestrado, que enriqueceram, inclusive afetivamente, a produção desse trabalho.

Agradeço, por fim, a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a construção dessa dissertação.

RESUMO

O campo das drogas é constituído por uma pluralidade de objetos que assumem diferentes formas e significados a depender do contexto de inserção. A cannabis – ou maconha, por sua vez, é a droga ilícita mais utilizada no Brasil e, além disso, tem movimentado debates em diferentes setores como os da política, saúde e direito. A pesquisa realizada teve o objetivo de analisar a construção social da maconha a partir de discursos produzidos em dois meios de comunicação: um jornal de circulação nacional e um fórum digital de discussão. Desse modo, foram realizados dois estudos complementares a partir do campo teórico-conceitual das representações sociais. De forma comum aos dois meios de comunicação abordados, se considerou todo o material textual veiculado no período de dois anos (2010 - 2012) cujo tema central fosse a maconha. No primeiro estudo foram analisadas 489 matérias do jornal Folha de S. Paulo. Os dados foram tratados com auxílio do software Alceste e em seguida foram realizadas análises de conteúdo. A partir do procedimento de Classificação Hierárquica Descendente o Alceste dividiu o material em 6 classes, permitindo identificar diferentes formas de discurso sobre o tema. A classe 1 apresentou a maconha como uma mercadoria do tráfico, objetivando-a nas apreensões policiais; a classe 4 também apresentou discursos sobre a apreensão de maconha, mas de forma relacionada especificamente à fronteira entre Brasil e Paraguai; a classe 2 contemplou notícias sobre casos de consumo de maconha que produzem alguma ruptura com a ordem cotidiana, como a descoberta do consumo entre celebridades e crianças; a classe 6 tratou da regulação política da cannabis, particularmente a partir de transformações legais experimentadas em outros países; na classe 5 a maconha surge como um objeto da medicina, tratando sobre os seus potenciais efeitos danosos e terapêuticos; por fim, a classe 3 apresentou a inserção da cannabis em manifestações da marcha da maconha. Para compor o material do segundo estudo, foram coletadas as produções do fórum digital Yahoo Respostas, totalizando 1058 publicações de participantes. Com auxílio do software Atlas.ti, os dados foram analisados pelo procedimento de análise de conteúdo temática. Os resultados inserem a maconha nas relações de consumo e tráfico de drogas, enfatizando a dimensão legal do objeto. Além disso, a maconha foi descrita como responsável pela emergência de fenômenos negativos: dependência; “porta de entrada” para outras drogas; tráfico e crimes violentos; sofrimento familiar; danos à saúde e mortes. De forma minoritária, o prazer decorrente do consumo e a cura de doenças foram mencionados. Apesar disso, os discursos dos participantes privilegiam a caracterização da maconha como uma droga marcadamente negativa. Tal resultado importa, por exemplo, para o entendimento do processo de estigmatização social da cannabis e dos seus usuários, que são comumente compreendidos a partir de lógicas criminosas, patológicas e de degradação moral. Por fim, os resultados dos dois estudos apontam para o caráter polêmico e polissêmico do processo de construção social da maconha no Brasil, demandando reflexão constante sobre os fenômenos psicossociais a ela relacionados.

Palavras-chave: maconha; mídia; comunicação; representações sociais

ABSTRACT

The field of drugs is constituted by a plurality of objects that take different forms and meanings depending on the context of insertion. Cannabis – or marijuana, in turn, is the most used illicit drug in Brazil, and besides it has generated debates in different sectors such as politics, health and Law. The research aimed to analyze the social construction of marijuana based upon conversations carried out in two forms of media: a nationwide newspaper and a digital discussion forum. Thus, two complementary studies were performed from the theoretical-conceptual field of social representations. All textual material published within two years (2010-2012) was equally considered regarding both forms of media approached whose main theme was marijuana. On the first study, 489 articles from the newspaper *Folha de S. Paulo* were analyzed. The data was examined with the help of the Alceste software followed by content analysis. The Alceste divided the material in 6 groups by using the Downward Hierarchical Classification procedure, which permitted the identification of different forms of discourse on the theme. Group 1 presented marijuana as a drug-dealing merchandise, materializing it in police apprehensions; group 4 also presented discourses about the apprehension of marijuana, specifically related to that in the border of Brazil and Paraguay; group 2 contemplated the news about cases involving the consumption of marijuana that produce some rupture with the daily life, such as the findings related to the consumption among celebrities and children; group 6 was about the political regulation of cannabis, particularly through legal transformations experienced in other countries; on group 5 marijuana arises as an object of Medicine, dealing with its potential harmful and therapeutic effects; finally group 3 presented the insertion of cannabis in the marijuana march demonstrations. In order to compose the material of the second study, the production collected from the digital forum Yahoo Answers resulted in a total of 1058 posts from its participants. With the help of the software Atlas.ti, the data was examined by the analysis procedure of thematic contents. The results insert marijuana in the consumption relations and drug dealing, emphasizing the legal dimension of the object. Besides, marijuana was described as being responsible for the emergency of negative phenomena: dependence; “an open door” to other drugs; drug dealing and violent crimes; suffering in family; health damages and deaths. In a minority way, the pleasure resulting from the consumption and the cure for diseases were mentioned. Nevertheless, the discourses from the participants privilege the characterization of marijuana as a markedly negative drug. Such result matters, for example, for the understanding of the cannabis social stigmatization process and its users who are commonly comprised through criminal and pathological logic and moral degradation. At last, the results of both studies indicate the controversial and polysemic aspect of the social construction process of marijuana in Brazil, demanding constant reflection about the psychosocial phenomena related to it.

Keywords: marijuana; media; communication; social representations

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	9
ABREVIATURAS E SIGLAS	10
1. INTRODUÇÃO	11
2. DO “MUNDO DAS DROGAS” À POLÊMICA DA MACONHA	15
2.1. As relações maconha-indivíduo	17
2.2. As relações maconha-sociedade	19
3. LINGUAGEM, REPRESENTAÇÃO (SOCIAL) E CONSTRUÇÃO.....	26
3.1. Linguagem: fragmentos de um campo (mais ou menos) disperso	27
3.2 A teoria e o fenômeno das representações sociais	34
3.3. Representações sociais e orientação discursiva	41
3.4. Considerações sobre mídia e comunicação	45
4. OBJETIVOS	51
4.1. Objetivo Geral.....	51
4.2. Objetivos Específicos	51
5. PERCURSOS METODOLÓGICOS	52
6. A MACONHA DOS JORNAIS	54
6.1 Material e método	54
6.1.1. Fontes	54
6.1.2. Procedimentos de coleta	55
6.1.3. Procedimentos de análise	56
6.2. Panorama geral	57
6.3. Maconha: Um caso de polícia	59
6.3.1. Classe 1: A droga e seus transportadores	59
6.3.2. Classe 4: Mercadoria de fronteira.....	61

6.4. Maconha: Usos e regulação social	63
6.4.1. Classe 2: Do uso privado à discussão pública	64
6.4.2. Classe 6: A dimensão coletiva do uso e a legalização	67
6.4.3. Classe 5: Ciência, saúde e uso medicinal	72
6.4.4. Classe 3: A marcha da maconha	75
6.5. Sobre que objeto estamos falando?	78
6.5.1. Considerações sobre a “Maconha: um caso de polícia”	78
6.5.2. Considerações sobre a “Maconha: usos e regulação social”	79
6.6. Considerações finais: a maconha dos jornais	81
7. A MACONHA DA MÍDIA SOCIAL	82
7.1 Material e método	82
7.1.1. Fontes	82
7.1.2. Procedimentos de coleta	85
7.1.3. Procedimentos de análise	85
7.2. Primeiros contatos	87
7.3 As múltiplas formas e relações da maconha	93
7.3.1. A (i)licitude da maconha em foco	95
7.3.2. A maconha e outras drogas.....	97
7.3.3. Maconha, namoro, amizade e família.....	98
7.4 As consequências do uso de maconha	101
7.5 Quem é o usuário de maconha?	106
7.5.1. O discurso da responsabilidade, autonomia e suas funções.....	108
7.5.2. O uso de maconha como falha moral	110
7.5.3. Criminoso, pecador ou doente	112
7.5.4. Considerações: a maconha, os maconheiros e o Yahoo Respostas.....	115
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
10. REFERÊNCIAS	122

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Dialogicidade e Representações Sociais	35
Figura 2 – Diagrama esquemático elaborado por Shannon (1948)	47
Figura 3 – Dendrograma elaborado a partir dos resultados do Alceste.....	58
Tabela 1 – Palavras características da classe 1.....	60
Tabela 2 – Palavras características da classe 4.....	62
Tabela 3 – Palavras características da classe 4.....	65
Tabela 4 – Palavras características da classe 6.....	68
Tabela 5 – Palavras características da classe 5.....	73
Tabela 6 – Palavras características da classe 3.....	76
Figura 4 – Página inicial do Yahoo Respostas	83
Figura 5 – Exemplo de resultados encontrados em sites de busca	83
Figura 6 – Exemplo de tópico no Yahoo Respostas	84
Tabela 7 – Descritivo sobre o número de respostas dos 31 tópicos	87
Figura 7 – Quadro de distribuição de títulos de perguntas por número de respostas	90
Figura 8 – Temas centrais das perguntas.....	91
Figura 9 – Domínios de relação da maconha	93
Figura 10 – Consequências atribuídas ao uso de maconha	102
Figura 11 – Discursos sobre o usuário de maconha	107

ABREVIATURAS E SIGLAS

ALCESTE	Analyse de Lexèmes Concurrent dans les Ennoncés Simples d'un Texte
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBD	Canabidiol
CHD	Classificação Hierárquica Descendente
DOF	Departamento de Operações de Fronteira
LABINT	Laboratório de Interação Social humana
OMS	Organização Mundial de Saúde
PF	Polícia Federal
PRF	Polícia Rodoviária Federal
RS	Representações Sociais
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
THC	Delta-9-tetrahydrocannabinol
TRS	Teoria das Representações Sociais
UC	Unidade de Contexto
UCE	Unidade de Contexto Elementar
UCI	Unidade de Contexto Inicial
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UR	Unidade de Registro
YR	Yahoo! Respostas

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa intitulada por “Maconha e representações sociais: a construção discursiva da cannabis em contextos midiáticos” teve o objetivo de investigar a construção social da maconha em duas formas de comunicação: um jornal de circulação nacional e um fórum digital de discussão. Dado que não há interesse de pesquisa desarticulado de uma história pessoal de quem a realiza, julgo importante apresentar, de forma mais ou menos cronológica, alguns percursos reflexivos que tornaram possível a chegada a esse objetivo.

Entre os anos de 2007 e 2008, enquanto cursava a graduação em psicologia, tive a oportunidade de participar simultaneamente de um grupo de pesquisa – o Laboratório de Interação Social humana (LabInt) – e de um estudo na área da saúde mental com uma etnia indígena de Pernambuco. Esses diferentes contextos me colocaram em contato com dois eixos de interesse acadêmico/profissional. Por um lado havia as discussões que dizem respeito aos processos de saúde e cultura e, por outro, mas não de forma mutuamente excludente, um aprofundamento na perspectiva teórica das representações sociais.

A partir de 2008, passei a atuar profissionalmente no eixo temático do uso de álcool e outras drogas – como acompanhante terapêutico e redutor de danos – ao mesmo tempo em que participava de pesquisas em representações sociais. Essa forma de trabalhar na psicologia social, dentre outras que levariam a interpretações semelhantes, me permitiu compreender as relações das pessoas com as drogas como constituídas a partir de interações sociais diversas. Portanto, não se tratavam apenas de relações com determinadas substâncias psicoativas, mas também de interações com os outros (grupos sociais diversos e instituições, por exemplo), repercutindo nas suas práticas de uso e cuidado, bem como nas dimensões de autoconceito, autopercepção e autoestima. Nesse sentido, os processos de sofrimento psíquico vividos por aqueles que faziam uso problemático de álcool e outras drogas diziam respeito à forma como esses objetos – as drogas – eram construídos e vividos no cotidiano.

Essa forma de interpretar o campo temático me levou a formular um primeiro projeto de pesquisa para entrada no mestrado que, ao final do primeiro semestre de 2011, ganhou o título de “Drogas psicoativas em jornais de Pernambuco: um estudo em representações sociais”. Nessa ocasião, pretendia-se analisar representações sociais sobre drogas psicoativas em discursos produzidos por jornais de Pernambuco. Em outras palavras, buscava-se compreender o que se entendia por drogas; que objetos eram categorizados como drogas; e o que (e como) se discutia sobre drogas. A despeito da relevância do estudo proposto, passei a

me inquietar com a não especificidade do objeto com que eu estava lidando, além das dificuldades metodológicas que a pouca delimitação temática trazia ao estudo.

Nessa mesma época, passei a estar mais atento aos processos psicossociais relacionados ao uso de maconha no Brasil e, especialmente, a uma polêmica que parece ter se acentuado nas discussões públicas. Ao aprofundar o tema, me deparei com um campo relativamente pouco estudado, mas que configura um mote importante para a discussão de algumas questões sobre uso de drogas no Brasil e no mundo. De fato, quando afirmo que se trata de um tema pouco estudado, refiro-me ao campo das ciências humanas ou, mais especificamente, a estudos de cunho psicossocial.

Em levantamento realizado no portal CAPES¹, foram encontradas 32 teses e dissertações publicadas nos últimos cinco anos que trataram da maconha como objeto específico de estudo. Dessas, apenas três direcionaram suas análises a processos psicossociais. Das restantes, empregam-se análises relativas a temas como o cultivo de maconha no Nordeste brasileiro; as relações entre desempenho motor e cognitivo e o uso de cannabis; desenvolvimento de técnicas de análise bioquímica com amostras de maconha, entre outros. Mas, sobretudo, os temas de pesquisa que ganharam mais destaque nos últimos cinco anos estão relacionados às pesquisas sobre os efeitos de canabinóides, bem como àquelas que abordam questões sobre diagnóstico e tratamento dos casos de dependência de maconha. Nota-se que esse levantamento não teve o objetivo de mapear o universo de pesquisas realizadas no Brasil sobre o tema, mas, de forma mais modesta, de identificar focos de interesse com relação ao objeto de pesquisa.

De forma similar, em levantamento realizado no portal SciELO² com os descritores “maconha”, “cannabis”, “canábis” e “cânhamo”, foram encontrados 321 resultados. Desses, 87 abordam a maconha como objeto de estudo específico, enquanto os outros apenas a incluem nos seus resultados e análise como objeto secundário. De forma similar ao que foi encontrado dentre as teses e dissertações, os temas mais frequentes dos artigos estão relacionados às ciências médicas e, de forma mais particular, à psiquiatria e farmacologia. Novamente, o tema de maior destaque se volta aos canabinóides e seus efeitos, sejam eles associados aos danos à saúde ou direcionados ao uso medicinal. A respeito do foco em processos psicossociais, foram identificados apenas 8 trabalhos, sugerindo, talvez, uma menor ênfase nos processos sociointerativos relacionados à maconha em detrimento dos estudos de caráter farmacológico ou de áreas afins. Nota-se que, apesar de identificar esses trabalhos, não

¹ De 2007 a 2011. Disponível em: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/> Acesso: jul. 2012

² De 1989 a 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org> Acesso: 25 nov. 2012.

pretendo discutir aqui seus resultados de forma sistemática, ao passo em que esses são utilizados ao longo da discussão. O que pode ser depreendido desse levantamento, portanto, é que parece haver pouco interesse das produções científicas brasileiras sobre os processos psicossociais relacionados à maconha, sobretudo àqueles que envolvem comunicações cotidianas e suas implicações para a construção simbólica do objeto.

Além desse panorama que diz respeito ao campo temático, a pesquisa aqui apresentada inclui nos seus objetivos uma discussão teórica, a saber, as relações entre a Teoria das Representações Sociais (TRS) e os campos da linguagem e comunicação. Com fins de aprofundar essas relações teóricas e o conhecimento sobre a construção do objeto, foram realizados dois estudos independentes, mas relacionados, abordando duas formas de comunicação midiática. Isso significa dizer que, ainda que algumas de suas características sejam discutidas, as formas de mídia aqui abordadas não configuram o objeto central de análise. Em outras palavras, trata-se de uma análise psicossocial sobre a construção social da maconha e não de uma análise sobre uma ou outra mídia. Os resultados, então, devem suscitar a discussão temática e teórica sobre alguns dos processos de construção social da realidade relacionados à maconha.

Dito isso, para apresentar e discutir os resultados da pesquisa chamada “Maconha e representações sociais: a construção discursiva da cannabis em contextos midiáticos”, essa dissertação foi estruturada a partir de alguns capítulos-chave.

Naquele denominado como “Do ‘mundo das drogas’ à polêmica da maconha”, foi abordado de forma direta o campo temático com o qual a pesquisa se relacionou. Nele discute-se inicialmente os fenômenos de uso de drogas de forma geral até chegar na maconha como objeto social específico com inserções e repercussões consistentes em diversos contextos. Dentre essas discussões, destacam-se aquelas advindas do campo da saúde, direitos humanos, políticas públicas, entre outros.

O capítulo seguinte, intitulado por “Linguagem, representação (social) e construção” teve o objetivo de situar os pressupostos teóricos que fundamentam a realização da pesquisa e a interpretação dos seus resultados. Nesse tópico são desenvolvidas discussões sobre a Teoria das Representações Sociais em articulação com algumas correntes teóricas do campo de estudos da linguagem. Por fim, é enfatizada a chamada orientação discursiva da TRS, caracteristicamente marcada por elementos da pragmática e do construcionismo social.

Nos capítulos intitulados por “A maconha dos jornais” e “A maconha da mídia social” são apresentados os resultados e discussão dos dois estudos realizados a partir da Folha de S. Paulo e da plataforma do Yahoo Respostas, respectivamente. O primeiro estudo insere o

objeto em temas como: tráfico de drogas e segurança pública; ciência, saúde e medicina; formas de uso e regulação social da maconha. O segundo, por sua vez, constrói a maconha como um objeto ora ameaçador e destrutivo, ora vinculado ao prazer do uso recreativo ou mesmo como um medicamento em potencial. Os resultados desses estudos são discutidos tanto a partir das formas que a maconha assume nos discursos analisados, como dos seus potenciais efeitos na construção de outros objetos sociais, práticas e categorias identitárias³.

Por último, nas considerações finais, são realizadas algumas reflexões sobre os dois estudos desenvolvidos, retomando características gerais, limites e outras possibilidades de análise. Além disso, discute-se brevemente acerca de possíveis relações entre os resultados e o desenvolvimento teórico das representações sociais.

³ A referência a processos identitários têm origem na perspectiva desenvolvida por Tajfel em sua teoria da identidade social (1982). Desse modo, tratam-se de dinâmicas que concernem às relações intergrupais, processos de categorização e comparação social, envolvendo, portanto, as dimensões de pertença social e autoconceito (VALA, 1993). Essas noções, por sua vez, são abordadas a partir de uma perspectiva discursiva e qualitativa de análise, compreendendo que a construção social da maconha produz também categorias identitárias a ela relacionadas no decorrer das comunicações.

2. DO “MUNDO DAS DROGAS” À POLÊMICA DA MACONHA

Nas comunicações cotidianas, incluindo as produções midiáticas, é comum se falar em um “mundo das drogas”. Nas ciências sociais, como discute Gilberto Velho (1994), a ideia de “mundo” se relaciona com o entendimento de que seria possível classificar diferentes domínios de realidade ou universos separados por fronteiras sociológicas. Segundo esse autor, pensar na existência de um “mundo das drogas” implicaria em admitir a existência de um recorte sociológico específico a esses objetos, recorte esse a partir do qual modos particulares de organização e construção social emergiriam, incluindo comportamentos, valores, estilos de vida e visões de mundo. A partir dessa ideia bastante disseminada, Velho (1994) argumenta que, embora seja possível fazer esse tipo de caracterização (de forma bem genérica), não há nos fenômenos relacionados ao uso de drogas atributos universais que prescindam de um movimento de relativização e contextualização.

Diante dessa reflexão, os fenômenos relacionados às drogas parecem ser caracterizados mais por uma pluralidade de sentidos e práticas sociais do que por uma uniformidade latente a qualquer substância. Além disso, diferente do que algumas vezes se pensa, o uso de drogas não é uma prática recente, tampouco exclusiva da contemporaneidade. Segundo Mota (2009), o uso de substâncias psicoativas é um fato recorrente em toda a história da humanidade, estando relacionado principalmente a fins alimentares, medicinais, ritualísticos e recreativos. O que se pode dizer é que ao longo da história as práticas de uso sofreram e continuam sofrendo alterações, seja pela produção de novas drogas, seja pelas próprias características culturais adquiridas em contextos específicos. Atualmente, entretanto, os debates científicos têm abordado cada vez mais o uso de drogas de forma a destacar fenômenos problemáticos, tanto da ordem da saúde individual e coletiva, como da segurança pública (GARCIA; LEAL; ABREU, 2008). Essa ênfase dada aos problemas relacionados ao uso parece, ainda, reforçar uma visão reducionista dos fenômenos, além da consequente estigmatização das drogas ilícitas e dos seus usuários (MACRAE, 2000).

Aliada a essas discussões, está o próprio conceito de droga que, relacionado a uma diversidade de situações, usuários e culturas, guarda em si uma pluralidade de sentidos. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (2006), substâncias psicoativas, ou drogas psicoativas, são aquelas que quando inseridas no organismo têm a capacidade de alterar funções do sistema nervoso central, tais como: consciência, pensamento, afeto e humor. Dessa forma, reconhecer a ação farmacológica relacionada ao termo pode ser bastante útil para que

haja algum tipo de unificação conceitual na abordagem do tema no âmbito científico. Entretanto, hoje é comum reconhecer que uma abordagem exclusivamente bioquímica não é suficiente para tratar dos fenômenos que o tema demanda.

Nesse sentido, entende-se que a droga é muito mais do que a substância química. Ela se insere nas práticas sociais dos sujeitos e, portanto, é passível de assumir diferentes significados em contextos sócio-históricos distintos (MACRAE, 2000). Alguns autores, como Bucher e Lucchini (1992), chegam a afirmar que a droga não existe *a priori*, mas que são os atos simbólicos e as motivações dos sujeitos que transformam dada substância nessa categoria. O que nos interessa em meio a essa discussão, entretanto, não é marcar a inexistência desse objeto, mas enfatizar a sua construção como realidade social. Desse modo, o termo não é capaz de designar um objeto universal, mas são os significados construídos e compartilhados sobre objetos específicos que produzem dada realidade social: a droga. Além disso, tais significados são efeitos de processos históricos, inseparáveis de questões morais, religiosas, políticas, econômicas, ideológicas, entre outras. A licitude ou ilicitude de uma droga é, inclusive, resultante desses mesmos processos, não podendo ser explicadas apenas pelas características farmacológicas de determinada substância (OMS, 2006).

Retomando a expressão “mundo das drogas” discutida por Velho (1994), pode-se pensar que, embora o seu uso seja inadequado como um conceito dentro das ciências humanas, cabe discuti-lo pelo seu caráter metafórico. Falar em um “mundo das drogas” usualmente produz um sentido de equivalência entre todas as drogas (costumeiramente as ilícitas), pois elas fariam parte de um mesmo recorte sociológico e estariam relacionadas aos mesmos fenômenos. Abordar a maconha como objeto de estudo, por sua vez, implica em realizar o movimento contrário a essa ideia. Significa ressaltar as especificidades dos fenômenos a que essa droga se relaciona. Busca-se, então, uma discussão que não coloque todas as drogas em um mesmo patamar, mas que, a partir de um olhar circunscrito a apenas um objeto – a maconha – seja possível fornecer novos elementos de compreensão para os fenômenos sociais a ela relacionados. Ainda assim, é preciso lembrar que, mesmo quando se toma a maconha em suas especificidades, se fala de uma realidade igualmente heterogênea, em que generalizações descontextualizadas devem ser evitadas.

Com o propósito de apontar algumas discussões concernentes a esse objeto, apresenta-se em seguida “as relações maconha-indivíduo” e “as relações maconha-sociedade”. Nota-se que essa é uma divisão puramente didática e tem apenas o objetivo de ilustrar a inserção do objeto maconha nas chamadas dimensões individuais e coletivas. Em seguida, assinala-se a

especificidade de um estudo em representações sociais com esse objeto, reforçando a interdependência entre sujeito e sociedade.

2.1. As relações maconha-indivíduo

Da perspectiva farmacológica, os canabinóides são as substâncias características da *Cannabis sativa*⁴. Entre esses, o principal com propriedades psicoativas é o delta-9-tetra-hidrocanabinol, ou THC (OMS, 2006). A maioria dos outros canabinóides não tem propriedades psicoativas ou possui fraca atividade, ainda que possam interferir nos efeitos do THC aumentando ou diminuindo sua potência (BORDIN et al, 2010). Apesar disso, no âmbito das pesquisas relacionadas às propriedades medicinais da maconha, não só o THC tem importância, mas outros canabinóides presentes na planta também têm efeitos considerados relevantes, especialmente o CBD.

As pesquisas farmacológicas que movimentam o debate sobre o uso medicinal da cannabis têm estreita relação com a descoberta do chamado sistema endocanabinóide, sistema esse no qual a atuação dos canabinóides ocorre. De acordo com Malcher-Lopes e Ribeiro (2007), esse sistema é composto por circuitos neurais presentes em diversas estruturas e envolvem funções adaptativas importantes, tais como: regulação do apetite; de respostas emocionais como ansiedade, medo e estresse; modulação da dor; regulação da motricidade; sensação de recompensa, entre outras. Junto à descoberta desse sistema, as pesquisas apontaram a existência de canabinóides de origem endógena, os endocanabinóides. Atualmente, portanto, existem três categorias de canabinóides: os de origem endógena; os fitocanabinóides, derivados da maconha; e os sintéticos, produzidos, por exemplo, a partir da estrutura molecular de fitocanabinóides (SAITO, V. M.; WOTJAK, C. T.; MOREIRA, 2010).

A ampla gama de funções a que o sistema endocanabinóide se relaciona é explicada pela forte presença dos receptores que interagem com os canabinóides: os receptores CB1 e CB2, descobertos respectivamente em 1988 e 1993 (FRANCISCETTI; ABREU, 2006). De forma geral, o mau-funcionamento do sistema endocanabinóide está relacionado a alterações comportamentais prejudiciais e até ao desenvolvimento de transtornos psiquiátricos (SAITO; WOTJAK; MOREIRA, 2010).

⁴ De acordo com Inaba e Cohen (1991), existem três tipos principais de cannabis. A *Cannabis Sativa* é a mais conhecida e cultivada; a *Cannabis indica* possui menor potencial psicoativo, mas também é bastante utilizada; e por fim, a *Cannabis ruderalis* não possui componentes psicoativos. Por essa razão, o termo *Cannabis sativa* é utilizado algumas vezes como sinônimo de maconha, ainda que se tenha conhecimento das outras formas de *Cannabis* existentes.

Essas descobertas, portanto, têm motivado pesquisadores a analisar o potencial terapêutico dos canabinóides presentes na maconha. Estudos realizados nesse sentido têm demonstrado efeitos positivos no controle de náuseas e vômitos, por exemplo, ou mesmo na estimulação do apetite em pacientes com câncer ou com síndrome da imunodeficiência adquirida – AIDS (BORDIN et al, 2010; CARLINI, 2006; OMS, 2006). Além disso, seus efeitos analgésicos e anticonvulsivantes são algumas vezes descritos como clinicamente relevantes, mas demandam ainda mais pesquisas (BORDIN et al, 2010; OMS, 2006). De forma mais otimista, Malcher-Lopes e Ribeiro (2007) ampliam as possibilidades e consideram que as pesquisas com canabinóides podem auxiliar também no tratamento de problemas como anorexia, doenças autoimunes, mal de Parkinson, epilepsia, transtornos de ansiedade e depressão. De acordo com esses autores, há um potencial fantástico nas pesquisas com a maconha no sentido de desenvolver medicamentos importantes, potencial esse que tem sido ignorado ou negado por alguns pesquisadores.

Ao encontro dessa ideia, Carlini (2006) ressalta que o processo de demonização da maconha, que a transformou em um objeto considerado necessariamente como perigoso, tem gerado efeitos negativos nas pesquisas relacionadas ao uso medicinal da maconha. Segundo esse autor, ainda que se tenha conhecimento dos efeitos terapêuticos relatados em diversos estudos científicos, há no Brasil e no mundo sérias resistências em compreender essa droga como um medicamento. Essas questões movimentam um grande e controverso debate a respeito dos benefícios e dos danos relacionados ao uso terapêutico da maconha. Assim, não só emergem discussões científicas, mas também argumentos morais, políticos e jurídicos, na medida em que se relacionam a um objeto imbuído de significados culturais e regulado por legislações e práticas específicas, o que muitas vezes dificulta a realização de novas pesquisas.

Fora do contexto de uso medicinal, podem ser encontradas várias formas de *Cannabis Sativa* que resultam em concentrações distintas do THC. De acordo com Bordin et al (2010), as formas mais conhecidas são a maconha, o haxixe e o óleo de *hash*. A maconha, também conhecida como *marijuana*, erva, *back*, fumo, entre outros, é uma mistura composta por partes secas da planta. O haxixe é uma resina proveniente da planta seca e das suas flores e sua concentração de THC é de cinco a dez vezes maior do que a da maconha tradicional. O óleo de *hash*, por sua vez, é ainda mais potente e é extraído do haxixe ou da maconha com a utilização de solventes. O resultado é um extrato que é filtrado e purificado com a intenção de se elevar a concentração de THC (BORDIN et al, 2010).

Várias formas de uso da cannabis já foram tentadas, mas o meio mais comum de utilização é através do fumo ou, de forma menos comum, pela ingestão oral (OMS, 2006). A utilização do THC por via intravenosa é ainda muito rara, visto que esse componente é insolúvel em água e pode causar dores e/ou inflamação no local aplicado (BORDIN et al, 2010). O pico de concentração de THC pelo fumo se dá entre 15 e 30 minutos após o uso, mas os efeitos subjetivos duram cerca de 2 a 6 horas (OMS, 2006). Pela via oral, entretanto, a absorção do THC se dá mais lentamente, assim os efeitos podem demorar 1 hora ou mais para se estabelecerem, podendo durar mais de 5 horas (BORDIN, et al, 2010). Dentre os efeitos psicoativos mais comumente percebidos e relatados estão: mudanças emocionais, como euforia e relaxamento; alterações perceptivas, como distorção do tempo e aguçamento das experiências sensoriais; percepção de maior criatividade e autoconfiança (BORDIN et al, 2010; OMS, 2006). Além desses, os sintomas desagradáveis mais comumente relatados estão relacionados à ansiedade, paranoia, confusão e pânico (BORDIN et al, 2010).

Por outro lado, esses efeitos não podem ser considerados como regra, variando consideravelmente entre pessoas, grupos, situações e contextos específicos. Como bem salientam MacRae e Simões (2003), as redes de sociabilidade nas quais os sujeitos se inserem possibilitam experiências de aprendizagem tanto no reconhecimento dos efeitos que devem ser atribuídos ao uso, como no controle desses a fim de obter resultados desejáveis. Com isso, a experiência pessoal é sempre permeada por significados e práticas sociais. Ainda que o uso aconteça sozinho, o usuário traz consigo suas relações, bem como sentidos que compartilha a respeito do uso de maconha.

2.2. As relações maconha-sociedade

Em termos globais de consumo, sabe-se que a maconha é a droga mais utilizada dentre os usuários de substâncias ilícitas (OMS, 2006; UNODC, 2011). Em estudo realizado no ano de 2009 pelo *United Nations Office on Drugs and Crime* (UNODC, 2011), concluiu-se que cerca de 125 a 203 milhões de pessoas entre 15 e 65 anos fizeram uso de cannabis pelo menos uma vez no ano anterior. Esse número corresponde ao intervalo entre 2,8% a 4,5% da população mundial. No Brasil, dentre as drogas ilícitas se encontra um cenário parecido no que diz respeito ao uso da maconha com maior índice de prevalência. De acordo com o II Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil, realizado em 2005 (CARLINI et al, 2007), estima-se que 8,8% da população tenha feito uso dessa droga pelo

menos uma vez na vida. Cumpre observar que esse dado sobre o “uso na vida” é menor do que estimativas realizadas em países como EUA (40,2%), Reino Unido (30,8%), Dinamarca (24,3%), Espanha (22,2%) e Chile (22,4%). Por outro lado, é superior aos números da Bélgica (5,8%) e Colômbia (5,4%) (CARLINI et al, 2007).

Esses dados, de cunho epidemiológico, remetem a uma realidade vivida no Brasil e no mundo em termos de consumo, apontando para a relevância social desse objeto. No entanto, os fenômenos relacionados ao uso de drogas se referem a práticas inscritas cultural e historicamente, remetendo a uma leitura que não deve ser reduzida aos padrões de consumo. Novamente, mais do que uma planta com propriedades psicoativas, a maconha é um objeto construído simbolicamente ao longo da história.

De acordo com MacRae (2000), a cultura de cânhamo⁵ se origina na China e remonta a cerca de 4000 anos A.C.. Nesse país há registros, baseados em materiais de cerca de 3000 anos A.C., de que essa planta permitia a comunicação com espíritos e promovia o alívio do corpo, porém, se utilizada em excesso, poderia causar males como alucinações indesejadas. Entretanto, registros históricos relacionados ao uso de cânhamo não se restringem à China, como MacRae (2000) descreve:

Também na Índia a tradição brâmane considerava que ele agilizava a mente, autorgando longa vida e potentes desejos sexuais. Os budistas o usavam como auxiliar nas meditações. Era também usado medicamentosamente em tratamentos oftalmológicos, contra a febre, insônia, tosse seca e disenteria. Na Assíria do século IX A.C. era usado como incenso, assim como entre os citas e os egípcios. Na Europa Ocidental, no século VII A.C., os celtas da região da atual Marselha comerciavam cordas e estopa de cânhamo com todo o Mediterrâneo. Achados arqueológicos na área incluindo vários cachimbos, e a fama dos druidas como conhecedores de filtros e medicamentos, são também tomados como indicadores de que essa cultura também deveria conhecer seu emprego como alterador de consciência (p. 26-27).

Esses registros indicam a presença do uso da cannabis em uma ampla variedade geográfica e cultural. Pode-se observar uma pluralidade de fins atribuídos às suas propriedades psicoativas, como a relação com a espiritualidade, meditação e práticas

⁵ Como também é conhecida a *cannabis*. Inclusive, a palavra em português “maconha” é um anagrama da palavra “cânhamo” (CARLINI, 2006). Por outro lado, algumas vezes a palavra cânhamo é utilizada somente para fazer referência à planta masculina da *cannabis*. Como se sabe, dentre essas plantas, há a divisão entre exemplares masculinos e femininos. Os canabinóides, por sua vez, são encontrados em maior quantidade nas plantas femininas (MALCHER-LOPES; RIBEIRO, 2007). Visto que as unidades masculinas têm baixíssimo potencial psicoativo, elas geralmente são utilizadas como matéria prima na fabricação de tecidos, cordas, entre outros. Por essa razão, alguns autores fazem distinção entre “maconha” e “cânhamo”, algo como “duas irmãs” de uma mesma família, como descreve Gabeira (2000). Nessa pesquisa, entretanto, utilizou-se os dois termos de forma intercambiável, ainda que em determinadas situações seja mais adequado utilizar um e não outro.

hedonistas. Além disso, não só as propriedades psicoativas parecem ter sido aproveitadas, mas também são indicados os usos para fins medicinais e também como matéria prima na construção de cordas e tecidos.

No Brasil, Carlini (2006) afirma que de certa forma a história do nosso país se relaciona intimamente com a *Cannabis sativa*. De acordo com esse autor, desde a chegada das primeiras caravelas em 1500, os portugueses trouxeram o cânhamo, pois tanto as velas como as cordas utilizadas nas embarcações eram feitas da fibra da cannabis. No entanto, esse transporte dos portugueses não parece remeter ao uso com fins psicoativos. Dessa forma, costuma-se atribuir a entrada da maconha no Brasil, a partir de 1549, aos negros escravizados (CARLINI, 2006), sendo essa droga, por muito tempo, parte importante da cultura negra do Norte e do Nordeste (MACRAE; SIMÕES, 2003). Ao longo do tempo o uso psicoativo da planta se disseminou entre os escravos, mas também alcançou os índios, que começaram a cultivá-la para uso próprio (CARLINI, 2006).

Carlini (2006) chama atenção de que até então não havia muito interesse ou preocupação da elite branca com esse uso, visto que atingia as camadas socioeconômicas mais baixas. Na segunda metade do século XIX, começou a se disseminar o conhecimento sobre os efeitos hedonísticos da maconha e, além disso, o uso medicinal da planta passou a ser mais popular. Como um produto farmacêutico aceito pela classe médica, a maconha passou a ser indicada em casos de problemas respiratórios (pelo seu efeito broncodilatador), insônia, entre outros (CARLINI, 2006).

Até a década de 1930 a cannabis ainda constava nos compêndios médicos como um medicamento, mas foi nessa mesma década que o movimento de repressão ao seu uso ganhou aderência no Brasil (CARLINI, 2006). Apesar de desde o século XIX já haver certas restrições a respeito do consumo urbano de maconha, ele continuou sem maiores restrições na maior parte do país. Mas foi em 1936 que a proibição em todo território nacional foi promulgada (MACRAE; SIMÕES, 2003). Segundo MacRae e Simões (2003), essa proibição foi precedida de inúmeras campanhas explicitamente racistas que apelavam à origem africana da cannabis e, associando seus efeitos ao ópio, argumentavam que essa droga seria uma ameaça à “raça brasileira”. Com essa proibição, práticas de vigilância e controle relacionadas à população negra, considerada uma classe perigosa, parecem ter sido legitimadas. Qualquer negro tornava-se um suspeito (MACRAE; SIMÕES, 2003). É interessante observar que o apelo a argumentos racistas no processo de desqualificação da maconha e de seus usuários também ocorreu nos Estados Unidos. Nesse país, durante o início do século XX, a população

mexicana passou a ser relacionada à inserção e aos males da *marijuana*, a então erva da loucura (BASTOS, 1999).

No Brasil, durante os anos 50, o uso de maconha passou a ser largamente discutido pelos meios de comunicação de massa e, nesse período, a droga passou a ser associada à delinquência e à doença mental, esta última a partir da classe médica (MACRAE; SIMÕES, 2003). A partir dos anos 60, como descreve Velho (1994), o uso de cannabis ganha significados novos, sendo de modo geral associado a um ideal ou estilo de vida alternativo, estilo esse que era influenciado por movimentos de liberdade amorosa, sexual, material, entre outros. Apesar de não se poder tratar como um movimento homogêneo, esse estilo de vida tem estreita relação com uma crescente popularização da maconha entre grupos diversos.

Dessa forma, a partir dos anos 70, como ressaltam Malcher-Lopes e Ribeiro (2007), a maconha passa a ser uma das marcas da contracultura e do movimento *hippie*, sendo popular entre estudantes universitários, intelectuais, anarquistas, pacifistas e artistas, por exemplo. Entretanto, apesar da aparente aceitação, nessa mesma década durante o regime militar houve mais uma onda de alarme social, em que o centro da discussão passa a ser a juventude de classe média. Esses jovens configuraram, então, uma nova “classe perigosa”, que representava uma ameaça cultural ao país levantando questões relacionadas às transformações sociais vividas. Nos anos 80, o uso recreativo da maconha, considerado não problemático, ganhou mais aceitação entre grandes setores da classe média, mas essa aceitação passa a coexistir com os elementos anteriores, de cunho negativo (MACRAE; SIMÕES, 2003).

Essa rápida trajetória a respeito da história da maconha no Brasil permite realizar algumas reflexões. De início, cumpre observar que houve mudanças, desde o período colonial até hoje, nas formas de se utilizar e nos sentidos atribuídos a esse objeto. Inicialmente, o seu uso era restrito a grupos marginalizados e pouco tinha relevância para os grupos de elite. Nota-se um período em que essa droga passa a ser utilizada com fins medicinais e ganha espaço entre a classe média, não mais ficando restrita às “classes perigosas”. Entretanto, com o fortalecimento de movimentos de repressão ao uso de maconha e sua proibição legal, se estabelece uma nova forma de estigmatização dos usuários, agora criminosos ou doentes mentais. Com isso, pode-se observar ao longo dos anos a associação da maconha à rebeldia, violência, transgressão, entre outros significados negativos.

Além de ser possível identificar diferentes formas de se pensar esse objeto social em períodos históricos distintos, esses processos passados nos fornecem elementos de compreensão de muitos dos sentidos hoje atribuídos à maconha. Como ressaltam MacRae e

Simões (2003), apesar de se saber da possibilidade de usos não problemáticos de cannabis, essa droga ainda é percebida como algo perigoso ou ameaçador.

Atualmente o debate em torno da maconha é bastante heterogêneo e igualmente polêmico. No âmbito científico tem sido comum encontrar, por exemplo, produções que discutem a possibilidade do uso medicinal da cannabis (CARLINI, 2006; OMS, 2006), do uso dessa droga como uma estratégia de redução de danos para lidar com a dependência do crack (RIBEIRO; SANCHEZ; NAPPO, 2010), ou ainda no seu uso como uma forma de terapia de substituição potencialmente proveitosa em casos de dependência de outras drogas (MACRAE; GORGULHO, 2003). Todas essas questões se relacionam em alguma medida com o estatuto legal da maconha, envolvendo, assim, uma dimensão política inseparável desse objeto.

Seja através dos temas da saúde, violência, política ou direitos humanos, nos últimos anos as discussões sobre maconha parecem ter ganhado maior visibilidade, não só no meio acadêmico, mas em diversos espaços, como nos meios de comunicação de massa, movimentos sociais e produções artísticas e culturais. Parte desse grande debate público tem emergido junto aos acontecimentos decorrentes da chamada “marcha da maconha”.

Quando se refere à marcha da maconha, essa expressão pode ser entendida a partir de dois sentidos complementares: a marcha como um acontecimento e a marcha como um movimento. Como um acontecimento, a marcha da maconha é um evento que ocorre anualmente em diversas cidades do Brasil. É uma manifestação pública que visa evidenciar os posicionamentos da marcha (movimento) sobre questões relacionadas aos usos de maconha. No sentido de um movimento social, a marcha da maconha funciona de maneira mais ou menos descentralizada. Apesar disso, existe um núcleo que atua no sentido de manter o funcionamento de um blog e um fórum de discussão online. Essas plataformas digitais servem de base para articulação de uma rede de colaboradores que organizam as marchas (eventos), promovem discussões e compartilham informações. Além dessas formas de comunicação, existem reuniões presenciais de organização promovidas pelos núcleos descentralizados.

Esse movimento, entretanto, faz parte de um grande debate, não só em torno do uso de maconha, mas do uso de drogas de forma geral, a partir de discussões que questionam o modelo estritamente proibitivo adotado na maior parte dos países do mundo. Esse modelo, também chamado de proibicionismo, funciona como um conjunto de valores políticos, morais e sociais fundamentados na compreensão de que o Estado deve reprimir o consumo e a circulação de determinadas drogas (RODRIGUES, 2008). O proibicionismo, portanto, não se expressa apenas nas leis, mas também nos discursos cotidianos, produções científicas, entre

outros contextos. Em face da percepção dos danos sociais decorrentes dessa forma de lidar com a questão do uso de drogas, alguns grupos e estudos têm apontado a sua falência e discutido a possibilidade da criação de sistemas políticos alternativos. O documentário independente “Cortina de Fumaça”, por exemplo, é uma das produções artísticas que se apropria dessa questão. Dirigido por Rodrigo Mac Niven, esse documentário aborda as relações do ser humano com as drogas psicoativas e, dentre elas, a maconha. Trata-se de uma obra que discute as políticas sobre drogas no Brasil e no mundo, apontando a necessidade de reformulações legais em torno de drogas específicas.

Numa direção similar, ainda em 2011, foi produzido outro documentário, chamado “Quebrando o Tabu”, dirigido por Fernando Grostein Andrade. Nesse último, a maconha aparece como mote de grande parte das discussões sobre os efeitos do proibicionismo e da chamada “guerra contra as drogas” e também aponta fragilidades nas políticas atuais sobre drogas no Brasil. Esse longa metragem tem como participação central a do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso (FHC), além de contar com outros nomes públicos como os ex-presidentes dos Estados Unidos Bill Clinton e Jimmy Carter, do médico Drauzio Varella e do escritor Paulo Coelho.

Como era de se esperar, a participação de figuras públicas nessa discussão foi acompanhada, novamente, de uma grande visibilidade em torno do debate sobre o uso de maconha no Brasil. A edição especial sobre maconha da revista Trip, veiculada em junho de 2011 (TRIP, 2011), é também ilustrativa da relevância social que o tema possui, dado o caráter nacional de sua circulação. Nessa edição, são discutidas várias das questões do debate atual, tanto no cenário científico, como social e político, culminando, inclusive, no posicionamento explícito da revista em favor de uma mudança legislativa. Grandes temas como o uso medicinal da cannabis e as políticas sobre drogas do Brasil e do mundo são articulados com os depoimentos de pesquisadores, políticos, militantes de movimentos sociais, artistas, esportistas, entre outros, no sentido de fortalecer a discussão contra modelos políticos totalmente proibicionistas.

A revista Veja (2012), por sua vez, também publicou em outubro de 2012 uma edição em que a maconha surge como matéria de capa. Entretanto, esse exemplar propõe discutir as descobertas da medicina sobre os seus danos físicos e cognitivos, produzindo um discurso alarmista com relação aos efeitos dessa droga, tratada, inclusive, sob a denominação de “erva maldita” (VEJA, 2012, p. 96). É interessante observar que essa publicação, tanto pela sua relevância numérica (tiragem inicial de 1.194.164 exemplares), quanto pelo conteúdo expressamente alarmista, foi alvo de múltiplas contestações em determinados grupos, o que

termina por evidenciar novamente os embates discursivos relacionados à maconha. É importante observar que essas duas revistas citadas são trazidas como produções emblemáticas da relevância atual do tema, mas não são exclusivas. A Superinteressante (2002) e a Mente & Cérebro (2008) são exemplos de outras revistas que dedicaram pelo menos uma edição especial sobre a cannabis.

Essa série de acontecimentos e produções é capaz de apontar algumas características do objeto em questão. Inicialmente, observa-se que há bastante polêmica a ele relacionada, mobilizando tomadas de posição valorativas distintas. Além disso, cabe considerar a variabilidade de sentidos encontrada. Isso parece evidenciar o seu caráter polimorfo e polissêmico, ou seja, a possibilidade de esse objeto ser apropriado e significado de diferentes formas nos mais variados contextos. Por fim, fica claro o caráter marcadamente público das discussões que emergem com o tema da maconha, na medida em que o tema se insere em diversos meios de comunicação, em produções artísticas e debates políticos.

É na esfera pública, como assinala Jovchelovitch (2011), que se configura o espaço da alteridade, um espaço dialógico. Dito de outra forma, é nesse campo que se engendram a comunicação e outras práticas sociais, sendo o diálogo, portanto, um processo em que ações e discursos se desenvolvem a partir da pluralidade humana, do encontro com a diferença. Nesse sentido, os processos de comunicação e linguagem são centrais na construção da realidade social, sendo esse um pressuposto teórico fundamental do presente trabalho.

3. LINGUAGEM, REPRESENTAÇÃO (SOCIAL) E CONSTRUÇÃO.

Esse capítulo tem o objetivo de refletir acerca das relações entre linguagem, comunicação e a teoria das representações sociais, discutindo, ainda, sobre como as noções de discurso e construção podem ser trabalhadas no bojo dessa teoria. O argumento base que aqui se desenvolve é o de que a linguagem não deve ser entendida como um simples veículo para o pensamento que seria capaz de transmitir representações fiéis da realidade. Ao contrário, nota-se que a noção de “representação” trabalhada a partir da TRS enfatiza os processos de construção social da realidade, processos esses em que as trocas comunicativas exercem papel privilegiado.

Para tanto, não se tem a pretensão de lançar mão de uma definição única sobre o que é a linguagem, todavia, pretende-se situar a perspectiva teórica abordada a partir de algumas discussões que são próprias a esse campo de estudos. De forma similar ao que propõe Kristeva (1969), a pergunta que se coloca não é “o que é a linguagem?”, mas “como a linguagem pode ser pensada?”. Discutir teoricamente sobre linguagem significa marcar e se posicionar diante das diferentes formas de interpretar os processos de comunicação, de trocas sociais, o que é de fundamental importância para a discussão sobre representações sociais.

Dentro do campo da linguística, costuma-se fazer uma divisão entre microlinguística e macrolinguística. Essa não é uma divisão muito bem estabelecida, mas torna-se útil na medida em que permite evidenciar determinados objetos de interesse na discussão. Como escreve Weedwood (2002):

Pela visão da microlinguística, as línguas devem ser analisadas em si mesmas e sem referência a sua função social, à maneira como são adquiridas pelas crianças, aos mecanismos psicológicos que subjazem à produção e recepção da fala, à função literária ou estética ou comunicativa da língua, e assim por diante. Em contraste, a macrolinguística abrange todos esses aspectos da linguagem (p. 12).

Com isso, é possível dizer que o interesse da discussão empreendida se situa no campo da macrolinguística, o que significa que não é realizada uma digressão sobre o funcionamento das línguas ou da linguagem. O interesse aqui reside em refletir acerca das implicações desse campo sobre os processos psicossociais analisados e, portanto, alguns aspectos importantes da macrolinguística são inevitavelmente negligenciados – como, por exemplo, os processos de aquisição da linguagem – em função desse interesse circunscrito.

3.1. Linguagem: fragmentos de um campo (mais ou menos) disperso

Segundo Oliveira Filho (2011), a produção teórico-empírica da psicologia social tem sido marcada por uma tradição que pouco ou nada considera a linguagem como constituinte de processos psicossociais. Nessa tradição, principalmente na chamada psicologia social psicológica, a linguagem funciona apenas como um meio de comunicação neutro que tem a função de expressar sentimentos, ideias e entidades psicológicas (OLIVEIRA FILHO, 2011).

Essa forma de entender a função da linguagem se relaciona, ainda, com concepções das epistemologias positivistas. Segundo Álvaro e Garrido (2006), o positivismo lógico foi uma corrente que predominou na filosofia da ciência da primeira metade do século XX e continua repercutindo nas produções científicas atuais. Para Comte (apud ÁLVARO; GARRIDO, 2006), por exemplo, a história do pensamento evoluiu em três estágios, a saber: teológico, metafísico e positivo. No primeiro, as explicações dadas à realidade partem de causas sobrenaturais; no segundo, recorre-se a causas abstratas, como forças da natureza; no estágio positivo, devem-se abandonar as concepções abstratas e sobrenaturais e se limitar, a partir da racionalidade e da experiência observável, a determinar as leis do mundo. De forma similar, René Descartes (1637/1973) afirma que é por meio de ideias e representações que a mente conhece o real. A linguagem, nesse processo, é um sinal da racionalidade humana que somente possui a função de expressar o pensamento, ainda que de forma imperfeita (MARCONDES, 2010). Nessas concepções há, portanto, o pressuposto de que é possível falar da realidade de forma neutra. A partir desse modelo, a linguagem é entendida a partir de critérios lógicos, pelos quais seria possível julgar a veracidade ou falsidade de determinado enunciado.

Tratar a linguagem como um sistema lógico foi o que fez Wittgenstein em seu *Tractatus Logico-Philosophicus* (apud MARQUES, 2005). Essa obra, como se costuma apresentar, marca o chamado primeiro Wittgenstein⁶. Nessa obra, o autor tratou da linguagem como um sistema lógico que, a partir da composição de certos elementos, poder-se-ia criar sentenças e proposições dotadas de significado. Segundo Marcondes (2010), há ainda uma preocupação com o caráter referencial da linguagem. Para Wittgenstein, uma proposição constitui uma imagem que pode ser verificada ou não na realidade, entretanto, na sua forma

⁶ Essa forma de apresentar o autor decorre da identificação possível de pelo menos dois momentos teóricos da sua produção: um primeiro marcado por preocupações de cunho lógico-formal da linguagem; e um segundo por questões da pragmática (MARCONDES, 2010).

lógica, a linguagem seria capaz de representar fielmente essa realidade. O significado, nessa perspectiva, é entendido como intrínseco às proposições e produzido pela composição de elementos linguísticos. Esses elementos, formando uma estrutura complexa, se revestiriam de sentido a partir do contexto. Contudo, o contexto que se fala nesse primeiro Wittgenstein diz respeito à estrutura formada pelos elementos de uma proposição, não sendo ampliado, necessariamente, para a linguagem em uso, tal qual o seu segundo momento realiza (MARQUES, 2005).

Bem antes de Wittgenstein, Ferdinand de Saussure já havia se preocupado com a linguagem de forma mais direta. Na sua obra “Curso de Linguística Geral”, originalmente publicada em 1916, Saussure (1995) não trata da linguagem nem como uma representação do real nem como uma comunicação, mas como um sistema complexo dotado de uma organização da qual signos e significados surgem, tornando a referência e a comunicação possíveis (MARCONDES, 2010). A linguagem como um sistema implica não só o que é estabelecido, mas também o que se encontra em transformação (SAUSSURE, 1995). Ao fundar a semiologia, Saussure afirma que os linguistas deveriam se debruçar sobre os estudos da língua a partir da qual se poderiam observar as manifestações concretas da linguagem (SAUSSURE, 1995). A língua, diferente da linguagem que é heterogênea, seria um produto social, um sistema de signos homogêneo que permite o exercício das faculdades linguísticas das pessoas.

Além disso, Saussure afirma que a linguagem tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro. Decorrente dessa afirmação, o autor realiza uma distinção entre língua (*langue*) e fala (*parole*). A língua, como visto, é um sistema, um produto social, que é exterior ao indivíduo e independe da sua vontade, ou seja, um indivíduo não pode, por si só, criar ou modificá-la. A fala, por sua vez, diz respeito a um ato individual realizado pela vontade. Trata-se do uso de determinados signos de uma língua por um falante, implicando tanto o pensamento, como os mecanismos psicofísicos do indivíduo (SAUSSURE, 1995).

Esse posicionamento de separação do que é individual e do que é social não parece, entretanto, se sustentar. Como um produto social, tal como afirma Saussure, a língua é fruto de interações que se materializam a partir de sujeitos falantes, havendo também a dimensão individual em uma língua. Por outro lado, a concepção da fala como algo somente individual se torna problemática se lembrarmos de que as pessoas se utilizam de códigos linguísticos e formas de comunicação que são produto de interações sociais vividas no cotidiano. A noção de que a fala de um indivíduo diz respeito somente a “um” é criticada, por exemplo, por

Bakhtin. Segundo esse autor (apud FARACO, 2005), um ato comunicativo sempre envolve um outro, pois o falante não se manifesta em um vazio social, mas um texto é sempre direcionado a alguém, mesmo que esse alguém seja o próprio sujeito que o produz. A partir da perspectiva dialógica de Bakhtin, a ideia de que um autor é o único responsável pela sua fala não se sustenta, pois as pessoas vivem em um mundo já falado de diferentes maneiras por outros sujeitos (OLIVEIRA FILHO, 2011).

Apesar de Saussure não ter discutido sobre a impossibilidade de se separar o que é individual do que é social, ele apresenta grandes contribuições para os estudos da linguagem. Uma delas diz respeito à discussão sobre o signo linguístico. Para Saussure (1995), a unidade linguística é uma coisa dupla, constituída da união de duas partes a partir de um vínculo de associação. O signo linguístico seria uma entidade psíquica de duas faces: um conceito e uma imagem acústica. Saussure ressalta que não se trata de unir uma coisa a uma palavra, mas um conceito de algo (significado) a uma imagem acústica (significante). Essa imagem é material na medida em que é sensorial, causando uma impressão psíquica, mas não deve ser entendida como um simples estímulo físico e sim como uma representação do som.

O que há de mais importante nessa definição de signo trazida por Saussure diz respeito ao caráter arbitrário da vinculação entre o significado e o significante. Saussure (1995) explica essa arbitrariedade não a partir da vontade do falante, mas como uma relação imotivada entre significado e significante. Ou seja, não existe nenhum laço natural entre um conceito e sua imagem acústica. Isso justificaria, portanto, as diferenças significativas entre idiomas para denominar um mesmo objeto. A ênfase na arbitrariedade do signo trazida por Saussure constitui um aspecto relevante de discussão na medida em que permite pensar na produção e mudança de uma língua a partir de práticas coletivas. Entretanto, uma das críticas que se faz é o fato de Saussure tratar o signo linguístico como algo que pode representar um conceito de algo da realidade a partir de uma imagem acústica, pressupondo a existência de significados bem definidos apreendidos por determinados significantes. No entanto, de forma específica, Saussure aborda a questão do sentido de um signo linguístico afirmando que este só se produz em relação a outros signos de uma língua que, novamente, é entendida como sistema (SAUSSURE, 1995). De forma relevante, essa abertura do significado como produzido a partir da relação com outros signos de uma língua não só remete a uma não aceitação de uma completa rigidez semântica dos significantes, como implica a história de uma cultura, através da língua, na produção de realidades simbólicas.

Essa questão remete diretamente à chamada hipótese Sapir-Whorf. De acordo com esses autores (apud MARCONDES, 2010), a linguagem é fundamentalmente cultural e

histórica, havendo, portanto, uma interdependência entre a história de um povo e sua língua. A língua de uma comunidade “organiza sua cultura, sua visão de mundo, pois uma comunidade vê e compreende a realidade que a cerca a partir das categorias gramaticais e semânticas da sua língua” (MARCONDES, 2010, p. 68). Foi através de pesquisas etnográficas que esses autores encontraram diferenças radicais entre conceitos como o de “tempo”, por exemplo. Diante desses estudos, a aceitação de uma linguagem de caráter referencial passa a ser ainda mais questionável, visto que, segundo Sapir (apud MARCONDES, 2010), não há duas línguas que, mesmo sendo semelhantes, possam representar uma mesma realidade, pois a realidade de uma cultura está intimamente ligada a sua língua.

As contribuições dessa hipótese residem no fato de considerar a linguagem como um produto histórico-social que tem claras repercussões nas interações e na subjetividade. Por outro lado, a hipótese Sapir-Whorf tratou a linguagem como um sistema de classificação que determinaria a percepção dos sujeitos falantes de forma atrelada à sua língua materna. Esse tratamento termina por ocultar o caráter dinâmico dos processos de construção social, havendo uma ênfase na língua como estrutura determinante, gerando padrões de significação, e não nas próprias interações linguísticas como produtoras de sentido.

Até aqui, discutiu-se brevemente algumas correntes do estudo da linguagem e da língua. Quando se pensa em linguagem como um campo, deve-se considerar também que cada autor(a) que produz sobre isso o faz com determinados propósitos em contextos históricos e disciplinares delimitados. Por exemplo, no momento de definição do objeto da semiologia, foi fundamental que Saussure realizasse a sua divisão entre *langue* e *parole* para que, então, pusesse a língua no centro do estudo sobre os signos linguísticos. Essa ressalva é realizada no sentido de enfatizar que as reflexões teóricas empreendidas aqui têm o objetivo de fomentar a forma de compreensão trabalhada na TRS sobre os fenômenos de comunicação e linguagem, não constituindo uma revisão sobre o campo.

É preciso também marcar que aspectos desse grande campo têm implicação direta para a pesquisa realizada. A utilidade em se discorrer sobre noções de linguagem e comunicação reside na compreensão de que quando se realiza uma análise de fenômenos psicossociais, de alguma forma são implicados pressupostos linguísticos, estejam eles explícitos ou implícitos. Na maneira aqui defendida de interpretar tais fenômenos, a realidade humana é construída de forma inseparável das interações comunicativas, dos processos de significação. Desse modo, a linguagem não pode ser entendida como um simples instrumento neutro do pensamento e

deve ser incluída como elemento de discussão, principalmente naqueles estudos em que os significados constituem o objeto de interesse.

Essa ênfase sobre a importância do campo, por sua vez, tem relação estreita com o que se convencionou chamar de “giro linguístico”. Essa expressão passou a ser largamente utilizada entre as décadas de 1970 e 1980 pra designar um movimento que ocorreu nas ciências humanas e sociais, produto de uma crescente ênfase dada ao papel da linguagem. De acordo com Ibañez (2005), esse crescente interesse pela linguagem se iniciou a partir de uma dupla ruptura: uma primeira relacionada à fundação da linguística moderna por Saussure, o que possibilitou o estudo rigoroso das línguas em si mesmas; e uma segunda, iniciada por Gottlob Frege e Bertrand Russell, que pretendiam deslocar o olhar da filosofia, que estava voltado ao mundo interior e às entidades mentais, para a vida pública, exterior, das produções discursivas.

Como um fenômeno de muitas faces e desenvolvimentos, o chamado giro linguístico não se deu de modo uniforme. Como distingue Ibañez, é possível apontar três principais correntes de influência produzidas no bojo do movimento: a linguística estrutural – que tem como maior representante Saussure, repercutindo na hipótese Sapir-Whorf e nos trabalhos de Lévi-Strauss; a corrente analítico-logicista – fundante de uma linguística centrada na lógica e em epistemologias neopositivistas; e, por fim, a corrente centrada na linguagem cotidiana – marcada pelo pragmatismo linguístico. O que há em comum a essas correntes é o próprio interesse na linguagem como objeto de estudo, entretanto, como é possível depreender, os seus desdobramentos são diversos em campos igualmente distintos.

A chamada corrente analítica centrada na linguagem cotidiana tem particular relevância para as discussões em psicologia social. De acordo com Armand Mattelart e Michèle Mattelart (2012), se por um lado o estruturalismo linguístico ignorava o uso cotidiano da linguagem, por outro os adeptos da chamada linguística comunicativa ou “pragmático-enunciativa” estavam bastante interessados nos aspectos práticos da comunicação. Com essa corrente, o interesse passa a se voltar para a linguagem em uso, inserida em um conjunto de práticas situadas.

Segundo Marcondes (2005), as filosofias da linguagem de orientação pragmática debruçam seu interesse na linguagem vivida concretamente, nos fenômenos linguísticos que efetivamente lidamos. Um pressuposto importante dessas filosofias diz respeito a considerar o significado como produto do uso da linguagem e não como uma característica intrínseca a determinada palavra ou frase. Além disso, em geral, a pragmática compreende a linguagem

como uma forma de ação e não de uma suposta descrição do real. Em particular, existem dois autores que se fazem necessários de abordar: Wittgenstein e Austin.

Como explicitado anteriormente, pode-se identificar pelo menos dois momentos distintos na filosofia de Wittgenstein. O chamado segundo Wittgenstein, na sua obra “Investigações Filosóficas” (1999), publicada originalmente em 1953, se preocupa com a linguagem em uso e com o significado, realizando, ainda, desdobramentos para o desenvolvimento da filosofia. Para ele, o significado não é algo fixo, como uma propriedade, mas é definido pelo contexto de uso (MARCONDES, 2005). A linguagem, nessa concepção, não é um sistema unificado, um todo organizado, como propôs Saussure (1995). Ao contrário, para Wittgenstein, a linguagem é entendida como um conjunto de partes que desempenham diferentes funções de acordo com os usos específicos. Nessa concepção, pode-se pensar na linguagem como uma caixa de ferramentas. Ele escreve:

Pense nas ferramentas em sua caixa apropriada: lá estão um martelo, uma tenaz, uma serra, uma chave de fenda, um metro, um vidro de cola, cola, pregos e parafusos. – Assim como são diferentes as funções desses objetos, assim são diferentes as funções das palavras. (E há semelhanças aqui e ali.). Com efeito, o que nos confunde é a uniformidade da aparência das palavras, quando estas nos são ditas, ou quando com elas nos defrontamos na escrita e na imprensa. Pois seu emprego não nos é tão claro. E especialmente não o é quando filosofamos! (WITTGENSTEIN, 1999, p.31)

As palavras (ou signos), portanto, não possuem um significado total ou um correspondente único na realidade sobre o qual falamos. Estas são entendidas como ferramentas que utilizamos de forma específica em contextos distintos para que, então, compreendamos de determinada forma a partir do seu uso. Esses contextos, por sua vez, têm estreita relação com o que o autor chama de “jogos de linguagem”:

Quantas espécies de frases existem? Afirmação, pergunta e comando, talvez? Há inúmeras de tais espécies: inúmeras espécies de emprego daquilo que chamamos de “signo”, “palavras”, “frases”. E essa pluralidade não é nada fixo, um dado para sempre; mas novos tipos de linguagem, novos jogos de linguagem, como poderíamos dizer nascem e outros envelhecem e são esquecidos (WITTGENSTEIN, 1999, p. 35).

Isso significa dizer que as expressões linguísticas são utilizadas de acordo com os objetivos específicos de cada situação. Assim como os jogos, que têm regras e possibilidades delimitadas, as situações de interação comunicativa têm regras e objetivos distintos, não havendo uma essência linguística que una os diferentes jogos de linguagem (MARCONDES,

2005). Ainda que possa haver similaridades entre diferentes usos, não há uma característica que se possa eleger para traçar uma continuidade entre todos os fenômenos linguísticos. É isso que torna a linguagem heterogênea e diversa e não uniforme e sistemática. Linguagem, para Wittgenstein (1999), não pode ser um conceito exato, com limites. Pode-se, de outro modo, analisar a forma como os diversos jogos de linguagem são engendrados, ou seja, como a linguagem é praticada.

A importância de Wittgenstein para a psicologia está no fato de o autor tirar o foco da estrutura (seja ela relacionada à palavra, frase ou mesmo à própria língua) como determinante do significado e direcionar a atenção para a própria linguagem em uso. Além disso, com sua noção de jogos de linguagem, o autor convida a pensar nas práticas linguísticas como formas de ação. Essas reflexões do segundo Wittgenstein influenciaram bastante a produção de John Austin (1990). Esse último também enfatizou a linguagem nos seus contextos de uso e, mais especificamente, abordou os seus efeitos concretos na realidade. Pode-se dizer que o principal da proposta de Austin foi esboçada em sua obra “How to do things with words”, publicada em 1962 em língua inglesa e posteriormente traduzida para o português sob o título de “Quando dizer é fazer: palavras e ações” (1990).

Nessa obra, Austin realiza uma distinção entre os atos constativos e performativos. Enquanto as sentenças constativas são utilizadas para descrever algo, as performativas seriam aquelas utilizadas para realizar alguma ação. Assim, a proposição “João tem um cachorro” seria um exemplo de um enunciado constativo, pois trata de um aspecto referencial da realidade, sendo possível ser submetida a questões de verdade ou falsidade. De outro lado, “saia daqui!” seria uma sentença performativa, pois realiza uma ação e não descreve nada da realidade. Por outro lado, como assinala Oliveira Filho (2011), Austin, com o tempo, tratou de mostrar que essa divisão não se sustenta, visto que todo ato constativo realiza uma ação, assim como todo ato performativo depende de referentes conhecidos pelos sujeitos envolvidos na interação. Com efeito, ao reconhecer o problema dessa dicotomia, Austin amplia o caráter performativo para toda a linguagem de forma geral.

De modo particularmente relevante à psicologia, falar sobre linguagem em uso remete a considerar as práticas comunicativas a partir dos seus contextos sociais de produção, bem como as funções que os diferentes enunciados provocam e/ou visam provocar nas realidades humanas. Nesse sentido, a filosofia da linguagem de orientação pragmática contribui na medida em que desloca a preocupação sobre a verdade ou falsidade de uma sentença e foca na linguagem como uma forma de ação que tem repercussões nas interações sociais. A teoria das representações sociais, por sua vez, parece ter estreita afinidade com essa forma de

compreender as interações linguísticas, assinalando que essas interações não só revestem a realidade de significado, mas, sobretudo, a constroem.

3.2 A teoria e o fenômeno das representações sociais

A breve discussão realizada sobre alguns percursos nos estudos da linguagem serve para ilustrar alguns posicionamentos teóricos, assim como para evidenciar os pressupostos da Teoria das Representações Sociais⁷, tal como essa perspectiva foi trabalhada. Para a TRS, portanto, linguagem e comunicação são processos constituintes da realidade social e não apenas um instrumento neutro em que as informações são trocadas. Nessa perspectiva, a palavra “representação” não deve ser entendida como uma cópia ou duplicação da realidade na mente de um indivíduo, como algumas teorizações e/ou críticas propuseram (JESUINO, 2011). Parece haver aqui certa confusão com a corrente filosófica denominada por “representacionismo”. Sobre essa corrente, Ibañez (2005) define como uma doutrina que postula a relação de correspondência entre o conhecimento e a realidade. Supõe-se então a existência de uma realidade última que pode ser alcançada. Poder-se-ia dizer que, embora a TRS não seja uma teoria “representacionista”, o próprio uso do termo representação poderia remeter à existência prévia de objetos e que esses, ao serem introduzidos na vida social, seriam interpretados de diferentes formas. Segundo essa forma de compreender, a TRS seria uma teoria realista em que haveria uma separação entre sujeito (social) e objeto (anterior ao social).

Moscovici, por outro lado, ao enfatizar o caráter de construção das representações sociais afirma que “elas possuem uma função constitutiva da realidade, da *única realidade* que nós experimentamos e na qual a maioria de nós se movimenta” (1961/2012, p. 27, grifo nosso). Fica claro que tratar de representações sociais é falar de construções dinâmicas da realidade que, além disso, não são apenas cognitivas, psicológicas ou muito menos individuais, mas sociais pelo seu caráter de produção interativa (BANCHS, 2011). Ora, se a realidade é entendida como produzida socialmente e se a realidade social é a única realidade que dispomos para nos orientar, não parece adequado tratar a TRS como uma teoria realista nem tampouco representacionista. Ao contrário, é necessário que seja enfatizado o caráter construcionista que se coloca no termo “representação”.

⁷ Concorde-se com Wagner (1996) na preferência em tratar o campo teórico das representações sociais como uma abordagem e não como uma “teoria” no sentido estrito do termo. Entretanto, no intuito de preservar o uso original por Moscovici, bem como de facilitar a compreensão textual, utilizou-se a expressão Teoria das Representações Sociais.

Dado que não se trata de uma representação mental, ou de uma impressão da realidade duplicada no pensamento, algumas críticas declaram que o uso do termo representação é equivocado. A esse respeito, quando ainda trabalhava com a TRS, Spink (1993) lança um argumento que é válido retomar: “Representação é também o ‘ato ou efeito de representar(-se)’, é uma ‘interpretação’. Nesta perspectiva, não é mais a natureza do conhecimento expresso em representações que está em pauta, porém suas implicações práticas” (p. 303). Nota-se que o termo “interpretação” pode ser trabalhado em um duplo sentido. Interpretar é revestir algo de significado, mas é também é agir de determinado modo, como quando alguém interpreta um papel. Partindo para uma ilustração alegórica, pode-se pensar na representação como ela é entendida no teatro, um contexto de atuação. Nele, representar é agir (comunicação) em uma cena específica (um ambiente/contexto social) a partir de determinadas regras e papéis (condições de produção e posicionamentos sociais) para/com alguém (o outro – *alter* – o público). Nessa perspectiva, falar da centralidade da linguagem implica em ressaltar o caráter processual da construção de representações sociais a partir de comunicação e discurso.

Com efeito, a noção de representação adquire na proposta de Moscovici (1961/2012, 2009) um caráter marcadamente dialógico. Conforme Marková (2006) aponta, é esse caráter dialógico que confere ao ser humano a capacidade de conceber e criar realidades a partir da relação com os Outros. A concepção de realidade social trazida pela TRS é, portanto, um olhar baseado em relações triádicas e interdependentes, entre eu, objeto e *alter* (MARKOVÁ, 2006), conforme esquema seguinte:

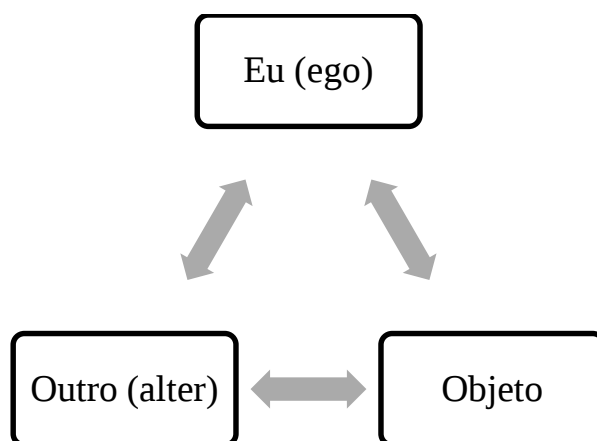


Figura 1 – Dialogicidade e Representações Sociais⁸

⁸ Esse esquema foi proposto inicialmente por Moscovici (1984) para ilustrar a especificidade da Psicologia Social. Posteriormente, Marková (2006) o retoma para enfatizar o caráter dialógico que constitui a Teoria das Representações Sociais.

Ressalta-se que esse é um esquema que cumpre apenas função ilustrativa e não pretende afirmar que os fenômenos ou processos psicossociais sejam divididos em três elementos. Por outro lado, do ponto de vista teórico, é impossível abordar uma dessas dimensões (seja ela o sujeito, o outro, ou o objeto) sem tocar nas outras duas. Por exemplo, se falamos da relação de um indivíduo com a maconha, estamos falando da sua participação como ator social em interação com o outro (grupos, instituições, produções discursivas) que estão implicados na sua relação com o objeto. A representação social, por sua vez, não pode ser entendida como uma noção que se encerra em nenhuma dessas dimensões, mas reside no “entre” que marca a complexidade da vida social. Se for possível, de alguma forma, separar o sujeito (individual e social) de um objeto, essa separação remete apenas à maneira como a realidade é experimentada.

Como escrevem Berger e Luckmann (1966/2011), “a realidade da vida cotidiana aparece já objetivada, isto é, construída por uma ordem de objetos que foram designados *como* objetos antes de minha entrada em cena” (p. 38, grifo dos autores). Com isso, as relações triádicas apresentadas tratam de um esquema prototípico em que o eu, o outro e os objetos se fundem na produção da vida social. Se por um lado experimentamos a realidade como possuindo uma existência própria, por vezes independente da ação humana, por outro temos o fato de os objetos do mundo serem produções sociais, por mais maciça que a experiência de objetividade possa ser (BERGER; LUCKMANN, 1966/2011).

Por mais banal que pareça essa forma de compreender a realidade social, com a publicação de “A psicanálise, sua imagem e seu público” (1961/2012), Moscovici terminou por inaugurar um paradigma epistemológico na psicologia social (VALA, 1993). Isto é, um paradigma no sentido apropriado às ciências humanas, como bases filosóficas ou interpretativas específicas para determinado campo. Com essa obra, Moscovici apresenta a maior parte do aparato conceitual que possibilitou a criação de um novo objeto em psicologia social, o estudo dos fenômenos das Representações Sociais (JESUINO, 2011). Nessa ocasião, o autor estava interessado em como um conhecimento produzido no âmbito científico – a psicanálise – era apropriado pelo saber do senso comum. A partir dessa pesquisa, o autor pôde elaborar uma construção teórica geral que não se limita à questão do conhecimento científico e do senso comum, mas que tem sido aplicada ao estudo de outros objetos sociais. Assim, a partir do estudo de como o senso comum se apropriava da psicanálise, Moscovici elaborou uma teoria que caracteristicamente tem por interesse compreender o processo de construção social da realidade (SANTOS, 2005). Atualmente, portanto, os estudos sobre representações

sociais não estão necessariamente interessados em compreender como uma forma de conhecimento produzida em um contexto específico é transformada em outra, mas, de forma geral, buscam entender como produzimos objetos e práticas sociais.

Nas palavras do autor, o conceito de representação social se refere a “uma modalidade de conhecimento particular tendo a função de elaboração dos comportamentos e da comunicação entre os indivíduos” (MOSCOVICI, 1961/2012, p. 27). Em outras palavras, construímos representações sociais para agir e comunicar. De forma análoga, quando agimos – e, dentre as formas de ação, a comunicação – construímos e transformamos representações sociais. Com isso, existe uma interdependência entre práticas sociais e representações. Ao encontro dessa ideia, Oliveira et al (2001) afirmam que é a partir da ação que as representações se concretizam e se transformam, mesmo que essa relação comporte contradições entre algumas práticas. Nota-se que abordar as representações como uma forma de conhecimento com fins práticos ressalta-se, novamente, o caráter performativo das interações linguísticas. Há uma relação indissociável em que representamos para nos comunicar e nos comunicamos para representar.

Retornando ao conceito e sua definição, Moscovici (1961/2012), inicialmente, trata das representações sociais como verdadeiras teorias coletivas, teorias do senso comum. Isso implica dizer que elas não seriam simples opiniões, crenças ou informações desconexas sobre dado objeto, mas conjuntos articulados e dinâmicos de conceitos e formas de pensamento. Por conseguinte, na TRS é comum dizer que não há representações sociais para todo e qualquer objeto. Sob essa perspectiva, para que uma representação social seja construída o objeto deve ter suficiente relevância cultural, estando implicado de forma consistente nas práticas do(s) grupo(s) em questão, incluindo a conversação e a exposição aos meios de comunicação de massa (SÁ, 1998). Ao encontro dessa ideia, Santos (2005) afirma:

Não é, portanto, todo e qualquer conhecimento do senso comum que pode ser denominado de representação social. Para gerar representações sociais o objeto deve ser polimorfo, isto é, possível de assumir formas diferentes para cada contexto social e, ao mesmo tempo, ter relevância cultural para o grupo (p. 22).

Em direção a essa discussão, abordar a maconha como objeto tem clara legitimidade. Como dito anteriormente, o seu caráter polimorfo fica evidente na medida em que esse objeto adquire significados distintos de acordo com grupos e momentos históricos no Brasil e no mundo. Isso marca o próprio caráter de construção do objeto, ou seja, a sua variabilidade em decorrência dos contextos. Além disso, tanto os indicadores de consumo, quanto a

apropriação da maconha por meios de comunicação de massa, movimentos sociais, manifestações artísticas e outras práticas cotidianas indicam sua relevância cultural. Tudo isso assinala a inserção da maconha na esfera pública como um objeto a partir do qual emergem discursos, posicionamentos valorativos e práticas sociais diversas.

Por outro lado, a despeito da importância que esses critérios possam ter para a análise da relevância social do objeto, ou mesmo para a construção de uma pesquisa com desdobramentos direcionados a um campo específico, eles não são plenamente aceitos como condição por todos/as que trabalham com a TRS. Nesse sentido, como será abordado mais adiante a partir da chamada orientação discursiva, as representações são o próprio objeto social e este, por sua vez, a representação em si mesma: uma construção discursiva com efeitos de realidade.

Nessa perspectiva, por exemplo, a questão da existência ou não de uma representação social “sobre” algo não faz sentido, uma vez que o foco de análise é a própria elaboração de um objeto e não a avaliação da sua existência como fenômeno empírico. A partir desse contexto, falar de construção social é falar de construção discursiva, ou seja, é partir da compreensão de que objetos sociais emergem e são produzidos em contextos comunicativos específicos, implicando, portanto, a participação de grupos, situações e práticas específicas. Grosso modo, significa dizer que as coisas são como são a partir de condições históricas situadas e, com isso, determinados objetos são produzidos de diferentes formas a depender do contexto.

Por outro lado, ainda que questionar a existência de uma representação social não seja uma questão importante no bojo da orientação discursiva, parece claro que quando se lida com objetos marcadamente polimorfos e imbricados consistentemente em práticas grupais específicas, os processos a eles relacionados são muito mais complexos – e muitas vezes mais relevantes para uma pesquisa – do que objetos de menor variação cultural.

Essa digressão chama atenção para uma questão importante: a Teoria das Representações Sociais, por ser uma abordagem interpretativa, guarda uma série de posicionamentos teóricos – muitas vezes divergentes – sobre como as pessoas, de forma interativa, constroem a realidade. Isso significa dizer que a noção de “representação social” não deve ser abordada de forma isolada do seu campo teórico e, com efeito, sempre que possível deve-se delimitar o que se entende por ela. Essa questão é ressaltada pelo fato de se saber que o próprio termo “representação social” adquire sentidos diversos a depender do/da autor/a ou da perspectiva abordada. Além disso, as proposições trazidas na TRS são bastante amplas e muitas vezes é preciso que se enfatizem alguns aspectos em detrimento de outros.

Nesse sentido, com fins de ilustração e apresentação desse campo teórico, tal como tem sido trabalhado, cumpre abordar três questões específicas. Nota-se que estas poderiam ser respondidas de múltiplas formas, não havendo aqui a intenção de esgotá-las, mas de oferecer parâmetros para uma breve apresentação da abordagem adotada. São elas: Por que construímos representações sociais? Como são construídas as representações sociais? Quais as funções das representações sociais?

Como antes explicitado, as pessoas constroem representações sociais para agir e se comunicar. Como afirma Moscovici (2009, p. 54), “a finalidade de todas as representações sociais é tornar familiar algo não-familiar, ou a própria não-familiaridade”. Com isso, necessitamos estar a par das trocas comunicativas, precisamos falar de maneira consensual sobre o mundo e sobre partes dele. Além disso, a ideia de consenso utilizada se refere muito menos a uma homogeneidade nas formas de pensar sobre o mundo do que a uma experiência de compreensão ou inteligibilidade compartilhada. Como tratam Berger e Luckmann (1966/2011), trata-se da experiência de um sentido comum, sem implicar com isso homogeneidade. A construção de representações sociais, portanto, envolve um processo de inclusão no circuito coletivo das comunicações. A ideia não é ampliar o conhecimento sobre dado objeto, mas saber se comunicar sobre aquilo que o(s) grupo(s) se comunica(m) (MOSCOVICI, 1961/2012). Como assinala Wagner (1998), trata-se de produzir um mundo de objetos “domesticados” linguisticamente, que podemos manipular e lidar simbolicamente. É a partir dessa dinâmica de construção e familiarização, de apropriação e reelaboração da realidade, que as representações são produzidas.

Esse, entretanto, não é um processo consciente, muito menos intencional. A construção social é um caminho contínuo que não ocorre simplesmente porque os atores sociais querem, mas acontece a partir de discursos produzidos ao longo da história, decorrentes das práticas sociais (WAGNER, 1996). Isso significa dizer que uma construção social não ocorre de maneira arbitrária, pois “os objetos, pessoas e acontecimentos são percebidos e compreendidos em relação a prévios encontros e paradigmas” (MOSCOVICI, 2009, p. 55). Isso nos leva à pergunta sobre como se constroem as representações sociais.

Para a construção de uma Representação Social, Moscovici apontava a existência de dois processos. O primeiro é o de objetivação, processo que transforma um conceito em uma imagem ou em um núcleo figurativo, privilegiando certas informações em detrimento de outras, simplificando e dissociando-as do contexto original. É concretizar aquilo que é da ordem do abstrato a partir de determinadas características, ou seja, são selecionados alguns conteúdos do objeto advindos das próprias dinâmicas grupais, a partir daquilo que é relevante

aos contextos em que o objeto se insere. O segundo é o de ancoragem, processo que se caracteriza pela inserção do objeto num sistema de pensamentos preexistentes, estabelecendo uma rede de significações em torno deste. Esse processo começa desde o momento em que o objeto é nomeado, isto é, ele é classificado linguisticamente e vinculado a outras categorias já conhecidas (MOSCOVICI, 2009).

Nessa dinâmica, o objeto passa a ser inserido em novos campos simbólicos, transformando assim as práticas a que ele é relacionado nos grupos específicos. Cumpre ressaltar que esses dois processos não descrevem passos cronológicos de construção de uma representação social, muito menos são independentes entre si. Antes, são constructos teóricos que permitem compreender a inserção de dado objeto em um meio cultural, bem como a reelaboração desse a partir de práticas comunicativas. Com isso, são processos interdependentes e coocorrentes.

Além disso, na produção e reelaboração da realidade, as representações sociais desempenham funções importantes nas interações. Como resume Santos (2005), dentre essas funções podem ser assinaladas pelo menos quatro: função de saber, função identitária, função de orientação e função justificadora. Sobre a primeira, é possível dizer que as representações sociais nos permitem compreender e explicar a realidade na vida cotidiana e, com isso, somos incluídos nas comunicações sobre os mais diversos objetos de relevância cultural. Além disso, as representações sociais possuem uma função identitária, visto que sua produção é decorrente das diversidades grupais e de suas trocas específicas, além de facilitar sentimentos de pertença, categorização e comparação social. As funções de orientação e de justificação são intimamente relacionadas entre si. Ao mesmo tempo em que as representações sociais orientam as práticas sociais, essas últimas são justificadas, ou legitimadas, pelas primeiras.

Como se depreende, as representações sociais são construídas com fins práticos, tanto de comunicação, como de outros comportamentos. As trocas comunicativas perpassam, portanto, toda a construção conceitual da Teoria das Representações Sociais. Isso fica claro, por exemplo, a partir da conhecida frase de Jodelet (2001) que diz que “a comunicação social, sob seus aspectos interindividuais, institucionais e midiáticos, aparece como condição de possibilidade e de determinação das representações e do pensamento sociais” (p. 30). É com isso que se enfatiza a centralidade das interações linguísticas para a interpretação e construção da realidade social. Tanto nos níveis de emergência como de manutenção e transformação de representações sociais, os processos de comunicação estão inseridos, assinalando a interdependência entre processos tanto cognitivos, como afetivos e sociais (JODELET, 2001). A compreensão teórica empreendida nessa pesquisa, por fim, enfatiza esses processos ao

mesmo tempo em que compreende a noção de “representação social” a partir do que se pode chamar de uma orientação discursiva.

3.3. Representações sociais e orientação discursiva

Algumas páginas atrás se ressaltou a importância de discutir sobre noções de linguagem, assim como se afirmou que aquilo que se pensa sobre o seu papel nas relações humanas tem implicações sobre a forma que fenômenos e processos psicossociais são analisados. Além disso, enfatizou-se uma compreensão de linguagem marcada por elementos da pragmática e do construcionismo social, compreendendo então que *o que* se fala não se separa de *como* se fala; que o significado é produzido no uso concreto da língua em contextos específicos e que, por fim, vivemos em um mundo construído socialmente a partir de interações comunicativas, sendo essa construção um dos efeitos do próprio caráter performativo da linguagem: a criação de realidades.

Esses pressupostos têm implicações não somente para a análise empreendida no contexto da pesquisa, mas também repercutem em um nível meta-teórico, que não se pretende esgotar, mas, modestamente, assinalar. Nesse sentido, entende-se a teoria das representações sociais como apenas uma dentre outras formas de se interpretar a emergência e transformação de fenômenos sociais. Não se deve considerar a melhor nem a mais “verdadeira” forma de se trabalhar, pois as diferentes abordagens são construções teóricas com propósitos analíticos distintos. Além disso, entende-se que cada abordagem, com suas similaridades e diferenças, produzem os seus próprios objetos de estudo e, portanto, não tratam dos mesmos fenômenos, visto que estes ganham contornos de compreensão específicos a cada proposta teórica. Isso não significa, por outro lado, que, em termos epistemológicos, qualquer forma de compreensão seja válida ou equiparável, pois sendo a ciência um sistema de interpretação – ainda que muitas vezes difuso e conflituoso – o conhecimento que dela se produz deve possuir coerência interna às respectivas disciplinas ou bases hermenêuticas adotadas.

Dito isso, ao encontro do que discute Wagner (1996), nota-se que as diferentes maneiras de se trabalhar a noção de representação social têm implicações epistemológicas e ontológicas sobre aquilo que se analisa. Se a TRS é compreendida como um campo teórico e não como uma teoria uniforme, admite-se que desse campo decorrem formas distintas de trabalhar e, inclusive, conceber a “representação social”, sendo necessário, portanto, que o/a pesquisador/a se posicione a respeito de alguns conceitos-chave.

A esse respeito, Wagner (1996, 1998) chama atenção para o fato de que as pesquisas em representações sociais são usualmente intituladas como representação social *de* alguma coisa, como “saúde”, “doença”, “trabalho”, entre outros. Segundo o autor, essa forma de utilizar o conceito de representação social produz uma separação equivocada entre uma representação e um objeto representado, sugerindo que parte das críticas voltadas à TRS é decorrente do uso equivocado de uma terminologia individualista, realista e/ou cognitivista por parte de autores/as do próprio campo.

Cumprasse assinalar que a pesquisa realizada e apresentada nesta dissertação partiu de uma compreensão teórica que se poderia chamar de orientação discursiva e construcionista. Adotar esses pressupostos não significa, entretanto, se desvincular da TRS. Em vez disso, trata-se de enfatizar determinados aspectos do fenômeno social estudado e do que se trata por representação (social) no contexto de pesquisa. É claro, por outro lado, que a aderência ao que aqui se chama de orientação discursiva termina por demarcar limites e especificidades entre essa forma de compreender os fenômenos estudados e outras praticadas sob a mesma nomenclatura de teoria das representações sociais. Essas mudanças repercutem, sobretudo, no estatuto ontológico atribuído a uma representação – e, por conseguinte, a um objeto.

Muito se falou até aqui no termo “objeto” sem necessariamente elucidá-lo. Na medida em que esse conceito é estratégico para falar de representações sociais, discurso e construção, torna-se útil retomar a definição de Wagner (1998), para quem um objeto “is any material, imaginary or symbolic entity which people name, to which people attribute characteristics and values, and therefore are able to talk about” (p. 306). Com essa definição, assume-se que objeto pode ser qualquer coisa nomeada, revestida de um (ou mais) signo linguístico, categorizada e classificada. O autor, indo mais além, afirma que quando as pessoas nomeiam determinadas “coisas”, as reconhece como tais e são aptas a falar sobre elas, essas entidades são objetos sociais.

A relevância desse argumento reside na estreita relação com o potencial criativo da prática linguística. Como afirma Kristeva (1969), nomear é demarcar, significar e comunicar. Quando nomeamos um objeto de determinada forma e falamos sobre ele, não estamos, a rigor, descrevendo a sua essência ou desvelando as suas características, mas constituindo-o e situando suas relações a partir de contextos sociais e culturais específicos. Desde a sua designação como algo percebido, categorizado e passível de ser inserido nas comunicações, ele surge como um objeto social. É por isso que, nessa perspectiva, não tem sentido falar em representação social *de* determinado objeto, pois a própria tentativa de caracterização de um objeto implica em uma produção discursiva relacionada a conteúdos de representação social.

Sendo a representação uma elaboração simbólica, uma construção social, ela é o próprio elemento constitutivo de um objeto social (WAGNER, 1996, 1998). Em outras palavras: “The social representation is the very *raison d’être* of the object as such. [...] the representation is the object it seems to represent and the world of domesticated objects is the ‘local’ universe of representations” (WAGNER, 1998, p. 308).

Claro está que esse argumento guarda tensões com o próprio campo teórico das representações sociais. Entendido aqui como uma noção multifacetada, as representações sociais têm sido definidas de diferentes formas, inclusive, pelo próprio Moscovici, fundador da teoria, como evidenciado na discussão realizada por Wagner (1996). Essa questão, como escrevem Álvaro e Garrido (2006), tem sido apontada como evidência de fragilidade teórica, pois o conceito de representação social seria ora impreciso, ora amplo demais, perdendo-se em meio a outros campos teóricos.

Uma das principais tensões atreladas ao conceito é aquela explicitada por Sá (1998) ao falar da diferença entre a representação e seu objeto. Segundo ele, caso se admita uma distinção, “a representação seria um sistema simbólico socialmente construído e o objeto, por seu turno, seria construído pela representação” (p. 52). Com efeito, a perspectiva discutida por Wagner (1996, 1998) não admite essa distinção, tornando os dois conceitos equiparáveis e manifestando um desacordo teórico. Esse desacordo é avaliado por Sá (1998) não como um enfraquecimento epistemológico do campo, mas, sobretudo, como uma resposta às críticas externas. Essa apresentação, entretanto, não pretende encerrar a discussão ou, menos ainda, defender ou criticar o campo teórico das representações sociais.

De outro modo, é possível evidenciar que há pelo menos duas noções implícitas do conceito atreladas a essa tensão e, entre elas, posicionar o presente referencial teórico. Como usualmente trabalhada, as representações sociais seriam modalidades específicas de conhecimento, sistemas simbólicos sobre determinados objetos que terminariam por construí-los, tal como apresentado no tópico anterior. A perspectiva discursiva aqui trabalhada parece dialogar mais diretamente com outra forma de caracterizar o conceito, elaborada pelo próprio Moscovici (1963), para quem uma representação é definida como “the elaborating of a social object by the community for the purpose of behaving and communicating” (p. 251). Embora seja sutil, existe uma diferença entre entender uma representação social como a elaboração de um objeto social e como um sistema simbólico vinculado a um objeto. É, com base nessa distinção, que aqui se consideram as representações como as construções sociais em si mesmas, formas de inteligibilidade produzidas em trocas cotidianas de contextos interativos específicos. Por sua vez, os objetos sociais são constituídos – percebidos, pensados, operados,

avaliados e discutidos – a partir de representações sociais. De forma análoga, a própria representação é considerada uma construção discursiva, sendo ao mesmo tempo produto e processo da domesticação linguística de um objeto em um contexto socialmente dado.

A noção de discurso pode ser tomada, em sentido amplo, como qualquer manifestação da língua na comunicação viva (KRISTEVA, 1969), ou segundo Van Dijk (1997, apud WAGNER; MECHA, 2003) como qualquer fala ou escrita produzida em uma situação social, caracterizando, portanto, uma ação social. O termo discurso, desse modo, designa qualquer enunciação que integra não só o conteúdo, mas o locutor e o auditor (KRISTEVA, 1969). Isso significa que uma orientação discursiva na forma de compreender as representações sociais deve analisar não só *o que* é enunciado, mas também *quem* o produz, *como* o faz, *para quem* e *com que intenções* enuncia. Trata-se de considerar o discurso em suas condições de produção e possíveis efeitos em determinadas situações comunicativas. Novamente, é através desses processos discursivos, vividos na comunicação cotidiana, que objetos, práticas e identidades são construídos e reelaborados.

Por fim, cumpre ressaltar que compreender as representações sociais como construções sociais/discursivas não nega o valor heurístico de outras orientações teóricas nem descola essa noção do campo teórico-conceitual que é específico à TRS. De outro modo, o fato de entender as representações sociais como construções sociais continua remetendo a sua natureza analítica àqueles processos e funções descritos anteriormente. Entretanto, a interpretação teórica dada ao fenômeno claramente tem implicações ontológicas sobre aquilo que se considera como objeto de pesquisa.

Se em determinadas produções científicas as representações existem na realidade cotidiana como fenômenos empíricos específicos a determinados objetos, aqui elas dizem respeito a produções discursivas da realidade. Essas últimas, ao seu modo, ganham outra forma a partir da própria atividade de pesquisa, na medida em que tal atividade sistematiza, marca, nomeia e classifica, tal e qual qualquer outra atividade simbólica. Ou seja, diferente daquilo que Celso Sá (1998) entende quando afirma que uma pesquisa em representação social promove uma “simplificação” do fenômeno, entende-se que o processo de pesquisa (re)constrói e (re)elabora as próprias produções discursivas analisadas.

Isso significa que os resultados de análise não configuram uma simplificação da representação, dado que, no momento da pesquisa – e, por conseguinte, de uma atividade de interpretação vinculada a um(a) ou mais pesquisador(a) – há a construção de hipóteses, relações e sentidos que conferem ao objeto elementos de significação novos e/ou recombinações. A relação que entrelaça um dado de pesquisa e um(a) pesquisador(a) é uma

relação de produção de sentido, como outra interação comunicativa, e não apenas uma manipulação neutra dos resultados. Por outro lado, esse é um processo reflexivo que exige linhas argumentativas que justifiquem as interpretações realizadas, pois essas últimas não podem ser acidentais e sim produtos de um diálogo crítico entre o material de análise utilizado e as bases hermenêuticas atreladas aos pressupostos teórico-metodológicos afiliados.

3.4. Considerações sobre mídia e comunicação

A preocupação com os meios de comunicação está presente na TRS desde a sua inauguração com a obra seminal de Moscovici em 1961 (1961/2012). Na segunda parte desse livro, o autor dedica uma análise específica sobre como a psicanálise penetrava nos meios de comunicação de massa, especificamente na imprensa francesa. Sua preocupação aqui não era só com o conteúdo, mas sobre como ele era praticado nas comunicações de cada meio. Nesse sentido, o autor termina por centrar sua análise na noção de sistemas de comunicação, demarcando as produções e usos diferenciados dos conteúdos a partir de três deles: difusão, propagação e propaganda (MOSCOVICI, 1961/2012).

A difusão, naquele contexto, comportava os meios que visavam fazer circular o conhecimento da psicanálise, não se posicionando de forma bem definida na produção de condutas específicas. Nesse sistema, o receptor – o público – não constituía um grupo estruturado. A propagação contemplava os jornais e revistas de orientação religiosa (católica) e foi caracterizada por integrar um objeto (a psicanálise) ao quadro simbólico de referência existente (a religião). Assim, embora a psicanálise fosse uma forma de conhecimento que muitas vezes confrontava o catolicismo, esses meios de comunicação buscavam assimilá-la e adaptá-la a partir do conhecimento religioso, produzindo, assim, atitudes positivas sobre o objeto. Por fim, a propaganda seria o sistema que se caracteriza como um instrumento de ação, visando formar a visão de mundo de um grupo específico e estruturado. Naquele contexto, Moscovici analisou as produções dos meios de comunicação comunistas, em que a psicanálise era rejeitada e era interpretada como um instrumento de despolitização do sujeito, ganhando elementos diferenciados que dependiam da orientação dos partidos. Esses três sistemas estariam, por sua vez, particularmente relacionados aos processos de formação de opiniões, de atitudes e estereótipos, respectivamente (MOSCOVICI, 1961/2012; JODELET, 2001).

A despeito da importância teórico-metodológica da divisão citada, a reflexão sobre algumas questões fazem com que a presente pesquisa se distancie dessa forma de esquematização analítica. Moscovici estava preocupado com a análise específica de um objeto específico (a psicanálise) em meios de comunicação de massa. Nesse sentido, a divisão entre os sistemas de difusão, propagação e propaganda facilitou a compreensão comparativa de como ele era produzido naqueles meios de comunicação de massa e não em quaisquer outros. Na presente pesquisa, por outro lado, utilizou-se apenas um meio de comunicação de massa, de caráter jornalístico, e outra forma de mídia, com características mais próximas às novas tecnologias de comunicação. Além disso, o interesse não é comparar a produção do objeto nesses dois contextos, mas enriquecer a compreensão sobre a sua construção no espaço coletivo. Por isso, embora seja possível considerar o material jornalístico abordado, pelas suas características, como parte de um sistema de comunicação de difusão, essa classificação não será aqui utilizada.

Dito isso, ainda é necessário discutir brevemente sobre o que se entende por termos como comunicação de massa, mídia, entre outros, pois se tratam de conceitos que, se não esclarecidos, podem ser remetidos a pressupostos teóricos divergentes do quadro teórico trabalhado. Em primeiro lugar, a própria noção de comunicação deve ser refletida. Tendo em conta que se enfatizou anteriormente a linguagem como campo privilegiado de construção de mundos, a comunicação pode ser entendida como o processo em que são praticados os diferentes discursos, esses últimos entendidos como a própria manifestação da linguagem em ação.

Por outro lado, o termo comunicação é muitas vezes associado à teoria da informação, ou teoria matemática da comunicação, de Shannon (1948). Segundo esse autor, o problema da comunicação é basicamente fazer com que se possa repassar uma mensagem (informação) de forma mais exata possível de um ponto a outro. De acordo com Mattelart e Mattelart (2012), nessa tradição a noção de informação ganha estatuto privilegiado e a comunicação, por sua vez, trataria de um processo calculável do seu repasse. Ainda que Shannon reconheça que existem significados envolvidos no processo, o autor afirma que não é do seu interesse discutir suas implicações, mas oferecer um modelo válido para todo e qualquer processo, seja ele concernente a máquinas ou a relações humanas. O resultado do seu modelo é, então, sintetizado a partir do seguinte esquema:

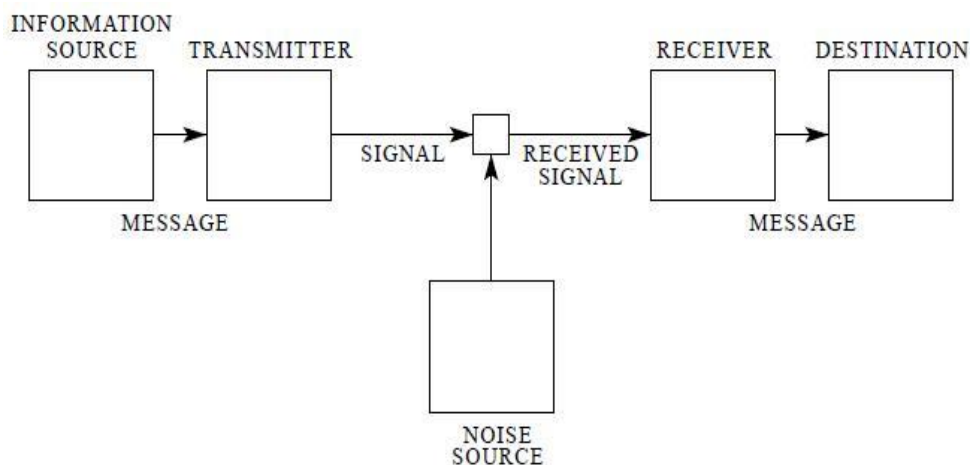


Figura 2 – Diagrama esquemático elaborado por Shannon (1948)

Esse modelo, portanto, caracteriza um processo que envolve uma fonte de informação (que produz a mensagem), um transmissor (ou emissor, que transforma a informação em sinais), um canal (meio utilizado para enviar a mensagem), um receptor (que reconstrói a mensagem) e um destinatário (pessoa ou coisa para quem a mensagem é destinada). Além desses, haveria, entre as partes envolvidas no processo, perturbações ou ruídos. Naquele contexto, esse modelo foi produzido para responder a objetivos relacionados a tecnologias de comunicação, como a telefonia. O modelo de Shannon, entretanto, foi transposto às ciências humanas e muitos pesquisadores passaram a utilizar os termos emissor, mensagem, informação, receptor, canal, etc., de forma irrefletida e, muitas vezes, a partir de uma compreensão da comunicação como processo unilateral e mecânico (MATTELART; MATTELART, 2012).

É possível notar que nesse texto esses termos são muitas vezes utilizados, entretanto, isso não ocorre senão com o objetivo de enfatizar determinados aspectos teóricos relevantes à discussão. Além disso, observa-se que o uso de cada termo ganha significados diferentes daqueles presentes na teoria da informação. A noção de “meio de comunicação”, por exemplo, não trata de um canal ou veículo neutro em que uma mensagem se produz, mas de um contexto de produção específico ou uma forma de comunicação midiática, como jornais, revistas, redes sociais, televisão, entre outros. Com isso, salienta-se que, embora alguns termos popularizados pela teoria da informação sejam utilizados, a noção de comunicação trabalhada remete a uma rede de relações – dialógicas – em que emissor, mensagem e receptor estão entrelaçados pelos atos de discurso. Portanto, não se trata de um processo de repasse de informação, mas de produção simbólica, imbuído de significados que repercutem na realidade.

A noção de meios de comunicação, por sua vez, tem estreita relação com o que se entende por mídia. De acordo com Pernisa e Santana (2010), vindo do latim *media* e *médium*, o termo mídia guarda uma pluralidade interna e, a rigor, pode se referir a todos os meios de comunicação praticados nas relações humanas. Entretanto, de forma mais específica, pode-se tomar por mídia todo e qualquer suporte que constitua ao mesmo tempo um meio e um intermediário de comunicação (PERNISA; SANTANA, 2010). Ou seja, qualquer comunicação mediada através de algum suporte – livros, revistas, jornais, televisão, internet, CD, DVD, entre outros. Recentemente, pesquisadores/as têm utilizado o termo no plural, no sentido de ressaltar a multiplicidade dos meios de comunicação. Por outro lado, é preciso ter cuidado com esse tratamento, pois seu uso pode ser redundante, dado que o termo no singular é de suficiente abrangência (PERNISA; SANTANA, 2010). Embora o uso do termo “mídias” não precise ser descartado e possa ser usado em algumas situações, ele deve ser, a princípio, evitado ou empregado com cautela. Além disso, não cabe nessa pesquisa falar em uma análise *da* mídia, por não se tratar de um campo unívoco, mas de produções midiáticas em formas específicas de mídia.

Dentre essas diversas formas, encontram-se os chamados meios de comunicação de massa, ou *mass media*. A partir do século XX, o rádio e os jornais passam a ganhar relativa centralidade nas relações sociais (MORIGI, 2004), surgindo, inicialmente, como um instrumento de “gestão” da opinião pública (MATTELART; MATTELART, 2012). Naquele contexto, o potencial dessa forma de mídia estava em se poder alcançar um grande público, geograficamente distante, em um curto espaço de tempo. A esse termo, Pernisa e Santana (2010) apontam algumas críticas desenvolvidas ao longo do tempo. Segundo eles, as pessoas tenderam a supervalorizar o papel do emissor, colocando-o numa dimensão superior ao receptor dos conteúdos, a “massa”. O termo massa, por sua vez, parece produzir um apagamento das pertencas singulares de cada sujeito que interage com as produções. O público é entendido como uma coisa amorfa e desfigurada para o qual são dirigidas as mensagens do emissor (PERNISA; SANTANA, 2010). Em síntese, se entendia que o público era manipulado por aqueles que detinham o poder de comunicar para a massa: “um receptor sem forma definida, sem organização clara e que agiria muito mais por impulso do que por consciência de uma dada situação” (PERNISA; SANTANA, 2010, p. 15). Assim, pela comunicação de massa, a audiência era visada como um alvo indiferenciado que obedeceria cegamente o que lhes fosse dito (MATTELART; MATTELART, 2012).

Por outro lado, como salientam Camargo e Bousfield (2011), mesmo em um processo de comunicação de massa, supostamente unilateral, o “emissor” e o “receptor” estão presentes

e configuram uma relação circular entre eles. O que ocorre é um processo dialógico na medida em que o destinatário reage ao conteúdo produzido de diferentes formas, pois participa de relações sociais prévias ao encontro com a mensagem e por isso tem papel ativo na dinâmica de produção de sentido. Além disso, os discursos produzidos em um jornal, por exemplo, não surgem de um vazio social, mas de pessoas inseridas cultural e historicamente que criam expectativas a respeito do seu público. Com isso, ainda que o receptor esteja ausente espacial e temporalmente no ato da produção discursiva de um jornal, pode-se dizer que ele está presente sob forma de expectativas e intenções de quem produz, afetando tanto o que se diz quanto o como se diz. A heterogeneidade encontrada em meios de comunicação de massa ou em outras produções midiáticas, portanto, decorre da coautoria de sujeitos sociais diversos. Pode-se dizer, então, que as produções midiáticas estão sempre imbuídas de expressões grupais, de interesses específicos e relações de poder encontradas na sociedade (CAMARGO; BOUSFIELD, 2011). Desse modo, ressalta-se que falar em meios de comunicação de massa exige, no presente contexto, uma compreensão diferenciada acerca desse processo comunicativo, que se distancia do entendimento unilateral muitas vezes praticado. Se a palavra “massa” é utilizada na expressão, ela denota apenas o potencial de atingir – de diferentes formas – um grande número de pessoas e grupos, um público disperso por ser heterogêneo, mas não menos ativo ou marcado pelos seus posicionamentos na sociedade.

Dito isso, parece claro, ainda, que existem diferenças em relação às formas de mídia de comunicação de massa e outras, caracterizadas por uma maior flexibilização nas relações de produção, como aquelas desenvolvidas a partir do uso da internet. Por essa razão, alguns autores e autoras consideram necessária a separação entre as chamadas mídias tradicionais – os meios de comunicação de massa – e as novas tecnologias de comunicação, introduzindo, entre essas últimas, a noção de mídia social. O conceito de mídia social é resultado das transformações contemporâneas ocorridas no âmbito da comunicação. O termo é usualmente utilizado para descrever as diversas formas de comunicação de conteúdo público, disponíveis e criadas para usuários em um ciberespaço (KAPLAN; HAENLEIN, 2010). Sob a categorização de mídia social são identificados variados espaços digitais, como o Wikipédia, YouTube, Facebook, Yahoo! Respostas, Twitter, Orkut, entre outros. O que interessa na abordagem dessa forma de mídia é o seu conjunto de características, ou seja, a possibilidade de usuários em tempo real produzirem e compartilhar textos, opiniões, julgamentos, vídeos, informações, notícias, entre outros. A interação entre quem produz determinado material e quem tem acesso é viabilizada de forma muito mais rápida e livre – pelo seu caráter público e

voluntário – do que nas chamadas mídias tradicionais. As produções dessas últimas, como os jornais, ainda que sejam tomadas por um produto de coautoria social, passam por um tratamento técnico-estético mais rígido sobre o que e como deve ser veiculado.

Nesse sentido, a utilização de uma mídia social como fonte de dados de pesquisa pode fornecer um material em que a participação pública de indivíduos – novamente, com pertencas sociais diversas – permite o acesso a jogos argumentativos e discursivos potencialmente mais variados ou, ainda, com características mais próximas das conversações cotidianas. Por outro lado, ressalta-se que a palavra social do termo tem origem na demarcação daqueles que o cunharam em relação às ditas mídias tradicionais. E, embora soe repetitivo, cumpre ressaltar que isso não as torna mais “sociais” do que as outras, pois todas as formas de mídia são dirigidas ao outro com claro propósito de interagir socialmente.

Por fim, partir para uma análise de produções de um fórum digital de discussão, uma mídia social, portanto, permite lidar com uma forma de produção discursiva que se aproxima um pouco mais das trocas conversacionais cotidianas. Por outro lado, a utilização de um jornal, como exemplo de um meio de comunicação de massa, direciona o foco a um material que desempenha um papel relevante na organização e institucionalização de discursos que produzem objetos sociais (SANTOS; ALESSIO; SILVA, 2009).

A partir do panorama apresentado é possível levantar pelo menos duas perguntas condutoras: Como a maconha é construída nas duas formas de mídia abordadas? Que outros objetos, fenômenos e processos psicossociais são relacionados a essas construções discursivas? Foi com base nessas duas questões que a pesquisa realizada teve o objetivo de analisar a construção social da maconha a partir de duas formas de comunicação, refletindo, com isso, sobre outros processos a ela relacionados. Além disso, a análise empírica dos dados reflete o interesse sobre a discussão teórica das relações entre linguagem, comunicação e representações sociais.

4. OBJETIVOS

4.1. Objetivo Geral

Analisar a construção social da maconha em duas formas de comunicação, refletindo sobre a relação entre linguagem, comunicação e representações sociais.

4.2. Objetivos Específicos

1. Analisar a construção social/discursiva da maconha em uma mídia jornalística;
2. Analisar a construção social/discursiva da maconha em uma mídia colaborativa e informal: um fórum digital de discussão;
3. Identificar os principais temas e campos de relação em que a maconha é inserida nas diferentes comunicações;

5. PERCURSOS METODOLÓGICOS

Como mencionado, a pesquisa realizada abordou duas formas de mídia como fonte de dados. Nesse sentido, foram utilizados os materiais de uma mídia “tradicional” (jornais) e de uma mídia “social” (um fórum digital de discussão). A escolha por essas duas formas de comunicação decorre do interesse em diversificar as condições de produção do material analisado, ampliando, a princípio, a gama discursiva que participa da construção social da maconha no Brasil. Grosso modo, pretendeu-se analisar tanto como a maconha é discutida em uma mídia que responde por uma instituição com fins jornalísticos, como em uma mídia de caráter informal e colaborativa, na qual qualquer usuário pode ter acesso e produzir textos.

Retomando a discussão, viu-se que a apropriação de determinado objeto por meios de comunicação de massa, bem como outras formas de mídia, é um indicador importante da sua relevância social. Além disso, como assinala Soares (2009), os meios de comunicação são mais do que vetores de informação, eles participam da construção de representações sociais, ao mesmo tempo em que fazem circular conteúdos advindos da sociedade. A midiatização, portanto, é um fenômeno constitutivo e constituído de interações sociais discursivas (MORIGI, 2004).

Nesse contexto, a pesquisa realizada – que pode ser decomposta em dois estudos – pode ser descrita como de caráter documental. Como definem Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), “pesquisa documental é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos” (p. 5). Aqui, pretendeu-se trabalhar especificamente com textos escritos. Esse tipo de estratégia metodológica tem como vantagem a possibilidade trabalhar com um material que não passou por algum tratamento científico – como no caso das pesquisas bibliográficas – e que já se encontra produzido antes da intervenção do pesquisador. Por outro lado, existe a limitação de não se poder confrontar diretamente os conteúdos produzidos, assim como solicitar maiores esclarecimentos sobre aquilo que foi enunciado, como, por exemplo, em uma situação de entrevista semi-dirigida.

Por fim, se tratando de dois estudos com estratégias metodológicas similares, mas com particularidades, o material utilizado e os procedimentos de coleta e análise são apresentados de forma separada, inseridos no capítulo relativo a cada estudo. Apesar disso, pode-se dizer que houve, de forma comum às duas fontes abordadas, um tratamento baseado na análise de conteúdo temática, referenciado principalmente a partir das contribuições de Laurence Bardin

(1977), ainda que o segundo estudo faça referências mais específicas às técnicas e conceitos trabalhados por essa autora.

Cumprasse assinalar que, embora muitas vezes seja comum falar da análise de conteúdo como um procedimento necessariamente quantitativo, Bardin (1977) a define como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visa realizar inferências sobre as condições de produção de determinadas mensagens e seus efeitos em dada realidade. O uso de técnicas quantitativas nessas análises é uma possibilidade metodológica e não uma condição *sine qua non*. Nesse sentido, ainda que por vezes haja um tratamento dos dados a partir de critérios quantitativos, como ocorreu no primeiro estudo, as análises realizadas são primordialmente qualitativas, pois constituem reflexões sobre a construção discursiva da marca, oferecendo, assim, interpretações sobre processos psicossociais relacionados a esse objeto. Além disso, a análise não se limita ao conteúdo explícito, mas a ausência de determinadas características semânticas é também tomada em consideração (BARDIN, 1977).

6. A MACONHA DOS JORNAIS

Esse capítulo tem o objetivo de descrever os procedimentos metodológicos e analisar os resultados do estudo sobre a construção da maconha como objeto discursivo em matérias do jornal Folha de S. Paulo. Para tanto, são apresentados o material, procedimentos de coleta e análise e, em seguida, os resultados e discussão.

6.1 Material e método

6.1.1. Fontes

Foram analisadas 489 matérias do jornal Folha de S. Paulo em sua versão digital. O jornal Folha de S. Paulo teve a sua fundação em 1921, assumindo ao longo do tempo diversas propostas comunicativas e nomenclaturas, como o *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite*. Apenas em 1960 a direção do jornal unificou todas as suas edições sob o nome de *Folha de S. Paulo* (PINTO, 2012).

A partir de 1994 a Folha passou a expandir seu campo de atuação dos impressos para a internet, que naquele momento ainda era um campo em descoberta. Em 1995 foi criado o Folha Web, que disponibilizava alguns dos conteúdos produzidos pelo jornal, e que em 1996 passou a ser integrada ao portal Universo Online (UOL), empresa separada do jornal impresso. Em 1999 esse projeto passou a ser chamado de Folha Online e, embora estivesse relacionado à Folha de S. Paulo, tinha poucas semelhanças com o jornal impresso (PINTO, 2012). Entretanto, a partir de 2010 – período que engloba a coleta realizada – o Folha Online passa a ser chamado de Folha.com e a ser produzido integralmente pela mesma equipe de edição do jornal impresso, equiparando os conteúdos das duas versões. Além disso, ainda em 2010, o Folha.com incorpora elementos de áudio e vídeo nas suas matérias, mas esses não foram considerados na análise realizada. Cumpre observar que em junho de 2012 o Folha.com assume o logotipo da Folha de S. Paulo e deixa de existir como veículo “independente”, mas essa foi apenas uma mudança de nomenclatura, visto que o conteúdo produzido partia, desde 2010, de uma mesma equipe de edição.

Como assinalado, a coleta realizada considerou os textos produzidos em matérias veiculadas pela Folha de S. Paulo em sua versão *online*. Essa trajetória apresentada nos permite, portanto, considerar algumas características. Em primeiro lugar, como salientam

Pernisa e Santana (2010), o jornalismo *online*, ou webjornalismo, tem especificidades na sua apresentação, pela própria rapidez de circulação e integração com recursos audiovisuais, além da possibilidade do acesso a outros conteúdos – no caso de matérias que referenciam outras complementares do mesmo portal, fenômeno comum nessa forma de jornalismo. Por outro lado, ainda que seja possível identificar diferenças, o que interessa especificamente a esse estudo são as características relacionadas à forma de comunicação do jornalismo, especificamente àquelas descritas na linha editorial do jornal Folha de S. Paulo.

Nesse sentido, a Folha assume, em seu projeto editorial, o propósito de discutir, com embasamento, questões de relevância social para o cotidiano dos/das brasileiros/as. É um jornal que pretende ser informativo, apartidário, crítico e plural, abordando aspectos diversos da sociedade e não privilegiando posicionamentos unívocos (PINTO, 2012). Claro está que, independente de atingir seus objetivos, essas características, ou intencionalidades, presentes no projeto editorial apontam para a relevância desse veículo como um produtor e produto daquilo que se considera importante ser discutido sobre a maconha. Os efeitos desse veículo, portanto, estão relacionados à organização de diferentes discursos produzidos por diversos setores e grupos da sociedade. Além disso, de acordo com Pinto (2012), ao citar dados de 2011, a versão da Folha de S. Paulo para internet tem cerca de 5 milhões de acessos por dia, remetendo a um grande alcance desses conteúdos por parte de usuários de todo país.

6.1.2. Procedimentos de coleta

A partir de buscas nos bancos de dados do jornal em sua versão para internet, foram coletadas todas as matérias publicadas em um período de dois anos – iniciado em 01/07/2010 e finalizado em 31/07/2012 – que continham no título/manchete pelo menos um dos seguintes termos: maconha, cânhamo, cannabis e canábis.

A opção por abordar somente as matérias cuja palavra-chave estivesse presente no título/manchete ocorreu com o intuito de melhor homogeneizar os resultados, visto que muitas matérias faziam apenas menção à maconha no texto, mas tratavam de discutir, de fato, outros temas. Entende-se que tais produções poderiam ser utilizadas como material de análise, entretanto, buscando uma menor dispersão dos dados coletados, foram tomados apenas os textos em que a maconha assumia relativa centralidade como mote. O título/manchete, por sua vez, se configura como um indicador dos temas centrais abordados. As matérias em que a maconha surja como objeto secundário podem ser, ainda, tratadas em estudos futuros, pois também têm efeitos na construção simbólica do objeto abordado.

Outro aspecto a ser assinalado diz respeito ao intervalo de tempo utilizado. Em primeiro lugar, cumpre ressaltar que o tempo de dois anos reflete apenas uma busca aproximada por uma quantidade de material suficientemente relevante e diversa em termos de conteúdo. Em segundo lugar, observa-se que o início e o fim da coleta estão situados no mês de julho e não em janeiro/dezembro, como usualmente são coletados esses tipos de dados. Isso ocorreu em função da necessidade de equiparar temporalmente os resultados obtidos nessa etapa da pesquisa aos do material coletado no Yahoo Respostas. Há aqui a compreensão de que, ainda que comparar o tratamento de conteúdo a partir dessas duas formas de comunicação não seja o objetivo central, o fato de igualar o período temporal remete a tratar de um mesmo momento cultural, ou seja, de parte das condições de produção relacionadas aos conteúdos estudados.

6.1.3. Procedimentos de análise

Para o processo de tratamento e análise dos dados, foi utilizado o software ALCESTE – *Analyse des Lexèmes Cooccurents dans les Enoncés Simplifiés d'un Texte* – Versão 2010. Esse software funciona com base na co-ocorrência de palavras em segmentos de texto, havendo o pressuposto de que o uso de campos léxicos distintos, ou “mundos lexicais”, pode identificar campos semânticos específicos (NASCIMENTO; MENANDRO, 2006). Originalmente concebido como um software de auxílio às análises do discurso, o Alceste tem sido utilizado como um instrumento que permite identificar os “lugares comuns” discursivos, no sentido de que, a partir deles, os sujeitos comumente se posicionam no ato de enunciar (REINERT, 2000, 2001). A ênfase em conteúdos linguísticos é, portanto, a principal característica que torna o uso desse instrumento relevante aos estudos sobre representações sociais (KALAMPALIKIS, 2003).

O Alceste é baseado em operações estatísticas de tratamento automático dos dados, e fornece resultados para posterior tratamento analítico. Dentre os processos de tratamento, destaca-se, aqui, a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) que, como resumem Nascimento e Menandro (2006), é o processo em que são identificadas as formas linguísticas co-ocorrentes no sentido de constituir classes distintas de campos léxicos. Para tanto, cada UCI – no caso, cada matéria – é repartida em algumas UCE – trechos menores definidos automaticamente pelo número de palavras e pela pontuação. As classes geradas são, então, um conjunto de UCE que mantêm relações entre si pelo uso de um vocabulário específico.

O resultado da CHD, portanto, fornece classes inter-relacionadas que comportam palavras e expressões características das mesmas, facilitando a organização tópica dos discursos encontrados por temas e formas de tratar do objeto. A partir dessas palavras e expressões características, foi possível resgatar os contextos de enunciação de cada uma, o que permitiu a realização de um procedimento de análise de conteúdo temática (BARDIN, 1977). Nesse último, foi possível categorizar e nomear as diferentes classes em função das suas relações semânticas produzidas *nas* classes e *entre* as classes. Desse modo, o processo de análise se alinha com a concepção de que o sentido dos enunciados é produzido pelo próprio uso da linguagem. Assim, os resultados do tratamento do Alceste devem ser refletidos de forma inseparável à dimensão pragmática da produção discursiva sobre o objeto de pesquisa (KALAMPALIKIS; MOSCOVICI, 2005).

6.2. Panorama geral

Como apresentado no material e método, foram analisadas 489 matérias da Folha de S. Paulo sobre maconha, veiculadas na internet, no período compreendido entre 01/07/2010 e 31/07/2012, totalizando dois anos. Os dados foram tratados com o auxílio do software Alceste que, após a divisão de 489 UCI, trabalhou com 2771 UCE. No procedimento de Classificação Hierárquica Descendente, o software distribuiu 2354 UCE em seis classes, ou seja, 84.95% das UCE foi categorizado. Cada classe, portanto, pode ser entendida como uma forma de discurso sobre o objeto abordado e comporta um conjunto de diferentes UCE, que se relacionam pelo vocabulário utilizado, remetendo a campos semânticos específicos.

Apesar da ideia de homogeneidade que poderia ser depreendida desse tratamento, ressalta-se que em cada matéria analisada podem estar presentes UCE características de mais de uma classe temática. Essas classes são então uma possibilidade de apresentação tópica dos discursos encontrados em que o material bruto de análise – as matérias – podem se relacionar com diferentes formas de falar sobre o objeto, garantindo a diversidade comunicativa inerente ao objeto.

Ao final da CHD, foram encontradas seis classes que, quando interpretadas, foram nomeadas e classificadas a partir de temas. O resultado dessa organização, bem como suas formas léxicas características, pode ser observado no dendrograma a seguir. Nota-se, ainda, que cada classe será discutida de forma aprofundada, mas de antemão será realizada uma

breve apresentação do resultado de categorização das classes no intuito de facilitar a compreensão geral das relações entre elas.

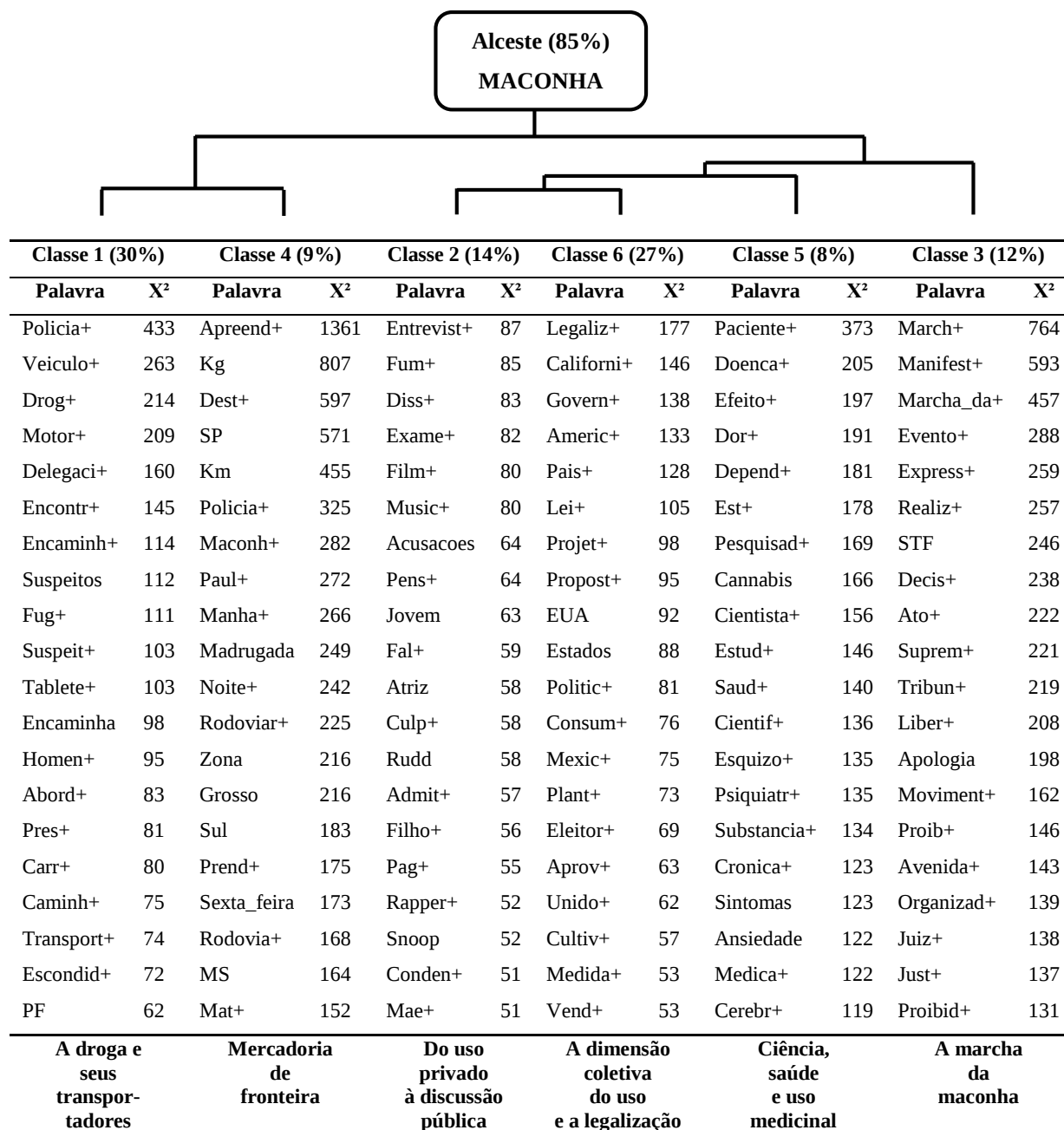


Figura 3 – Dendrograma elaborado a partir dos resultados do Alceste.

Conforme observado no dendrograma, a CHD produziu seis classes distribuídas em dois grandes eixos, o primeiro comportando as classes 1 e 4; e o segundo que engloba as classes 2, 6, 5 e 3. Grosso modo, pode-se dizer que o primeiro eixo, chamado de “maconha: um caso de polícia”, diz respeito à construção da maconha como um objeto relacionado ao tráfico de drogas e manipulado pela polícia como uma mercadoria ilícita. O segundo,

classificado como “maconha: usos e regulação social”, se refere às dimensões individuais e coletivas do uso de maconha em suas relações com os campos da saúde, da política e do direito. Nesse eixo, as finalidades do uso são permeadas pela regulação social do objeto, seja através de leis ou de valores morais que produzem possibilidades e interditos nas relações dos sujeitos com o objeto.

Dito isso, serão apresentados os resultados específicos a cada classe, buscando, ainda, a sua relação com o primeiro ou segundo eixo. Optou-se por apresentar uma tabela contendo as 20 palavras mais características de cada classe, bem como as suas frequências relativas (na classe) e absolutas (na totalidade dos dados). Essas frequências são acompanhadas de um percentual que indica o valor de exclusividade, para a classe em questão, que determinada palavra tem em relação às outras classes. Além disso, essas tabelas apresentam o Qui-quadrado (χ^2) de cada vocábulo em relação à sua classe de pertença, permitindo identificar, por ordem de apresentação, quais palavras são mais características no conjunto de formas léxicas utilizadas nas UCE que compõem cada classe.

Além da referida tabela, a apresentação dos resultados considera, sempre que necessário, outros dados fornecidos pelo tratamento do Alceste, tais como ausências significativas, expressões e UCE características da classe. Esses elementos são abordados com o objetivo de melhor discutir as particularidades de cada forma de discurso, além de permitir ilustrar a análise realizada a partir de trechos característicos.

6.3. Maconha: Um caso de polícia

No eixo chamado “Maconha: um caso de polícia”, estão presentes as classes 1 e 4 que, juntas, contemplam 906 UCE, aproximadamente 39% de todo o material analisado. Nesse eixo estão presentes os discursos que produzem a maconha como um objeto de apreensão policial e a classificam como uma mercadoria do tráfico de drogas, desligado das suas relações de consumo.

6.3.1. Classe 1: A droga e seus transportadores

A classe 1, a primeira desse eixo, diz respeito especificamente ao transporte da droga e suas apreensões pela polícia. Nessa classe estão presentes 688 UCE, que representam cerca de 30% de todo o material analisado. Os resultados dessa classe indicam uma relação direta entre

a maconha e a atuação da polícia na repressão ao tráfico de drogas. Essa relação é produzida em textos que situam a maconha como uma mercadoria, uma droga, apreendida durante o seu transporte:

Palavra	Freq. na Classe	Freq. Total	Percentual na Classe (%)	Qui-quadrado
Polícia+	434	752	57,71	433,48
Veículo+	137	160	85,63	263,98
Drog+	350	693	50,51	214,98
Motor+	99	109	90,83	209,66
Delegaci+	77	85	90,59	160,52
Encontr+	127	188	67,55	145,09
Encaminhad+	48	49	97,96	114,29
Suspeitos	55	61	90,16	112,42
Fug+	50	53	94,34	111,13
Suspeit+	71	93	76,34	103,92
Tablete+	47	50	94	103,62
Encaminhados	40	40	100	98,53
Homen+	56	68	82,35	95,54
Abord+	42	47	89,36	83,84
Pres+	100	167	59,88	81,65
Carr+	79	121	65,29	80,2
Caminh+	66	96	68,75	75,58
Transport+	57	78	73,08	74,99
Escondid+	45	56	80,36	72,5
PF	52	74	70,27	62,22

Tabela 1 – Palavras características da classe 1

Como é possível observar na tabela anterior, a presença de palavras como polícia, delegacia, suspeitos, abordagem, PF, entre outras, denota o uso de um vocabulário específico utilizado para descrever as ações policiais na repressão ao tráfico de drogas, conforme trechos a seguir:

“Após (vistoriar) o (caminhão), os (policiais) (encontraram) a (droga) (escondida) em um (compartimento) (falso) na (carroceria). O (motorista) foi (preso) e (levado) a (delegacia) de Boituva”.

“O (motorista) foi (preso). A (caminhonete) foi (fiscalizada) após uma (denúncia). O (suspeito) e a (droga) foram (encaminhados) ao (distrito) (policial) da (cidade). A (polícia) não divulgou (informações) sobre qual seria o (local) de (entrega) da (droga)”.

Nota-se, ainda, a presença de palavras como veículo, motorista, carro, caminhão, entre outras, que caracterizam as ações policiais descritas nessa classe como especificamente voltadas à logística do tráfico de maconha. De acordo com Magalhães (2000), diferente da cocaína, a maconha do Brasil tem a sua produção principalmente dentro do país. Quando produzida em larga escala, o transporte é feito prioritariamente por terra, através de carros e caminhões que levam a droga das regiões de plantio a diferentes cidades.

O que se observa nessa classe, portanto, é a interceptação da maconha pela polícia em uma das etapas envolvidas na economia da droga, o processo de transporte. A classe reúne discursos de caráter marcadamente descritivo e, por vezes, asséptico no tratamento do tema. A maconha, por sua vez, é discutida genericamente pela nomenclatura de “droga”. O próprio termo “maconha”, por exemplo, é uma ausência significativa ($\chi^2 = -88$) em relação a essa classe. O objeto é aqui produzido como uma mercadoria – apenas uma dentre as outras envolvidas na economia das drogas – sem que as relações de consumo ou demanda sejam implicadas. Uma ilustração disso, por exemplo, é o fato de o termo “uso” ter uma ausência significativa em relação à classe ($\chi^2 = -63$). A maconha é, então, tratada como uma droga genérica e sem consumidor, envolvida apenas nos circuitos de operações policiais. Os transportadores, ou motoristas, são tratados como suspeitos de tráfico e são encaminhados a delegacias e distritos policiais, o que parece produzir um sentido de resolução do fato. Essa forma de construção do objeto, por conseguinte, parece desempenhar uma função de legitimação das operações policiais e as prisões que delas decorrem.

Se a classe 1 reúne descrições de apreensões de maconha, discutida como uma droga genérica, e dos seus transportadores, a outra classe pertencente ao primeiro eixo apresenta algumas particularidades, como a referência à fronteira do Brasil com o Paraguai.

6.3.2. Classe 4: Mercadoria de fronteira

Junto à classe 1, a classe 4 compõe o eixo chamado “Maconha: um caso de polícia”. Essa classe abriga 218 UCE, compondo 9% do material analisado. De forma geral, a classe 4 apresenta uma forma bastante similar àquela da classe 1 de discutir o objeto. Assim como a classe 1, esta aborda a maconha como uma mercadoria envolvida com o tráfico de drogas e apreendida pela polícia:

Palavra	Freq. na Classe	Freq. Total	Percentual na Classe (%)	Qui-quadrado
Apreend+	155	181	85,64	1361,06
Kg	133	209	63,64	807,03
Dest+	110	186	59,14	597,93
SP	87	125	69,6	571,95
Km	91	162	56,17	455,62
Polícia+	188	752	25	325,75
Maconh+	207	978	21,17	282,18
Paul+	84	203	41,38	272,73
Manha+	39	53	73,58	266,97
Madrugada	35	46	76,09	249,33
Noite+	44	71	61,97	242,06
Rodoviár+	44	75	58,67	225,03
Zona	42	71	59,15	216,88
Grosso	30	39	76,92	216,06
Sul	44	87	50,57	183,49
Prend+	27	38	71,05	175,5
Sexta_feira	37	67	55,22	173,38
Rodovia+	39	75	52	168,4
MS	34	60	56,67	164,66
Mat+	32	57	56,14	152,77

Tabela 2 – Palavras características da classe 4

Como observado, dentre as 20 palavras mais características, encontram-se novamente termos que remetem a um vocabulário policial, tais como polícia, apreendidos, entre outros. Por outro lado, a preocupação aqui recai sobre a própria droga apreendida, não relacionando essa a suspeitos ou pessoas que a transportem, mas principalmente a domínios geográficos, conforme os trechos a seguir:

“Polícia (apreende) quase 30 (kg) de (maconha) em coronel (sapucaia), (MS). Policiais do (DOF), (departamento) de (operações) de (fronteira), do (mato) (grosso) do (sul) (apreenderam) na (tarde) deste (sábado), 18, quase 30 (kg) de (maconha) na ms_289 na (região) do (município) de coronel (sapucaia), 416 (km) de (campo) (grande)”.

“Polícia (apreende) 150 (kg) de (maconha) dentro de carro em (ponta) (porã), (MS). Policiais do (DOF), (departamento) de (operações) de (fronteira), do (mato) (grosso) do (sul) (apreenderam) na (noite) da (sexta-feira), 5, 150 (kg) de (maconha) na ms_164 na (região) do (município) de (ponta) (porã), 369 (km) de (campo) (grande)”.

Nesse contexto, a cannabis é nomeada como “maconha” e não apenas como uma droga de forma genérica. Ela é discutida, novamente, como um produto de apreensões policiais relacionadas à logística do tráfico de drogas. Por outro lado, é possível perceber uma

forte presença de referências à região do Mato Grosso do Sul e da atividade específica de policiais do DOF – Departamento de Operações de Fronteiras. Essa presença parece apontar uma rota específica do tráfico de drogas, aquela que é estabelecida entre o Paraguai e o Brasil através, principalmente, do município de Ponta Porã, conforme aborda Magalhães (2000). Nesse sentido, a presença do DOF nos discursos remete às operações de fronteira de repressão ao tráfico de drogas.

A preocupação com essas operações é, inclusive, um dos principais eixos de atuação da Política Nacional Sobre Drogas – PNAD – de 2005 (BRASIL, 2010). O fato de haver uma classe apenas para discursos sobre apreensões no Mato Grosso do Sul em fronteira com o Paraguai pode ter relação com a articulação entre a Folha de S. Paulo e aparelhos estatais como fontes de informação, tais como a PRF (presente de forma mais expressiva na classe 1) e o DOF (presente na classe 4). Talvez, em razão dessa forma de captação de informações, a utilização de recursos descritivos, como horário, região, nome da estrada, etc., encontre explicação. No entanto, isso é apenas uma hipótese levantada que, a partir dos dados encontrados, não pode ser completamente respondida.

Além dessas questões, o tratamento específico do objeto sob o termo de “maconha” pode ser interpretado por, pelo menos, dois caminhos. Em primeiro lugar, a classe 1 descreve operações em que suspeitos de tráfico de drogas são apreendidos junto com a mercadoria. Em função disso, talvez, as comunicações tenham dado maior ênfase ao caráter de droga ilícita para justificar a apreensão daqueles que a transportam como resolução do caso. Em segundo lugar, Magalhães (2000) ressalta que a rota Paraguai-Brasil pelo Mato Grosso do Sul é utilizada costumeiramente para o tráfico de cocaína. Dado que a maconha encontrada no Brasil é costumeiramente produzida internamente, os acontecimentos envolvendo a sua apreensão no circuito de tráfico internacional representa uma ruptura da ordem cotidiana que constitui as práticas policiais de fronteira. Talvez, então, a maconha tenha sido ressaltada como uma mercadoria específica apreendida nas operações narradas pela classe 4.

6.4. Maconha: Usos e regulação social

No segundo eixo apresentado, encontram-se as classes 2, 6, 5 e 3. Somadas, as quatro abrigam 1448 UCE, cerca de 61% do material analisado. Diferente daquilo encontrado no primeiro eixo, as semelhanças entre as classes que o constituem não são tão bem demarcadas. No entanto, o que há em comum a essas quatro classes do segundo eixo é o fato de agruparem

discursos sobre os usos da maconha em relação às condições políticas e jurídicas que a regulam. Em síntese, são as classes relacionadas aos fenômenos de uso em pequena escala (classe 2); aos usos em grande escala ou a sua dimensão coletiva (classe 6); aos temas da maconha, medicina e saúde (classe 5); e ao movimento da marcha da maconha (classe 3).

6.4.1. Classe 2: Do uso privado à discussão pública

Quando o consumo de maconha em âmbito privado⁹ se torna público em uma matéria jornalística? Os resultados da classe 2 parecem ter estreita relação com essa pergunta. Nesse sentido, a classe 2 compreende 343 UCE – cerca de 14% do material – que fazem referência a fenômenos de consumo de maconha diversos no que se poderia chamar, para a discussão, de âmbito privado. Em outras palavras, nessa classe são apresentados discursos sobre fatos que usualmente seriam compreendidos como pertencentes à vida privada, mas que ganham, por razões diversas, o caráter de interesse público. Nota-se, com isso, que essa não é uma classe tão homogênea em termos de conteúdo, mas o uso do vocabulário em relação aos temas encontrados remete de algum modo à pergunta inicial. As 20 palavras mais características da classe são:

Palavra	Freq. na Classe	Freq. Total	Percentual na Classe (%)	Qui-quadrado
Entrevist+	21	27	77,78	87,66
Fum+	45	95	47,37	85,55
Diss+	81	234	34,62	83,87
Exame+	14	14	100	82,57
Film+	16	18	88,89	80,48
Music+	16	18	88,89	80,48
Acusações	11	11	100	64,8
Pens+	11	11	100	64,8
Jovem	18	26	69,23	63,1
Fal+	20	32	62,5	59,87
Atriz	10	10	100	58,88
Culp+	10	10	100	58,88
Rudd	10	10	100	58,88

⁹ Nota-se que o uso dos termos público e privado tem a ver com a experiência largamente compartilhada no cotidiano de que fenômenos microssociais dizem respeito ao âmbito privado, enquanto os fenômenos macrossociais pertenceriam a um nível público de relação. Entretanto, assim como a discussão sobre individual e social, não é possível, em última análise, estabelecer um limite entre o que se chama de privado e o que se compreende como público, pois essa é uma divisão que somente tem fins ilustrativos de discussão.

Admit+	12	14	85,71	57,27
Filho+	16	23	69,57	56,43
Pag+	15	21	71,43	55,03
Rapper+	9	9	100	52,97
Snoop	9	9	100	52,97
Conden+	12	15	80	51,92
Mãe+	11	13	84,62	51,52

Tabela 3 – Palavras características da classe 4

De antemão, é possível observar palavras relacionadas ao meio artístico, tais como música, atriz e rapper, assim como nomes de pessoas desse contexto, como o do rapper Snoop Dogg e do baterista da banda AC/DC Phil Rudd. Dessas, é possível demarcar um primeiro tema encontrado nessa classe, referente ao consumo de maconha por pessoas conhecidas publicamente, como artistas:

“A (atriz) Cameron Diaz (disse) durante (entrevista) no (programa) Lopez tonight que o (rapper) (Snoop) (Dogg) já lhe (deu) maconha no (colégio)”.

“Justin Timberlake (diz) que (fuma) maconha para parar de (pensar). Justin Timberlake revelou que (fuma) maconha regularmente para relaxar e (fazer) seu cérebro desacelerar. O (ator) e (cantor) (falou) sobre a droga em (entrevista) à revista playboy”.

“(Ator) de (se) (beber) (não) (case) (fuma) maconha ao (vivo) na (TV). O (ator) Zach Galifianakis, 41, acendeu um cigarro de maconha e (fumou) ao (vivo) em um (programa) de (entrevistas) nos estados unidos”.

Pessoas ligadas ao esporte:

“(Disse) ainda, conforme o (site) do tribunal, que uma (punição) de dois (anos) terminaria com a (carreira) do atleta. (Luizão) (admitiu) que usou maconha. Foi a primeira (vez) que (fumei). (fazia) um mês (e) meio que (eu) tinha chegado em natal (e) (minha) (situação) estava indefinida, (disse)”.

Ou mesmo um participante de um reality show:

“Depois de (ficar) três (semanas) na (casa) do BBB11, Igor (disse) que parou de (fumar) maconha. O participante (disse) durante o (programa) que quando saísse iria (passar) uma (semana) (fumando). (Eu) parei de (fumar). O Big Brother foi bom para (eu) (dar) um (tempo) e (pensar) na (vida) um pouco”.

O que há em comum a esses recortes textuais é a relação entre personalidades conhecidas e o consumo de maconha, sendo esse uso, em si, tratado como acontecimento extraordinário. Isso fica evidente pela forma de trabalhar a notícia, em que se recorre prioritariamente aos relatos das pessoas envolvidas em entrevistas para televisão, por

exemplo. Esses relatos produzem um sentido de revelação pessoal em que os sujeitos “admitem” usar ou ter usado maconha em determinadas circunstâncias.

Como se sabe, há uma maior aceitação do uso de maconha entre a chamada classe artística desde os anos 80 (MACRAE; SIMÕES, 2003). Essa aceitação, ou tolerância legal, parece ser evidenciada pela relação inversa entre os usos por pessoas famosas e termos como polícia ($\chi^2 = -80$) e delegacia ($\chi^2 = -15$). A referência explícita ao uso por artistas pode ser encontrada, por exemplo, em uma das UCE da classe, que trata do relato da cantora Lady Gaga:

“Ela fez uma ressalva e (disse) que (mantém) o habito sob controle porque não é bom para a voz. Não encorajo jovens a (usar) drogas. O que os (artistas) fazem de (errado) é que eles mentem. Eu (não) minto. Meus (fãs) sabem quem eu sou”.

Por outro lado, nota-se, por exemplo, que há uma regulação daquilo que é aceito ou tolerado e do que é tratado como um problema. Nesse sentido, os discursos encontrados fazem referência tanto a usos tratados com familiaridade – como o exemplo de Justin Timberlake – como outros não tolerados, como aqueles entre pessoas do meio esportivo, onde há sanções específicas relacionadas ao *doping*.

Por outro lado, a classe 2 não reúne apenas discursos sobre famosos que usam maconha. Nessa classe, existem também trechos de matérias que tratam de acontecimentos não usuais, ou inesperados, que mobilizam questões legais, morais, entre outras:

“Uma americana (admitiu) ter (dado) maconha para a (filha) de 2 (anos) e usado o (celular) para (gravar) a (criança) (fumando)”.

“Na ocasião da (prisão), Deters (afirmou) que (algumas) pessoas (nunca) deviam (ter) (filhos). Jessica (Gamble) (está) presa e pode ser (condenada) a pelo menos seis (anos) e meio de (prisão) pelas (acusações) de corromper uma (criança) com drogas e (colocar) a (vida) de uma (criança) em perigo”.

“(Canadenses) se intoxicam ao (comer) (brownie) com maconha por engano. Três empregados de uma empresa na cidade de Victoria, no (Canadá), (passaram) (mal) após uma (colega) ter inadvertidamente (dado) a eles (brownies) de chocolate feitos com maconha”.

É possível observar que dentre esses trechos, dois fazem referência a um mesmo caso. Nesse contexto, é narrado o caso de uma mãe, Jessica “Gamble” ($\chi^2 = 47,1$) que foi acusada e presa por expor a sua filha ao uso de maconha. Tanto nesse caso, como naquele que aconteceu no Canadá, há a produção de uma não familiaridade dos fenômenos. São acontecimentos que

fogem do uso cotidiano esperado da maconha. Aqui, eles ganham o status de fatos extraordinários e merecedores de notícia.

Cumprе retomar, portanto, a pergunta realizada alguns parágrafos atrás: Quando o consumo de maconha em âmbito privado se torna público em uma matéria jornalística? Quando se torna merecedor de uma notícia? De acordo com os resultados encontrados nessa classe, pode-se dizer que sempre que esse uso é revestido de características que o tornam inesperado a notícia surge. Nessa direção, Motta (2006), ao discutir os jogos de linguagem relacionados à comunicação jornalística, afirma que as notícias, em geral, são relatos do que acontece no mundo. Entretanto, não é todo fato cotidiano que parece interessar à notícia, mas somente aqueles que são vinculados a uma ruptura, uma quebra da normalidade. Nesse sentido, a quebra da normalidade parece aqui se relacionar ora com a pessoa que utiliza a maconha – figuras conhecidas publicamente; ora com as circunstâncias em que esse uso ocorre, como os casos de uso involuntário e/ou por crianças.

A maconha, nessa classe, toma, portanto, a forma de um objeto que pode ser aceito, mas também censurado. É um objeto cujo uso merece ser noticiado quando é incomum. Mas, o que parece chamar atenção é o caráter de surpresa ou de revelação que se reveste a notícia quando o objeto é relacionado a artistas e outros famosos. O fato de o uso de maconha ser compreendido como um fato a ser noticiado quando utilizado por essas pessoas pode estar relacionado, então, a uma regulação moral, dado que a regulação legal ou policial do objeto é inversamente relacionada a essa classe.

6.4.2. Classe 6: A dimensão coletiva do uso e a legalização

Se a classe 2 refere-se ao uso de maconha em pequena escala, a classe 6, por sua vez, trata da dimensão pública do objeto. Nesse sentido, com 631 UCE, aproximadamente 27% do material analisado, os discursos presentes nessa classe se movimentam em torno da regulação política da maconha pelo mundo, destacando-se o tema das mudanças de legislação, conforme a tabela sugere:

Palavra	Freq. na Classe	Freq. Total	Percentual na Classe (%)	Qui-quadrado
Legaliz+	112	154	72,73	177,11
Californi+	63	70	90	146,85
Govern+	65	76	85,53	138,02
Americ+	57	63	90,48	133,75

Pais+	96	142	67,61	128,21
Lei+	62	81	76,54	105,77
Projet+	37	38	97,37	98,02
Propost+	36	37	97,3	95,2
EUA	46	55	83,64	92,7
Estados	60	84	71,43	88,41
Politic+	43	53	81,13	81,56
Consum+	62	94	65,96	76,49
Mexic+	37	44	84,09	75
Plant+	73	121	60,33	73,07
Eleitor+	25	25	100	69
Aprov+	34	42	80,95	63,9
Unido+	39	52	75	62,95
Cultiv+	51	80	63,75	57,61
Medida+	35	48	72,92	53,1
Vend+	35	48	72,92	53,1

Tabela 4 – Palavras características da classe 6

Como é possível observar, dentre as 20 palavras mais características destacam-se vocábulos relacionados aos modelos políticos adotados pelo mundo para lidar com a maconha. Essa discussão é objetivada particularmente nas transformações políticas vivenciadas nos últimos anos pelos Estados Unidos da América (EUA), ainda que faça referências a outros países como México, Colômbia e Holanda e, de forma menos expressiva, ao Brasil.

Como se sabe, a história do proibicionismo e da chamada “guerra contra as drogas” tem estreita relação com a forma como os Estados Unidos têm lidado com o tema. Por proibicionismo, como ressaltado anteriormente, entende-se o modelo moral e político a partir do qual se compreende que o Estado deve proibir determinadas substâncias e reprimir o seu comércio e consumo (RODRIGUES, 2008). De acordo com Rodrigues (2008), essa doutrina, que se expressa não só no campo legal, mas nas culturas de forma geral, tem sido adotada como modelo privilegiado para lidar com a questão do uso de drogas em todo o mundo. O proibicionismo, apesar de ser muitas vezes naturalizado, tem origem recente na história da humanidade e remonta ao final do século XIX e início do século XX (RODRIGUES, 2002). Por outro lado, sabe-se que em toda sociedade em que haja uso de drogas, algumas substâncias são aceitas enquanto outras são reguladas e se constituem como tabus (BURGIERMAN, 2011). O que se produz na lógica proibitiva, entretanto, não é a simples

regulação legal de determinadas substâncias, mas um aparato moral de intolerância a determinadas substâncias e seus usuários.

Dito isso, é de comum acordo dizer que a passagem de algumas drogas da legalidade para ilegalidade teve nos Estados Unidos a sua expressão maior, pois esse foi um dos principais países a impulsionar a chamada guerra às drogas. Segundo Rodrigues (2002, 2008), a produção da lógica proibitiva tem suas raízes na regulação internacional do ópio iniciada ainda no século XIX e se expressa também na lei seca de 1919 nos EUA. No início do século XX havia, nesse país, uma série de grupos religiosos que apelavam contra a “imoralidade” da sociedade, atacando principalmente o uso de álcool e exigindo medidas legais da parte do governo (RODRIGUES, 2008). Esses movimentos ficaram conhecidos como ligas da temperança e impulsionaram a lei seca americana (BURGIERMAN, 2011). A partir de então, mesmo com a revogação dessa lei, houve uma aderência crescente de nações que seguiam ao apelo dos EUA no controle e na repressão às drogas ilícitas. A partir de 1945, os diversos tratados internacionais passam a ter gestão direta da Organização das Nações Unidas (ONU). Os países signatários da ONU, depois de algumas conferências, assinaram a convenção única sobre drogas de 1961, documento esse que é ilustrativo da lógica proibicionista.

No caso específico da maconha, é curioso que essa droga tenha continuado a ser prescrita como medicamento nos EUA até 1941, quando oficialmente foi colocada como droga ilegal em qualquer âmbito (MALCHER-LOPES; RIBEIRO, 2007). No entanto, a sua repressão moral já era expressa nesse país desde o início do século XX, a partir de quando passou a ser associada aos mexicanos – daí o apelido de *marijuana* – e negros, sendo vinculada à ideia de criminalidade e loucura (BURGIERMAN, 2011). Obviamente, essa produção discursiva servia ao controle das chamadas “classes perigosas” de então que, assim como no Brasil – nesse caso com negros e índios – passaram a ser alvo de acusação moral. De acordo com Bastos (1999), esse ataque direto à maconha e seus supostos usuários tinha relação direta com questões econômicas, como o uso industrial do cânhamo por parte do México e com as classes trabalhadoras – negros e mexicanos – que produziam desconforto diante da atmosfera de desestabilidade econômica em alguns setores na época, situação que mantinha níveis alarmantes de desemprego.

Após a retomada de algumas trajetórias do proibicionismo, faz-se a seguinte pergunta: o que isso tem a ver com os conteúdos da classe 6? Em direção a essa discussão, é possível dizer que os EUA têm se colocado à frente do movimento repressivo no diálogo com outras nações desde o início do século XX. Entretanto, essa forma de lidar com a temática tem gerado a cada ano um aumento no número de usuários de drogas ilícitas, acompanhado de

superlotações nas prisões relacionadas a drogas, bem como de gastos públicos cada vez maiores para reprimir o consumo e o tráfico (GABEIRA, 2000; BURGIERMAN, 2011). Além disso, como já foi dito, os Estados Unidos lideram os rankings de consumo de maconha no mundo todo, dado que aproximadamente 40,2% da população já fez uso ao menos uma vez na vida, em contraste, por exemplo, com um índice de 8,8% no Brasil (CARLINI et al, 2007). Essas questões, aliadas a outras discussões pelo mundo, têm levado a um discurso quase consensual entre pesquisadores de que o proibicionismo total tem sido uma estratégia fracassada na forma de lidar com as drogas (BURGIERMAN, 2011).

Com isso, muitas nações têm proposto modelos políticos diferenciados daquele inicialmente levantado pelos EUA e a ONU. Esse movimento de reelaboração política encontra lugar principalmente em países como Holanda, Portugal, Espanha, Uruguai – mais recentemente – e, curiosamente, alguns estados dos EUA. A maconha, por sua vez, parece ter importância privilegiada nessas transformações, tanto pela sua relevância social, como pelas suas possibilidades de uso terapêutico (BURGIERMAN, 2011), como matéria prima (GABEIRA, 2000), ou simplesmente por ser considerada uma droga menos danosa em relação a outras, tanto ilícitas como lícitas.

A classe 6, por sua vez, parece se relacionar com esse contexto de transformação que muitas culturas têm passado na forma de lidar com as drogas e, mais especificamente, com a maconha. Assim, ela faz referência direta aos modelos políticos de outros países, bem como ao próprio movimento de transformação vivido ou proposto, como exemplificado nos seguintes trechos:

“Considerado o (referendo) mais (polêmico) dos inúmeros que ocorreram em paralelo às (eleições) (parlamentares) e para (governador) dos (EUA), o (projeto) de (lei) que visava à (legalização) da maconha foi (rejeitado) por 54 por cento dos (eleitores) da (Califórnia)”.

“Dezesseis dos 50 (estados) (americanos), assim como o distrito de Columbia, (Washington), (legalizaram) nos últimos anos o (uso) da maconha para (fins) terapêuticos. Mas o (cultivo) da (planta) é estritamente (regulado) para este (uso). (Plantar), (vender) ou (distribuir) comercialmente maconha e (ilegal), segundo a (legislação) federal”.

“O (governo) do (Uruguai) (apresentou) nesta quarta feira um (projeto) de (lei) para a (legalização) (controlada) da maconha, em uma (medida) para tentar (diminuir) a (criminalidade) decorrente do (narcotráfico)”.

A partir dos trechos abordados é possível identificar alguns elementos importantes que se relacionam com as formas de discurso encontradas nessa classe. Em primeiro lugar, há a preocupação nos EUA com a realização de referendos estaduais para decidir sobre determinadas medidas estatais. Como se sabe, o modelo político dos Estados Unidos se

estrutura a partir do federalismo, modelo esse que garante autonomia de cada estado na construção de suas leis próprias, desde que essas não se choquem com a constituição federal. Além disso, como afirma Burgierman (2011), qualquer cidadão pode levar um projeto de lei a plebiscito, desde que haja um mínimo de 8% de assinaturas dos eleitores que votaram para governador. Segundo esse autor, isso confere mais autonomia à sociedade civil na construção de políticas, característica essa que permitiu em 1996 a aprovação na Califórnia da primeira lei estadual que regulamentava o uso medicinal de maconha.

Desde então, mesmo após diversas tentativas de repressão pela agência de controle federal sobre drogas, paulatinamente 16 estados americanos – 21 atualmente – regulamentaram o uso medicinal. A classe 6, por sua vez, faz referências a algumas tentativas por descriminalizar o uso recreativo ou mesmo regulamentar a sua produção e circulação, mas, durante o período analisado, a regulamentação continuava restrita ao contexto médico¹⁰. Ainda em 2012, o Uruguai iniciou uma caminhada precursora em direção a uma política nacional de regulamentação da maconha, mas, até o momento dessa pesquisa esse projeto permanecia em aberto. A justificativa elaborada no contexto desse país envolve, como observado no trecho citado, uma estratégia para lidar com o problema do tráfico de drogas.

Nota-se que a presença do México nessa classe parece ter implicações discursivas diferenciadas. Na classe, as relações desse país com a maconha são ancoradas no tráfico internacional de drogas, pela fronteira entre ele e os EUA, a partir de discursos similares ao conteúdo encontrado na classe 2, como, por exemplo, o seguinte trecho:

“(Autoridades) (mexicanas) (anunciaram) ontem ter (descoberto) um (túnel) (clandestino) (ligando) (México) e (Estados) (Unidos), e 4,5 toneladas de maconha dentro dele”.

Nesse sentido, os discursos em que o México é abordado trazem a maconha como objeto do tráfico. Aqui, então, ela é pouco relacionada aos fenômenos de consumo e, muito menos, ao uso medicinal, como os discursos sobre as políticas americanas o fazem. O que faz com que esses discursos pertençam a essa classe é o vocabulário utilizado, ou seja, as referências realizadas a instâncias governamentais e relações internacionais. Além disso, como o próprio nome da classe sugere, são discursos que incutem a dimensão de regulação estatal por parte das nações, remetendo a aspectos do controle social.

¹⁰ Em novembro de 2012 os estados de Washington e Colorado aprovaram a regulamentação do uso recreativo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1181562-colorado-e-washington-legalizam-uso-recreativo-da-maconha-nos-eua.shtml>

O Brasil, por sua vez, tem se inserido timidamente no debate sobre a reformulação política na forma de lidar com a maconha e outras drogas. De acordo com Burgierman (2011), todas as tentativas realizadas de se mobilizar esse debate foram recebidas como uma ameaça moral ao país ou como uma defesa ao uso de drogas. Nessa classe, a regulação estatal sobre a maconha aparece como relacionada ao deputado Paulo Teixeira:

“O (deputado) Paulo (Teixeira), (líder) do (PT) na (câmara), defende que o (governo) deveria (regulamentar) o (plantio) da maconha e autorizar a (criação) de cooperativas de (usuários)”.

Burgierman (2011) completa que, ainda que se aborde essa discussão no Brasil, a forma de tratar o tema se produz a partir de muito receio. Nesse cenário, poucos políticos se arriscam a propor mudanças e aqueles que o fazem são referidos como defensores das drogas. Segundo esse autor, a própria Folha de S. Paulo tem falado dessas tentativas de forma sensacionalista como, por exemplo, sobre o caso do deputado citado, ao afirmar que ele “defende o uso de maconha” (BURGIERMAN, 2001, p. 57).

Por fim, é possível afirmar que existe um campo discursivo bastante diverso sobre o tema da regulação da maconha. Identifica-se nessa classe argumentos relacionados ao uso recreativo e medicinal, assim como ao tráfico de drogas e as relações entre países fronteiriços. A maconha parece ser produzida, novamente, como um objeto envolto de bastante polêmica, mas ao mesmo tempo de relevância para lidar com campos diversos. Dentre esses, como evidenciado, existe o campo da saúde e dos potenciais terapêuticos da droga, tema esse que caracteriza a classe 5 analisada.

6.4.3. Classe 5: Ciência, saúde e uso medicinal

Com 193 UCE, representando aproximadamente 8% do material analisado, a classe 5 é aquela que concentra as formas de discurso particularmente relacionadas ao campo da saúde e do uso terapêutico da maconha, como observado na tabela de palavras características seguinte:

Palavra	Freq. na Classe	Freq. Total	Percentual na Classe (%)	Qui-quadrado
Paciente+	37	41	90,24	373,18
Doença+	23	28	82,14	205,86
Efeito+	30	47	63,83	197,19
Dor+	20	23	86,96	191,42

Depend+	20	24	83,33	181,86
Est+	24	34	70,59	178,41
Pesquisador+	18	21	85,71	169,16
Cannabis	32	60	53,33	166,64
Cientista+	15	16	93,75	156,65
Estud+	32	66	48,48	146,42
Saud+	24	41	58,54	140,48
Cientif+	15	18	83,33	136,05
Esquizofren+	12	12	100	135,05
Psiquiatr+	12	12	100	135,05
Substancia+	29	59	49,15	134,85
Cronica+	11	11	100	123,74
Sintomas	11	11	100	123,74
Ansiedade	12	13	92,31	122,87
Medica+	12	13	92,31	122,87
Cerebr+	15	20	75	119,59

Tabela 5 – Palavras características da classe 5

Como observado a partir das 20 palavras mais características da classe, o vocabulário remete ao campo da saúde e, particularmente, ao discurso médico que se produz em torno do uso de maconha. Essa relação fica clara pela forte presença de termos como paciente, doença, efeito, saúde, psiquiatria, entre outras. Nessa classe, portanto, estão incluídas as matérias que trazem resultados de pesquisas no âmbito da medicina – psiquiatria e neurologia, principalmente – tanto sobre os efeitos danosos da maconha, como das suas potencialidades terapêuticas, conforme observado nos trechos seguintes:

“Os (pesquisadores) descobriram que a (atividade) (cerebral) fica descoordenada e inexata durante os estados de (alteração) mental com (resultados) similares aos observados na (esquizofrenia). O (estudo), produzido por (cientistas) da (universidade) de farmacologia de Bristol, Inglaterra, (analisou) os (efeitos) negativos da maconha na (memória) e no pensamento, o que pode (provocar) redes (cerebrais) desorquestradas”.

“Na década de 1990, (pesquisadores) identificaram receptores capazes de responder ao (tetrahidrocanabinol), (THC), princípio (ativo) da maconha, na superfície das células do (cérebro). Essa descoberta (revelou) que (substâncias) muito semelhantes existem naturalmente em nosso organismo, permitiu (avaliar) em detalhes seus (efeitos) (terapêuticos) e abriu perspectivas para o (tratamento) da obesidade, (esclerose) (múltipla), (doença) de Parkinson”.

Desse modo, a classe 5 reúne UCE que abordam a maconha como um objeto que emerge a partir de conhecimentos da medicina. O vocabulário utilizado remete a um contexto de produção especializado em que termos técnicos, relacionados ao campo de pesquisa ou da clínica médica, são utilizados para tratar basicamente dos efeitos da maconha no corpo

humano, especialmente no cérebro. A droga é relacionada a efeitos negativos como ao desenvolvimento de esquizofrenia, dependência, danos cerebrais, prejuízos relacionados à memória, câncer de pulmão, bronquite, entre outros. Por outro lado, em outras matérias a maconha é apontada como possibilidade de tratamento, ou como medicamento auxiliar, para anorexia, Parkinson, depressão, ansiedade, fobia social, dor crônica, câncer, etc.

É curioso que as aplicações da maconha no contexto medicinal comportem relações de sentido aparentemente contraditórias. A esse respeito, Malcher-Lopes e Ribeiro (2007) explicam que, a depender da forma ou condição de uso alguns danos podem ser minimizados ou mesmo anulados e, com isso, algumas vezes a utilização de maconha pode ser entendida como danosa ou como proveitosa como medicamento para um mesmo fim. Um exemplo disso é a relação entre maconha e esquizofrenia que, no geral, encontra justificativa quando o uso é intenso e iniciado antes ou durante a adolescência. Por outro lado, considera-se que a partir de determinada idade, a relação entre maconha e sintomas psicóticos é transitória, exceto em casos de pessoas já suscetíveis ao transtorno. Em um sentido diferente, há estudos realizados com o CBD, um dos canabinóides presentes na maconha, que apontam efeitos antipsicóticos promissores, assim como a sua aplicação no tratamento de pessoas com esquizofrenia (MALCHER-LOPES; RIBEIRO, 2007).

De modo geral, ainda que os danos decorrentes do uso crônico de maconha sejam apontados nessa classe, é possível perceber uma maior aderência aos efeitos terapêuticos que os seus canabinóides apresentam. Além desses estudos, as matérias descrevem pesquisas com o sistema endocanabinóide em geral, apontando desdobramentos possíveis da sua abordagem, como no tratamento da obesidade. É preciso observar, ainda, que a classe anterior, sobre a regulação estatal da maconha, fazia referências diretas ao uso medicinal da droga. Por outro lado, a ênfase naquela residia na dimensão coletiva do objeto em face da sua condição legal, remetendo às experiências de uso medicinal no cotidiano. Na classe 5, entretanto, a maconha surge como um objeto que, embora também relacionado ao uso medicinal, é produzido em um discurso ancorado no conhecimento científico, em contexto de pesquisa e aparentemente isolado das relações políticas que esse uso necessariamente implica.

Nesse sentido, como um objeto de pesquisa, a maconha aqui é classificada como *cannabis*, numa clara referência à nomenclatura taxonômica da planta na biologia. Esse tratamento diferenciado insere o objeto nas relações científicas da medicina, neurologia, biologia, entre outros, ao mesmo tempo em que visa retirar o caráter moral que o termo “maconha” poderia produzir. O uso, portanto, da palavra *cannabis* nesse contexto se dá no sentido de produzir uma ideia de neutralidade ao tratamento do tema, conforme usualmente se

espera do conhecimento científico. A essa forma de construção que o objeto assume, chama-se atenção de duas categorias identitárias: os pesquisadores e os pacientes.

Os pesquisadores são apresentados como verdadeiros representantes do conhecimento científico que, através desse tratamento, conferem legitimidade aos argumentos produzidos pelo jornal. Um exemplo disso é o uso de outros termos como “cientistas” e “comprovam” de forma frequentemente acompanhada. De acordo com Motta (2006), é comum abordar técnicos ou especialistas nas comunicações jornalísticas, tendo por função demarcar e legitimar lugares sociais. Os pesquisadores são, portanto, inseridos nas matérias como aqueles responsáveis por falar sobre dada realidade: os efeitos positivos e negativos da maconha para a saúde humana. Os pacientes, por sua vez, não são aqui trazidos como usuários, mas categorizados como doentes, como aqueles que portam determinado transtorno e podem precisar de tratamento com cannabis.

O que chama atenção nessas construções é a produção de uma possibilidade restrita de uso legítimo, ou seja, somente em casos de doença, desligando o objeto da dimensão do prazer relacionada ao seu consumo recreativo – consequentemente muitas vezes desqualificado. Com isso, não só a maconha é produzida como um objeto da medicina, mas o próprio usuário é compreendido a partir de quadros patológicos. Por fim, os discursos dessa classe constroem uma maconha aparentemente asséptica e desligada de questões políticas e morais, em que o uso admitido é aquele autorizado e comprovado pela medicina.

6.4.4. Classe 3: A marcha da maconha

A última classe encontrada no segundo eixo é a classe 3. Com 281 UCE, isto é, aproximadamente 12% do material analisado, essa classe reúne as matérias relacionadas aos atos promovidos pela marcha da maconha. Como discutido antes, a marcha da maconha se configura como um movimento, mas também um ato público que ocorre anualmente em diversas capitais do Brasil no sentido de promover a discussão sobre a maconha e o proibicionismo. A classe 3, então, aborda essa duplicidade da marcha, ora tratando-a como um evento, ora como um movimento social:

Palavra	Freq. na Classe	Freq. Total	Percentual na Classe (%)	Qui-quadrado
March+	107	114	93,86	764,85
Manifest+	94	110	85,45	593,29
Marcha_da_maconha	65	69	94,2	457,63

Evento+	44	49	89,8	288,57
Express+	37	39	94,87	259,48
Realiz+	65	106	61,32	257,51
STF	33	33	100	246,91
Decis+	41	50	82	238,55
Ato+	31	32	96,88	222,64
Suprem+	32	34	94,12	221,64
Tribun+	40	51	78,43	219,26
Liber+	62	113	54,87	208,1
Apologia	32	37	86,49	198,74
Moviment+	32	43	74,42	162,66
Proib+	24	28	85,71	146,73
Avenida+	27	35	77,14	143,7
Organizadores	20	21	95,24	139,87
Juiz+	27	36	75	138,31
Just+	42	77	54,55	137,48
Proibid+	26	35	74,29	131,38

Tabela 6 – Palavras características da classe 3

Como observado, as 20 palavras mais características da classe fazem referência ao movimento e ao ato da marcha da maconha utilizando um vocabulário que a situa principalmente no campo do direito. Essa relação é evidenciada pelo uso dos termos “apologia”, “liberdade de expressão”, “juiz”, “justiça”, entre outros. Essa relação, no entanto, não é por acaso. Ainda que os discursos encontrados façam referência à marcha como um movimento, o tema central é a realização dos atos públicos e suas consequências, como interdições e conflitos violentos, como observado nos trechos seguintes:

“No rio, o (juiz) (Alberto) fraga, do 4º (juizado) especial (criminal), (concedeu) (habeas) (corpus) (preventivo), garantindo que os (manifestantes) não (serão) presos. Já em (Vitória), o (ministério) (público) (acionou) a (justiça), (pedindo) a (proibição) do (movimento). Na (ação), o (promotor) (Marcos) (Antônio) Rocha (Pereira) afirmou que a (marcha) consistiria em (apologia) ao (crime)”.

“Em Curitiba, a (marcha_da_maconha), que seria (realizada) neste domingo, 22, foi (proibida) por (decisão) da (justiça) e se (transformou) em (marcha) (pela) (liberdade) de (expressão). A (marcha) está (marcada) para as 15h, na (praça) Santos Andrade, (centro) de Curitiba. A expectativa da (organização) é que cerca de 300 (pessoas) (participem) do (evento)”.

“A (PM) atribuiu a (reação) à (necessidade) de (cumprir) (ordem) (judicial), dada na sexta, que (proibiu) o (ato). Sem poder fazer alusão à

maconha, os (manifestantes) (saíram) em (passeata) em nome da (liberdade) de (expressão)”.

Durante o ano de 2011, entre os meses de maio e junho, a realização da marcha da maconha foi proibida judicialmente em várias capitais brasileiras, sob o argumento de que o movimento faria apologia ao uso de drogas ilícitas. Apesar dessas proibições, algumas manifestações foram realizadas ainda com o nome de marcha da maconha e outras, como uma forma de lidar com a proibição, adotaram o nome de marcha da liberdade. Com esses eventos, algumas capitais presenciaram conflitos entre participantes da marcha e a polícia. Em 15 de junho desse mesmo ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou equivocadas as proibições realizadas, argumentando que o movimento tratava de um exercício de liberdade política e de expressão, liberando por fim a realização dessas manifestações no Brasil (BRANDT, 2011).

No contexto analisado, apesar de fazer alusão ao movimento da marcha da maconha, esse último tem espaço nas manchetes do jornal como um ato conflituoso e ambíguo. Por um lado há aqueles que compreendem o evento como uma prática criminosa (apologia ao uso de drogas ilícitas) e, por outro, aqueles que conferem legitimidade à sua realização, sejam esses aderentes à causa da marcha ou não. Os argumentos da marcha, entretanto, não são discutidos, mas, de forma muito breve, o movimento é descrito como pró-legalização:

“O (evento) (reúne), em (diversas) cidades (brasileiras), (manifestantes) (favoráveis) à legalização (da) droga”.

O que se produz com essas matérias, então, é a discussão da legitimidade da marcha da maconha e não as implicações sociais e políticas do movimento. A maconha, nesses discursos, surge como um objeto caracteristicamente polêmico que provavelmente suscitam discussões baseadas em argumentos ora jurídicos, ora morais. A polêmica em torno do movimento parece se relacionar com proibicionismo de forma geral, principalmente ao lembrar que essa noção não trata apenas de um modelo estritamente legal, mas de valores culturais. Uma consequência do proibicionismo, de acordo com Burgierman (2011), é a desqualificação daqueles que propõem discutir ou reformular a política sobre drogas. Talvez, por isso, haja uma ênfase maior na discussão da legitimidade do movimento do que nos argumentos relacionados a ele, aspecto esse que fica evidente no apelo a autoridades institucionais, como juízes, ministros e promotores.

6.5. Sobre que objeto estamos falando?

A partir do panorama apresentado, é possível perceber alguns temas que são transversais entre algumas classes e outros que são específicos a uma ou outra forma de discurso. Os resultados trabalhados não parecem apontar uma forma única de construção da maconha nem, tampouco, produções discursivas excludentes entre si. Decerto, se há uma divisão tópica entre vocabulários utilizados, esse tratamento nos indica uma diversidade discursiva que, no uso comum, comporta contradições.

Em outras palavras, as comunicações jornalísticas abordadas fazem uso de diversas formas de construção do objeto, mas essa diversidade não deve ser entendida como a existência de discursos que não se encontram. Isso quer dizer que em uma mesma matéria, por exemplo, pode haver a referência a produções discursivas diferentes de acordo com as intenções e contextos de comunicação em que a maconha seja inserida. Esse caráter de pluralidade discursiva e de constante produção de um objeto social é, inclusive, o que confere dinamicidade às relações sociais. Os espaços públicos de discussão, ou espaços de encontro com a alteridade – para utilizar o termo de Jovchelovitch (2011) – são privilegiados no processo de construção e mudança da realidade social.

Feita essa consideração, é possível abordar os dois eixos da CHD como grandes categorias discursivas no processo de construção social da maconha relacionado às matérias jornalísticas abordadas.

6.5.1. Considerações sobre a “Maconha: um caso de polícia”

Quando o eixo composto pelas classes 1 e 4 é nomeado como “Maconha: um caso de polícia”, essa classificação não é por acaso. Ao observar o uso do vocábulo “polícia” nas duas classes, assim como quando são somadas as frequências do termo em ambas, identifica-se um número de 622 ocorrências em relação a 752 vezes em que essa palavra foi utilizada em todo o material. Isso significa que em cerca de 83% das vezes que a “polícia” foi utilizada nos discursos, esse uso se deu em UCE pertencentes às classes 1 e 2. Dessa forma, esse é um eixo caracteristicamente marcado pela objetivação da maconha em narrativas policiais.

No entanto, os processos sociais em que o objeto é situado parecem ser diferentes entre as duas classes do eixo. Se por um lado a classe 1 apresenta a prisão dos suspeitos como uma resolução final, por outro a classe 4 encontra na própria apreensão da droga a sua

conclusão. Essa diferença pode, de algum modo, estar relacionada à produção de um sentido de eficácia da polícia brasileira em seus domínios de atuação nacional, prendendo suspeitos (classe 1) e internacional, interditando a entrada da droga vinda fora (classe 4). São enunciados como esses que legitimam os valores do proibicionismo, conferindo eficácia a essa forma de lidar. O que há em comum, portanto, às duas classes é a construção da maconha como um objeto pertencente ao tráfico de drogas e a sua inserção na discussão policial se relaciona com narrativas de êxito das operações de repressão ao tráfico em larga escala.

O discurso implícito a essas duas classes é o de que a maconha é um objeto que deve ser combatido, retirado da sociedade brasileira e do circuito macroeconômico das drogas que extrapola os domínios territoriais do país. O consumo da maconha, para quaisquer fins, não é implicado nas produções desse eixo, sendo a palavra “uso” uma ausência significativa tanto da classe 1 ($\chi^2 = -63$), como dito antes, quanto da classe 4 ($\chi^2 = -15$). Aqui, a maconha é um objeto desligado do consumo e é inserido no campo de relações da repressão estatal à oferta de drogas. Outra ausência significativa importante de ser destacada é o termo “legalização” e suas variações, tanto na classe 1 ($\chi^2 = -68$) quanto na classe 4 ($\chi^2 = -17$). Nesse sentido, ao retomar o argumento de que a linguagem constrói e demarca, produzindo relações de semelhança e de afastamentos, é plausível dizer que são esses elementos – o uso da maconha e o seu status legal – que estruturam a divisão dos dados em dois eixos, a maconha como um caso de polícia; e a maconha, seus usos e regulação social. Se o primeiro eixo remete a uma naturalização da maconha como objeto ilícito e passível de repressão, o segundo eixo comporta tensões relacionadas ao controle social do objeto.

6.5.2. Considerações sobre a “Maconha: usos e regulação social”

Em primeiro lugar, é preciso assinalar que, em relação ao primeiro eixo apresentado, o segundo apresenta uma heterogeneidade maior de conteúdo. Nesse último, a maconha é discutida – e produzida – a partir de dimensões e campos de relação mais amplos que não somente o da relação com a polícia e com o tráfico. Por exemplo, ainda que a classe 3, relacionada à marcha da maconha, envolva a participação policial, a relação da polícia nesse contexto é com os manifestantes e não diretamente com o objeto.

O que se pode dizer é que esse segundo eixo parece se constituir em oposição ao primeiro e não, de forma homogênea, a partir das proximidades temáticas das classes que o compõem. Se, por ventura, as classes apresentam similaridades, essas dizem respeito ao tipo

de vocabulário utilizado, o que remete à inserção da maconha nos diferentes contextos como objeto de consumo e objeto de regulação social.

Com isso, aqui são encontrados diferentes saberes, ou formas de conhecimento, que se apropriam discursivamente da maconha. Na classe 2, a maconha é inserido em comunicações com fins de entretenimento ou mesmo da relação com o inesperado, sendo objetivada partir de discursos sobre usos por pessoas famosas – e, portanto, entendidos como acontecimentos de relevância – e usos que fogem ao que se espera do consumo de cannabis, ou de drogas ilícitas em geral. A maconha é aqui produzida como um objeto ora familiar, ora não familiar, implicando a demarcação – nem sempre explícita – de usos aceitos e rejeitados culturalmente.

Na classe 6, relacionada à regulação estatal das drogas no mundo, a maconha é ancorada no campo de conhecimentos da política e das relações internacionais. Constituído como um objeto de relevância pública, nessa classe a cannabis surge como objeto não só de consumo, mas de controle estatal para lidar com as suas potencialidades terapêuticas, com os problemas relacionados ao tráfico de drogas e com as demandas de uso recreativo.

Se a classe 6 trata dos usos em suas relações com a política internacional, na classe 5 a maconha é discutida como um objeto de pesquisa inscrito no campo da saúde e das ciências médicas. Nessa classe, a partir da nomenclatura de “cannabis”, a maconha é tanto construída como um remédio em potencial, como uma substância tóxica de efeitos danosos. Particular a esses discursos é o fato de não se incluir os aspectos legais do uso da maconha para fins terapêuticos.

Na classe 3, relacionada à marcha da maconha, o objeto é inserido no campo do direito, envolvendo produções sobre a legitimidade ou ilegalidade do movimento da marcha. A maconha é novamente desvinculada das relações de uso e produzida como um objeto caracteristicamente polêmico no contexto brasileiro. Talvez por essa relativa desvinculação às finalidades de uso, essa seja a classe com vocabulário mais específico se comparado com as outras que compõem o eixo.

Novamente, é possível dizer que o que unifica as classes 2, 6, 5 e 3 é a própria desvinculação do objeto do discurso policial relacionado à repressão das drogas ilícitas, como no primeiro eixo. Isso é bem ilustrado pela relação inversa que todas as quatro classes, respectivamente, têm com os termos “polícia” ($\chi^2 = -80; -257; -92; -31$) e variações de “apreensão” ($\chi^2 = -33; -69; -15; -27$). Com isso, esse é um eixo que parece se distanciar da maconha como mercadoria do tráfico e que a insere na discussão dos seus usos, danos, benefícios e regulação social.

6.6. Considerações finais: a maconha dos jornais

Com efeito, é preciso resgatar os objetivos comunicativos traçados na linha editorial da Folha (PINTO, 2012). Esse jornal pretende ser informativo, crítico e analítico sobre os fatos relevantes para a vida cotidiana de brasileiros/as. Grosso modo, os dados analisados enfatizam a relevância social da maconha em condições temáticas específicas: tráfico e segurança pública; operações de fronteira relacionadas ao tráfico de drogas; famosos que a consomem e fatos incomuns de uso; na política sobre drogas; no contexto da medicina e saúde; e nas manifestações públicas pela mudança social.

Esses temas parecem estar intimamente relacionados aos fenômenos cotidianos que a maconha é comumente inserida, englobando tráfico, uso medicinal, políticas sobre drogas, entre outros. Entretanto, pelo conteúdo analisado é possível observar um conflito de base relacionado à forma de construir esse objeto. Ora a maconha é discutida como um objeto ameaçador, ora como um objeto neutro e, até, benéfico à saúde. Essas diferenças remetem não só à multiplicidade de sentidos atrelada ao objeto, mas, principalmente, aos fins práticos que ele se relaciona. Ainda que de forma aparentemente neutra, as comunicações jornalísticas produzem identidades, legitimam práticas e instituições, ao mesmo tempo em que, de forma implícita, se posicionam sobre determinadas questões.

Nesse sentido, é possível observar que, para o sujeito que se relaciona com a maconha, existem poucas possibilidades de reconhecimento social: ou ele faz parte do tráfico de drogas; ele usa porque faz parte de um grupo que se espera que use – artistas e famosos; ou usa porque precisa, como um remédio. Nesse contexto, o uso recreativo não parece ser plenamente considerado nessa forma de comunicação. Por outro lado, a forte presença de discussões que remetem ao controle social e/ou estatal parece reconhecer a existência de um aquecimento no debate das políticas sobre drogas que, nesse contexto, a maconha tem sido entendida como um privilegiado instrumento de transformação política do campo (BURGIERMAN, 2011).

Por fim, é preciso considerar: os resultados analisados não pretendem confrontar ou criticar as produções do jornal. Mas, com eles, é possível reconhecer essas comunicações como construções passíveis de produzir efeitos que vão muito além da simples informação. Elas, mais do que encerrar uma discussão, provocam interações comunicativas outras, participando ativamente da (re)elaboração social da maconha no Brasil.

7. A MACONHA DA MÍDIA SOCIAL

Esse capítulo tem o objetivo de descrever os procedimentos metodológicos e analisar os resultados do segundo estudo que compõe essa pesquisa. Esse estudo analisou a construção discursiva da maconha/cannabis a partir de tópicos do fórum digital de discussão Yahoo Respostas. Assim como no estudo anterior, apresenta-se primeiro o material, procedimentos de coleta e análise, seguidos, então, dos resultados e discussão.

7.1 Material e método

7.1.1. Fontes

Foi utilizado o material textual produzido em 31 tópicos do Yahoo Respostas¹¹ (YR). O YR é uma plataforma digital em que usuários¹² podem fazer perguntas sobre qualquer tema e receber respostas de outros sujeitos. Quando um usuário faz alguma pergunta, outros têm acesso publicamente tanto a ela quanto às respostas já produzidas para o mesmo tópico por outras pessoas. Com isso, cada tópico-pergunta toma a forma de um fórum de discussão em que os sujeitos compartilham opiniões, experiências pessoais, notícias, informações, entre outros. Quando um sujeito acessa o endereço eletrônico do YR, ele encontra uma página inicial semelhante à seguinte:

¹¹ Disponível em: <http://br.answers.yahoo.com>

¹² Aqui, bem como sempre que for falado sobre esse meio de comunicação, chama-se de usuário qualquer pessoa com acesso à internet, tendo cadastro ou não na plataforma do Yahoo. Logo, quando é dito que os tópicos são públicos, entende-se que eles são acessados não apenas por pessoas vinculadas ao site, mas por qualquer usuário que possa acessar conteúdos da internet.



Figura 4 – Página inicial do Yahoo Respostas

Pode-se observar, então, que a página inicial do YR conta com uma interface colorida e dividida em seções que, supostamente, são intuitivas para usuários não familiarizados. As imagens de abertura chamam atenção para os propósitos diferenciados de acesso, contemplando: fazer uma pergunta; responder perguntas abertas; ou simplesmente consultar os tópicos existentes, seja através da busca automática, de categorias ou de perguntas recentes e populares. Além dessas formas de acesso, os usuários podem entrar em contato com algum tópico através de ferramentas de busca na internet, pesquisando sobre algum tema desejado e encontrando, frequentemente na primeira página, resultados similares ao seguinte:

[Dicas para parar de fumar maconha? - Yahoo! Respostas](#)
[br.answers.yahoo.com](#) > ... > [Necessidades Especiais](#)
 10 respostas - 21 jan. 2008
 Melhor resposta: parabéns,você já esta no caminho certo. nunca fumei drogas ilícitas mas parei de fumar o "bendito "cigarro a exatos15 anos e espero que você ...
[Muita vontade de fumar maconha?](#) - 26 dez. 2012
[Você apoia o movimento Legalize-Ja Marijuana/Maconha?](#) - 24 dez. 2012
[Qual a melhor maneira de fumar maconha?](#) - 23 dez. 2012
[Sobre o pé de maconha?](#) - 16 nov. 2012
[Mais resultados de br.answers.yahoo.com »](#)

Figura 5 – Exemplo de resultados encontrados em sites de busca

Essas múltiplas possibilidades de acesso, principalmente a última mencionada, marcam o caráter de difusão pública dessas produções. Essas características, junto à possibilidade de comunicação voluntária e quase instantânea entre muitas pessoas geograficamente distantes, se relacionam, portanto, com as formas de produção discursiva encontradas nas chamadas mídias sociais. Ao acessar um tópico qualquer de interesse, os usuários encontram, então, um cenário similar ao apresentado em seguida:

Página inicial > Todas as categorias > Sociedade e Cultura > Grupos e Culturas > Gays, Lésbicas, Bissexuais e Tr



Perguntas respondidas [Mostre-me outra »](#)

Vou fumar Maconha pela 1ª Vez?

sou maior de idade tenho 20 anos e sei o que estou fazendo!!!

meus amigos me ofereceram e eu resolvi aceitar a experimentar, hoje a noite.

faz algum mal? qual as reações???

11 meses atrás [Denuncie](#)



Melhor resposta - Escolhida por votação

Bom, você é maior de idade, vacinado e responsável pelos próprios atos, e acredito que consciente das consequências disto, que podem ser boas (se você não gostar e permanecer saudável) ou más (você tornar viciado e sofrer os efeitos colaterais). Se for fumar mesmo, não fume tudo.

11 meses atrás [Denuncie](#)

29% 2 Votos

4 1

2 Interessante! E-mail Comentário (0) Salvar

Outras Respostas (29) Mostrar:



Por que você vai fumar maconha?

Se viciar em um psicotrópico que não te causa bem algum, só traz consequências, que vão começar desde a sua saúde até a sua base familiar.

Figura 6 – Exemplo de tópico no Yahoo Respostas

Com isso, se configura a estrutura de um fórum de discussão digital, em que o usuário pode escrever para responder à pergunta, comentar ou opinar. Além disso, nota-se que quando um usuário cria um tópico, ele está apto a avaliar qual a melhor resposta junto a outros participantes, além de fundar a sua pergunta a partir de alguma categoria, como observado na primeira linha, em azul, do exemplo anterior. Essas informações, apesar de potencialmente relevantes, não foram contempladas na proposta de análise.

7.1.2. Procedimentos de coleta

Foi coletado todo o material textual, produzido por usuários ao longo de dois anos, em que pelo menos uma das seguintes palavras-chave estivesse presente: maconha, cânhamo, cannabis e canabis. Para tanto, foi utilizado o recurso de busca avançada do YR a fim de adequar os resultados aos parâmetros desejados.

Após a busca pela presença de palavras-chave nas perguntas, foram encontrados 64 tópicos. Desses, foram selecionados apenas aqueles em que o termo fora utilizado no título da pergunta, excluindo aqueles em que a palavra-chave só estava presente na descrição. Esse procedimento foi realizado com o intuito de melhor homogeneizar os resultados, visto que muitos faziam apenas uma menção à maconha e tratavam de discutir, de fato, outros temas. Cumpre ressaltar que, embora a presença de palavras-chave na pergunta tenha sido um critério de seleção, as subseqüentes respostas desses tópicos também foram coletadas e analisadas, mesmo que não apresentassem completa aderência ao tema. Além disso, como indicador de relevância ou de suficiência do material, foram coletados apenas os tópicos com 25 respostas ou mais. Por fim, foram encontrados 31 tópicos-pergunta, seguidos de 1027 respostas publicadas, totalizando 1058 segmentos de texto, ou Unidades de Contexto.

Como na coleta das matérias de jornais, o tempo estabelecido utilizou critério de conveniência abarcando os tópicos produzidos em dois anos. Entretanto, ainda que o Yahoo Respostas ofereça ferramentas de refinamento de busca¹³, o campo referente à data de publicação é pouco preciso. Portanto, considerando que os dados foram coletados no mês de julho de 2012, foram incluídos os tópicos publicados em até “2 anos atrás”, segundo a classificação estabelecida pela plataforma. Apesar de os tópicos não incluírem uma data precisa, sabe-se que foram publicados no intervalo entre julho de 2010 e julho de 2012.

7.1.3. Procedimentos de análise

Para a análise dos dados, foi utilizado o software ATLAS.ti, versão 6 (2011). O ATLAS.ti é considerado um software do tipo CAQDAS – *Computer Assisted Qualitative Data Analysis Software* – ou, em tradução aproximada, Programa para Análise de Dados Qualitativos com Auxílio de Computador. Esse tipo de software serve como um instrumento

¹³ Disponível em: http://br.answers.yahoo.com/search/search_advance

de auxílio na organização, tratamento e apresentação de análises qualitativas diversas e depende completamente das direções dadas pelo(a) pesquisador(a) que o utilize. Para o presente propósito, então, a utilização do ATLAS.ti se deu no sentido de auxiliar a realização de uma análise de conteúdo temática (BARDIN, 1977), dada a sua facilitação nos processos de codificação e apresentação dos resultados de análise. Isso significa que os conceitos apresentados pelo software foram adaptados àqueles trabalhados na análise de conteúdo. Entretanto, isso não representa qualquer prejuízo visto que o software não está relacionado a nenhuma corrente teórica e seus conceitos são apenas operacionais.

Antes de descrever as etapas de análise desenvolvidas, convém explicitar alguns termos metodológicos, com base em Bardin (1977) e Oliveira (2008), que são distintos daqueles apresentados no estudo anterior. São eles: Unidade de Registro (UR), Unidade de Contexto (UC), Temas e Categorias. Por unidade de registro, compreende-se uma unidade de significação a ser codificada. Ou seja, é o segmento de texto que, recortado, pode ser categorizado. Pode ser, portanto, uma palavra, frase, parágrafo ou mesmo um documento inteiro. A unidade de contexto, por sua vez, pode ser entendida como a unidade de texto em que determinada UR esteja inserida e que torna a sua compreensão possível. Por tema, consideram-se os núcleos de sentido inferidos nas comunicações analisadas, são conjuntos de UR que obedecem a critérios semânticos de agrupamento e não formais ou estruturais (OLIVEIRA, 2008). Nota-se que, para Bardin (1977), um tema é uma forma de apresentar uma UR, no entanto, como trabalhado aqui, a noção de tema se aproxima do referido agrupamento de UR a partir de um núcleo de sentido. Por fim, as categorias são entendidas como classes construídas pelo(a) pesquisador(a) com a finalidade de reorganizar e analisar os textos abordados.

A partir dessa breve descrição, é possível observar que cada conceito parece tomar forma apenas se relacionado a algum conteúdo. De antemão, pode-se dizer que cada pergunta ou resposta foi tratada como uma unidade de contexto, ainda que, apesar da nomenclatura, essas UC dependam do tópico como um todo – principalmente da pergunta inicial – para fazer sentido. As UR, os temas e categorias, por sua vez, foram construídos a partir do contato e interpretação do material, obedecendo a critérios de relevância e adequação aos objetivos do estudo.

Retomando a proposta sintetizada por Bardin (1977), a análise de conteúdo se organiza a partir de três etapas: a pré-análise; a exploração do material; e o tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Realizado a partir dessa lógica metodológica, esse estudo se iniciou com a própria escolha dos materiais, sendo uma das características da pré-

análise. Nessa escolha, como dito antes, privilegiou-se a tomada de um material suficientemente relevante, ou seja, um material que englobasse discursos sobre maconha, produzidos em um ambiente digital *online*, por um período que possibilitasse a produção de material suficiente. Além disso, ainda na pré-análise, foi realizada uma leitura flutuante de todo o material, o que possibilitou a construção das categorias de análise em relação aos objetivos da pesquisa. A exploração do material se deu, então, pela codificação de unidades de registro em temas a partir de cada categoria de análise, permitindo uma maior organização dos dados. Na terceira e última etapa os resultados foram interpretados e discutidos a partir de redes semânticas produzidas pelo pesquisador para fins de apresentação.

Nota-se que os termos interpretação e construção de categorias são utilizados como uma forma de ressaltar a atividade daquele(a) que analisa determinado conjunto de dados. Isso significa que não há uma pretensão de desvelar a “realidade” dos textos, mas, a partir de objetivos específicos ao estudo, de lançar um olhar interpretativo sobre essas interações discursivas. Olhar esse que, obviamente, tem relação estreita com os pressupostos teóricos trabalhados.

7.2. Primeiros contatos

Como mencionado anteriormente, ao final do levantamento dos dados foram selecionados 31 tópicos-pergunta contendo, cada um, entre 26 e 64 respostas, conforme a tabela seguinte:

	Respostas
Total	1.027
Média	33,13
Mínimo	26
Máximo	64

Tabela 7 – Descritivo sobre o número de respostas dos 31 tópicos

Com isso, o material de análise desse estudo foi constituído por 1027 respostas somadas a 31 perguntas indutoras, perfazendo um total de 1058 unidades de contexto. Para a análise de conteúdo, cada UC foi tratada da mesma forma, independente de se referir a uma pergunta ou uma resposta. O que foi considerado, portanto, foi a presença – implícita e explícita – de características que remetessem a determinados núcleos de sentido. Antes de

iniciar a discussão, é preciso considerar brevemente algumas questões, relativas ao contexto de produção abordado, que não foram necessariamente tocadas na discussão metodológica.

Sabe-se que, nessa forma de comunicação – o Yahoo Respostas – as perguntas são dirigidas a um público real, porém inicialmente imaginado, aspecto esse que afeta a produção do discurso através de expectativas e intenções. Por outro lado, as respostas são dirigidas a interlocutores reais, presentes na interação a partir de textos produzidos – o autor da pergunta e os outros usuários que responderam ao mesmo tópico previamente. Essas características, portanto, devem ser levadas em consideração ao falar do material como um todo, mas, apesar de circunscrever as possibilidades de interpretação, não devem ser entendidas como algo que exija um tratamento diferenciado entre as UC. Se assim o fosse, seria preciso analisar cada resposta pela sua ordem no tópico. Cada tópico-pergunta pode ser entendido como um contexto de produção relativamente delimitado que interfere na forma e conteúdo de cada resposta subsequente, mas os pormenores dessa influência não foram aqui descritos.

Com isso, é preciso ter em conta que o conteúdo produzido nas 1027 respostas é, em parte, direcionado pelas 31 perguntas, mas, pela própria diversidade temática encontrada, ele é aberto a produções discursivas bastante heterogêneas e não limitadas às propostas dos autores das perguntas. Sobre isso, a própria noção de “pergunta” é alargada no contexto de uso da plataforma, dado que alguns usuários escrevem afirmações ou mesmo se respondem no próprio texto, como, por exemplo, nas perguntas intituladas por “Vou fumar Maconha pela 1ª Vez?” e “Vem aí o refrigerante sabor maconha! O mundo tá mesmo perdido?”. Com isso, o lugar de produção de uma pergunta é ocupado pelos usuários com diversos fins, desde expor uma opinião a pedir que outros usuários discutam algo. O que há em comum a todas as produções, como dito antes, é o fato de as comunicações produzidas pelos usuários terem origem nas interações sociais que cada um participa, envolvendo contextos de relação diversos que se encontram no momento de discussão no fórum.

Ao retomar as etapas da análise de conteúdo temática-categorial, ressalta-se que na pré-análise são construídas categorias específicas de acordo com os objetivos da pesquisa. Nesse sentido, o contato com o material, em diálogo com a perspectiva teórica abordada e os objetivos, permitiu a construção de três categorias de análise. A saber: (1) os domínios de relação em que a maconha é inserida e discutida; (2) os papéis atribuídos ao objeto – materializados na discussão das diversas consequências do consumo; e (3) as categorias identitárias relacionadas ao uso de maconha.

Grosso modo, a primeira categoria analisa as formas que o objeto adquire quando inserido em diferentes domínios de relação. Equivale a abordar como e em que contextos

15	Minha namorada me pegou fumando maconha encima da árvore , na rua da minha casa ...?	29
16	Fumar Maconha é pecado?	27
17	Você é a favor ou contra a liberação da maconha?	37
18	Maconha: erva da terapia ou droga da morte?	27
19	Você é a Favor da Legalização da Maconha? Por quê?	33
20	Fumo maconha mesmo, e daí?	39
21	MACONHA	32
22	Fumo maconha,sera que Deus gosta de mim?	27
23	Como posso tirar o cheiro de maconha do meu quarto?	30
24	Como CONVENCER os jovens... a PARAR de usar maconha?	34
25	DEMORA A VIR O REFRIGERANTE SABOR MACONHA! O MUNDO TÁ MESMO PERDIDO?	31
26	Deus também não falou nada sobre não fumar MACONHA, então é permitido?	32
27	Vc é favor da legalização da maconha?	30
28	DESCOBRI QUE A MINHA NAMORADA FUMA MACONHA E AGORA?	31
29	Se maconha fosse liberada, vc fumaria?	33
30	Eu vi os coroinhas fumando maconha, o que eu faço?	29
31	Qual sua REAÇÃO se um AMIGO lhe oferecesse um BASEADO?	64

Figura 7 – Quadro de distribuição de títulos de perguntas por número de respostas

A partir do contato com os títulos dos tópicos, uma primeira pergunta que se faz é: o que as pessoas propõem discutir sobre maconha? Como se pode observar, tanto na Tabela 7 como na Figura 7, o número de respostas por tópico variou entre 26 e 64, sendo a média de respostas de aproximadamente 33. Dentre os cinco ou dez tópicos mais respondidos não parece haver, entretanto, um tema central ou privilegiado que justifique alguma relação entre o conteúdo da pergunta e o número de respostas. Isso levou a um primeiro trabalho de categorização, a partir não só dos títulos, mas da pergunta como um todo, no intuito de apresentar os temas centrais de cada pergunta e observar se há alguma predileção por algum assunto. Tratando cada pergunta como uma UR, essa primeira classificação permitiu a construção do seguinte esquema interpretativo:

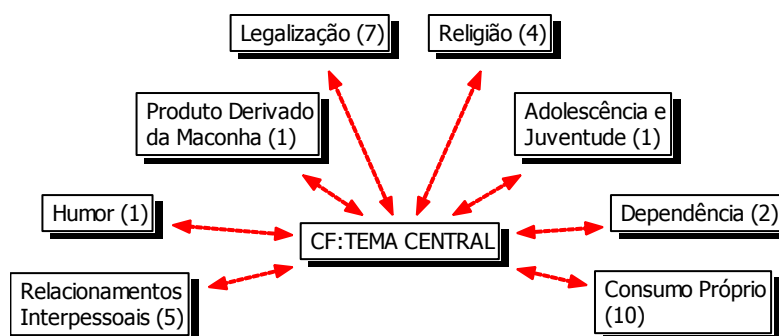


Figura 8 – Temas centrais das perguntas

A partir desse esquema, observa-se que a maior concentração de tópicos se deu em relação ao consumo próprio (10 UR). Nesses tópicos, os usuários discutiam sobre a possibilidade de experimentar a maconha, compartilhavam experiências de uso ou mesmo buscavam saber se outros participantes já haviam experimentado. A característica que reúne esses tópicos é, portanto, o fato de eles estarem voltados às experiências de uso – ou não uso – daquele que cria a pergunta ou dos que respondem. Em segundo lugar, foram encontrados aqueles tópicos que discutem as possibilidades de mudança do *status* legal da maconha, discutidos a partir do tema da legalização¹⁴ (7 UR). Todos, nesse tema, tratam da discussão sobre os aspectos positivos e negativos relacionados à legalização/descriminalização/liberação da maconha. Em seguida, há o agrupamento de tópicos sobre relacionamentos interpessoais (5 UR). Dentre esses, se discute a inserção da maconha nas relações familiares, de amizade e amorosas, englobando preocupações sobre pessoas próximas que fazem uso da droga ou mesmo da influência das relações como fator de iniciação do uso. Os tópicos sobre religião (4 UR), por sua vez, trataram da relação entre o uso da droga, pecado, Deus e a bíblia.

De forma menos expressiva numericamente, identificam-se tópicos em temas como: adolescência e juventude (1 UR), em que o uso de maconha era associado diretamente aos jovens; dependência (2 UR), em que a preocupação central era sobre a possibilidade de se desenvolver dependência de maconha seja pelo uso contínuo ou pela experimentação; humor (1 UR), em que o usuário cria o tópico a partir de uma piada sobre maconha e tráfico de drogas; e produto derivado (1 UR), com um tópico sobre o lançamento de um produto derivado da maconha, um refrigerante, comercializado licitamente em outro país.

É preciso lembrar que alguns desses tópicos poderiam ser categorizados a partir de mais de um tema, entretanto, o objetivo foi classificar cada um pela sua temática central, o seu

¹⁴ Apesar de se saber das diferenças entre os modelos políticos relacionados à Legalização, Liberação, Regulamentação e Descriminalização, os usuários do YR tratam da discussão prioritariamente a partir do signo “legalização” e por essa razão o termo foi conservado na nomeação do tema.

foco. Feito isso, observa-se que a maconha é discutida a partir de diferentes relações, envolvendo dimensões micro – como o uso pessoal, recreativo – e aquelas entendidas como macro – como a dimensão política e legal associada à droga. Além disso, os usuários do YR abordam interesses diversos sobre o objeto, iniciando discussões que remetem à saúde, à religiosidade, às relações interpessoais e assim por diante. Esses diferentes contextos discursivos parecem apontar para uma correspondente multiplicidade na produção do objeto, como é possível observar nas discussões seguintes.

Feita essa introdução, é possível abordar as produções analisadas de forma transversal. Com isso, os resultados apresentados se referem ao conjunto de discursos encontrados e classificados, não sendo exclusivo a nenhum tópico específico. Além disso, é preciso ressaltar que as respostas de cada usuário não constituem um material homogêneo em suas condições de produção, pois, como observado, trata-se de conteúdos provocados a partir de diferentes perguntas. Isso significa que não foi possível realizar uma análise quantitativa no tratamento dos dados, visto que, diante de um material heterogêneo, esse tratamento poderia produzir uma falsa ideia de representatividade a partir de um volume maior de determinados temas do que de outros. Por outro lado, ainda que a análise não tenha sido baseada em frequências de UR, é possível identificar discursos mais ou menos expressivos, mas essa observação foi trabalhada apenas em casos excepcionais – como a referência de determinado tema apenas por um usuário – ou em situações comparativas entre temas intimamente relacionados ou contraditórios entre si.

Dito isso, a análise empregada considerou a presença de discursos e argumentos relacionados à construção social da maconha, compreendendo que o conteúdo se refere às possibilidades de sentido produzidas nos enunciados, dado que os significados são construídos pelo uso da linguagem e não somente pela estrutura textual. Isso significa que o procedimento de análise abordou (muitas vezes de forma indireta) os argumentos, posicionamentos e outros atos linguísticos. Em outras palavras, os usuários produzem o objeto “maconha” sem necessariamente escrever “a maconha é”, “a maconha faz” ou “quem usa maconha é”, pois essa produção ocorre também de forma implícita ao conteúdo manifesto.

Por fim, a apresentação dos resultados segue uma argumentação que enfatiza determinados aspectos do fenômeno da maconha no Yahoo Respostas, o que significa que nem todas as possibilidades de análise estão contempladas. Além disso, pela interdependência entre diferentes temas, algumas categorias de análise apresentam elementos repetidos, no entanto a presença de um mesmo tema em contextos diferentes se vincula a funções comunicativas particulares.

7.3 As múltiplas formas e relações da maconha

Como apresentado anteriormente, a primeira categoria analisada tratou de identificar os contextos de relação em que a maconha é remetida pelos participantes do Yahoo Respostas. Nesse sentido, buscou-se analisar os temas de inserção do objeto, assim como as características que ele assume em diferentes discursos. Ao final do tratamento, foi possível construir a seguinte rede de relações semânticas¹⁵:

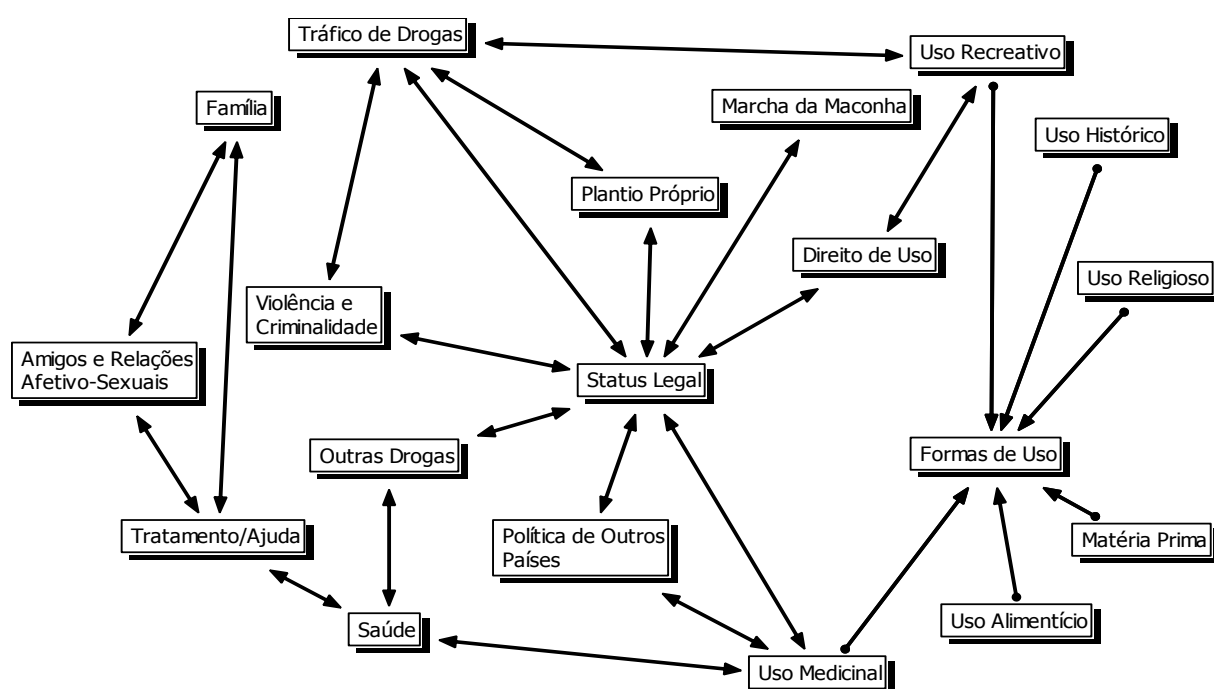


Figura 9 – Domínios de relação da maconha

Como é possível observar no esquema anterior, a rede de relações temáticas em que a maconha se insere é bastante diversa. Dentre os elementos encontrados, podem-se abordar inicialmente as formas de uso atribuídas ao objeto.

Dentre essas, foram encontradas referências ao uso da cannabis em outros períodos históricos, seja em outras nações – por culturas antigas, como na China, Egito e Grécia – bem como no contexto brasileiro que, nesse caso, foi associada principalmente a populações

¹⁵ A construção dessas redes foi baseada no processo de categorização temática e interpretação. O resultado gráfico trata, portanto, de uma organização produzida a partir dos temas encontrados no material analisado. As relações entre eles, por sua vez, não têm origem em cálculos estatísticos, mas em procedimentos qualitativos. Cada seta de ligação, portanto, deve ser entendida como uma interpretação do conjunto de dados em que se observou que determinados temas foram usualmente discutidos de forma correlacionada a outros.

indígenas. A atribuição da cannabis aos índios foi referida, por exemplo, para evidenciar as diferenças entre aquela forma de uso e o contexto atual: *“a maconha fumada atualmente não é nem perto da dos índios (n. 22)”*. De forma alternativa, o apelo ao uso indígena também foi utilizado com a intenção de produzir uma naturalidade ou familiaridade com o objeto: *“maconha é natural só vicia se você realmente quiser. Até índios fumavam (n. 21)”*.

Outra forma de uso referida é aquela relacionada a práticas religiosas, sendo remetida a rituais hindus e, principalmente, ao movimento rastafári: *“depende da sua religião e seu pensamento ,no rastafarismo é como c fosse um ritual religioso (n. 16)”*. Dentre essas discussões, são evidenciadas pelos próprios participantes as diferenças entre a forma de compreender e lidar com a maconha, seja como um objeto de censura e pecado ou um instrumento de prática religiosa.

Como matéria prima, a maconha parece ter relação com os usos apontados por Gabeira (2000) sobre o cânhamo, principalmente no tocante à sua utilidade na produção de tecidos e combustível: *“em outros lugares mais desenvolvidos, como a Europa, as pessoas tem noção das propriedades medicinais da maconha e tb na produção de materiais como tecidos, roupas, combustível e etc.... (n. 12)”*. Nota-se que o discurso da cannabis como matéria prima foi usado principalmente como um argumento em favor dos potenciais benefícios que a planta apresenta em contraposição aos danos usualmente atribuídos pelos participantes. Nesse contexto, os argumentos parecem ser direcionados a formas mais restritas de se discutir o objeto, ou seja, como uma droga psicoativa de uso recreativo. Nesse processo de alargamento das formas de uso da maconha há, inclusive, a consideração dela como produto alimentício, no entanto só houve uma breve referência desse tipo: *“é sim,maconha é coisa de comer,de beber,de fazer tecido,de fazer remédio (n. 25)”*.

Ainda que as formas de uso anteriores tenham ganhado espaço das discussões, a maior concentração discursiva é em torno do uso recreativo – aquele cujo fim principal é a obtenção de prazer – e, de forma menos expressiva, do uso medicinal. Esses dois contextos de uso parecem mobilizar questões que vão desde a legitimidade da maconha como remédio à possibilidade de uso não problemático de maconha como prática recreativa, como, por exemplo, os seguintes trechos sugerem:

“é uma ótima sensação, você fica leve, suave, com vontade de sentir o vento batendo em vc, e rindo muito, nossa, dá um mega vontade de rir, e você viaja mesmo. uma maravilha! só que depois você sente uma fome enormee, a chamada larica. kkkk (n. 21)”.

“acredito que qualquer tipo de droga sem a dosagem correta e sem acompanhamento medico, seja nocivo a saúde das pessoas. a maconha também é uma droga que pode ser usada no tratamento de doentes terminais de câncer e H.I.V (como já é feito nos E.U.A e na holanda) mas a principio, não acredito que seja benéfico a liberação para todas as pessoas. (n. 3)”

Como é possível observar nos trechos citados, o uso medicinal é frequentemente trazido a partir de exemplos das políticas de outros países, naqueles em que essa forma de utilização é regulamentada. Além disso, apesar do primeiro exemplo não evidenciar esse aspecto, ambos os temas tocam diretamente na discussão sobre o status legal da maconha no Brasil, bem como são bastante utilizados pelos participantes para se posicionar sobre as possíveis mudanças políticas relacionadas ao uso recreativo, medicinal ou ambos.

7.3.1. A (i)licitude da maconha em foco

As produções relacionadas ao status legal do objeto parecem ocupar relativa centralidade nos discursos analisados. O fato de serem encontrados 7 tópicos sobre a legalização (Figura 8) aponta de antemão a relevância do campo, mas, além desses tópicos específicos, a discussão sobre a (i)licitude da maconha se insere constantemente também em outras perguntas. Como objeto ilícito, a cannabis é em primeiro lugar discutida a partir dos fenômenos de tráfico de drogas, violência e criminalidade.

Nota-se que a interpretação dada a esses fenômenos parece estar intimamente relacionada com os argumentos pró e contra a legalização da maconha. De um lado encontram-se aqueles que entendem que o tráfico de drogas é fortalecido pela proibição ao mesmo tempo em que a legalização seria uma alternativa: *“os traficantes tb sao contra a legalizacao da maconha... se legalizar vai acabar com uma boa parte da renda deles... (n. 12)”*. Atrelada a essa forma de discurso, parece haver a compreensão de que, diminuindo o tráfico de drogas, diminuiriam os índices de violência urbana. De outro lado, entretanto, há aqueles que compreendem a legalização como algo danoso, pois o tráfico tenderia a aumentar: *“Acho que só iria trazer problemas desnecessário para o Brasil.O tráfico iria se aumentar cada vez mais... (n. 3)”*.

Além disso, não só o aumento do tráfico é compreendido como uma consequência da legalização, mas há também o temor sobre o aumento da violência urbana. Ao seu turno, essa violência é justificada ora como um produto do tráfico, ora como induzida pelo uso e dependência da droga. Como exemplo desse último argumento, um participante afirma que: *“um viciado atras de maconha pode assaltar , matar , so pra conseguir essa droga . quem garante que um cara viciado com os neuronios revirados não possa faazer mal? (n. 12)”*. Por outro lado, ressalta-se que os argumentos apresentados sobre a geração de violência pela maconha são frequentemente negados: *“O álcool deixa voce ligado, voce faz coisas que não*

faria sóbrio... Incluindo agressão, estupro e muitas outras idiotices... Já a maconha tem efeito relaxante, voce fica na sua, não faz mal a ninguém... (n. 12)”.

O uso recreativo, mencionado anteriormente, é outro tema bastante presente na discussão sobre o status legal da maconha. Entendido algumas vezes como um direito individual na gestão do próprio corpo, esse uso encontra seus limites de aceitação na própria ilicitude da droga: *“O maior problema de tudo isso é que os fornecedores desse produto são bandidos, que usam esse dinheiro para financiar o trafico de armas, e tocado o terror em nossa sociedade ceifando a vida de muitos inocentes (n. 3)”*. Nesse contexto discursivo, o argumento central é de que quem faz uso de maconha financia a violência urbana, assim como é potencialmente culpado pelos problemas sociais. Por esse argumento, alguns usuários defendem o plantio para consumo próprio, como uma forma de não se relacionar com as redes de tráfico: *“o q deve ser feito eh liberar o PLANTIO CASEIRO pq aih fumaria quem quer e em casa, plantando de graca sem alimentar o trafico de drogas... (n. 12)”*.

Além dos temas citados, o uso medicinal surge como um contraponto aos sentidos negativos atribuídos à maconha, uma vez que são evidenciados os seus potenciais terapêuticos. Nesse contexto específico, essa forma de uso é utilizada como argumento específico sobre a mudança legal da maconha, por exemplo: *“Maconha é usada para fins medicinais nos EUA. Com a legalização, o uso abusivo e quimiodependência e todos problemas talvez sejam reduzidos. (n. 3)”*. De outro modo, ainda que suas propriedades terapêuticas sejam reconhecidas, alguns usuários se posicionam contra a legitimação dessa forma de uso: *“o problema é a relação risco/benefício que não favorece o seu uso teapêutico, exigindo um controle e cuidado acima do normal... (n. 25)”*.

Por fim, a marcha da maconha é abordada de forma articulada ao uso medicinal, mas a sua discussão se produz principalmente em torno da legitimidade política do movimento. De forma similar ao estudo anterior – que contemplou o mesmo período temporal – a discussão abordou argumentos entre a apologia do uso de drogas e o direito de liberdade de expressão. De forma particular a esse segundo estudo, a marcha da maconha é interpretada como um movimento fútil, diante dos problemas vivenciados no contexto brasileiro: *“acho que isso é coisa de quem não tem o que fazer na vida... porque eles não fazem uma marcha pra pedir melhorias no setor da saúde, educação e cultura? (n. 18)”*. Burgierman (2011) chama atenção para o fato de que frequentemente as pessoas compreendem a questão política relacionada ao uso de maconha como um problema secundário, ou mesmo não merecedor de discussão. Para ele, entretanto, a maconha é um objeto privilegiado na transformação de todo o sistema sobre drogas, sistema esse que se relaciona diretamente com a produção de desigualdade social,

violência urbana e outros danos sociais. Esse autor, assim como Malcher-Lopes e Ribeiro (2007), dentre outros, argumenta que a maconha possui especificidades que exigem um tratamento diferenciado em relação a outras drogas ilícitas.

De forma análoga, seja em relação às lícitas ou a outras ilícitas, a maconha foi frequentemente comparada a outras drogas no material analisado. É provável, ainda, que essa comparação remeta ao quadro simbólico de referência mais recorrente do discurso sobre maconha, ou seja, o contexto de relações de uso de drogas de forma geral.

7.3.2. A maconha e outras drogas

Como indicado, a relação da maconha com outras drogas é utilizada tanto para compará-la com aquelas pertencentes à sua categoria – as ilícitas – como para discuti-la em face das drogas lícitas, principalmente o álcool e o tabaco. Essa divisão se apresentou de forma bem marcada nos dados analisados, mas foi possível identificar formas de discurso distintas e até contraditórias sobre uma mesma classe de drogas.

A comparação da maconha com as drogas lícitas se relacionou com pelo menos três argumentos. O primeiro visa relativizar os danos da maconha assinalando que o álcool e o tabaco são mais danosos do que ela: *“acho que outras drogas legais trazem muito mais problemas que a maconha como o cigarro e o álcool (n. 1)”*. Em um trabalho que analisou discursos sobre maconha em um fórum da internet, Lefèvre e Simioni (1999) encontraram um resultado similar, chamado por esses autores de hierarquia dos vícios. De acordo com esse trabalho, a maconha é confrontada com as drogas lícitas para evidenciar a incongruência ou a suposta hipocrisia da sua proibição. O segundo argumento, por sua vez, parece também se relacionar com essa forma de pensar, pois ainda que equipare a cannabis às drogas lícitas, torna a sua prática de uso familiarizada ao mesmo tempo em que evidencia sua ilicitude: *“fumar maconha é igual beber cerveja, ambas são drogas O problema da maconha é que ela é ilegal, e a mídia tem que passar que faz mal a saúde. Aí você engole tudo que a mídia fala (n. 13)”*. Por fim, há um terceiro discurso que se produz como antidrogas, isto é, parte-se do pressuposto que todas as drogas são ruins: *“Enquanto houver cigarros, maconha, álcool, o Brasil não vai pra frente... (p. 12)”*. Nesse último contexto, a referência às drogas regulamentadas na discussão sobre maconha parece ter relação com o argumento de que não importa se algumas são lícitas, todas as drogas devem ser extintas.

De forma similar, a discussão sobre as drogas ilícitas parece ter fins argumentativos diversos. Uma primeira forma discursiva parece estar relacionada a uma separação entre a

maconha e outras drogas ilícitas, estando frequentemente relacionada a argumentos pró-legalização: *“maconha nao é crack / nao é cocaína / nao é extasy / nao é droga sintetica / nao mata ninguem por doença alguma (n. 3)”*. Esse argumento, novamente, hierarquiza as diferentes drogas em função dos seus danos, mas, diferente do que foi encontrado no estudo de Lefèvre e Simioni (1999), não são citadas apenas drogas regulamentadas, mas também outras drogas ilícitas.

Uma segunda forma de discurso comparativo se relaciona, novamente, com as possibilidades de mudança legal no tratamento da maconha. No entanto, as outras drogas ilícitas são incluídas na discussão como uma ameaça iminente à sociedade: *“Amanhã sera o crack, a cocaína, lsd, heroína e por ai vai. Que Deus nos guarde. (n. 27)”*. É possível observar que esse tipo de argumento foi utilizado muitas vezes como uma forma de declarar a falência de valores morais relacionados ao uso de drogas. Com efeito, alguns participantes interpretam a discussão da legalização como uma ameaça pública, que pode produzir desordem generalizada e que tende a aumentar.

Como observado, a relação entre a maconha e outras drogas, lícitas e ilícitas, se articula a diferentes fins argumentativos, sejam eles concernentes à esfera da saúde, à temática da legalização ou ao campo da moralidade. O que parece ser comum a essas construções é o fato de serem utilizadas para se posicionar se forma valorativa com relação ao objeto. Essa dimensão avaliativa, por sua vez, ganha uma orientação prática mais evidente nas discussões sobre o uso de maconha inserido nas redes de sociabilidade dos participantes, bem como nas expectativas de experimentação da droga.

7.3.3. Maconha, namoro, amizade e família

Quando o seu uso é remetido às relações sociais próximas dos participantes, os discursos sobre maconha parecem tomar características fortemente prescritivas. Nesses contextos, que incluem tanto relações familiares com outras formas de sociabilidade, os usuários são convidados a opinar sobre situações práticas da vida de quem produz a pergunta. As respostas, por sua vez, constroem argumentos caracteristicamente orientados para a ação.

A respeito das relações de amizade, um primeiro aspecto a ser chamada a atenção é a vinculação desse contexto às (possíveis) iniciações de uso. Os círculos de amizade são compreendidos pelos participantes como influentes e, por isso, potencialmente perigosos: *“Talvez o problema são seja experimentar, mas a pressão que receberá para continuar usando, pois se já te pressionam mesmo antes de usar, imagine só depois. Meu conselho: Se*

eu fosse você, abandonaria esses 'amigos'. De amigo assim eu quero distância. (n. 21)''. Nesse sentido é comum encontrar discursos que atribuem a iniciação do uso à influência de amigos. Esse argumento explicativo é evidente tanto nos dados analisados como em outras pesquisas realizadas (ARAÚJO et al, 2006; COUTINHO; ARAÚJO; GONTIÈS, 2004).

Ainda nesse contexto, há a preocupação de alguns participantes com as situações de facilitação do uso, como quando a rede de amigos oferece ou convida o sujeito para consumir maconha. Essas situações são significadas como ameaçadoras e os vínculos de amizade passam a ser questionados: *“acho que se eles fossem realmente seus amigos, acho que eles não te ofereceriam isso não (n. 11)''*. Esse enunciado, por exemplo, se relaciona com outros que remetem o uso da droga a uma falha moral, como uma característica que, por si só, desqualifica o sujeito que consome: *“Larga esse drogado e procura um homen de verdade! (n. 6)''*.

Essa última UR, como visto, tem inserção em um contexto de discussão sobre uma relação de namoro. Dentre os tópicos dessa natureza – aqueles que discutem o uso de maconha por uma das pessoas envolvidas em um relacionamento afetivo-sexual – emergem comunicações em que a maconha se constitui como um objeto decisivo na manutenção ou abandono de vínculos. Nesse sentido, os usuários se posicionam de forma bem diferente sobre como a pessoa que pergunta deve se comportar. Dois enunciados que exemplificam uma polarização no posicionamento são respostas ao tópico *“Meu namorado fuma maconha e acha isso normal. O que fazer? (n. 13)''*:

“Termina com ele isso não é pessoa pra namorar, a qualquer hora ele pode começar a roubar e fazer coisas ruins pra sustentar o vicio, se afaste em quanto há tempo, vc vai encontrar uma pessoa melhor pode ter certeza (n. 13)''.

“Maconha é uma das drogas que dão menos problemas para a saúde, seria pior se ele estivesse fumando cigarros, ele não pode é abusar Mas já que você acha tão ruim assim, conversa com ele (n. 13)''.

É notável, portanto, a relevância que o objeto ganha pelo fato de sua presença ser suficiente para o questionamento de determinadas configurações relacionais. A diferença de posicionamentos, por sua vez, parece se justificar na própria forma como o objeto é construído e percebido pelos usuários. No primeiro, a maconha assume a forma de uma droga que leva à dependência, bem como à prática de crimes, remetendo a um cenário ameaçador e perigoso. No segundo trecho, a maconha é relativizada em comparação a outras drogas, assim como parece ser dirigido aos discursos que demonizam o objeto. A presença de argumentos

combinados à prescrição de comportamentos é, portanto, uma característica que marca tanto os tópicos cujo tema é o namoro, como outros que inserem a maconha nas redes de sociabilidade dos sujeitos, como o próprio contexto familiar.

Dentre esses discursos que sugerem orientações comportamentais se encontram, ainda, aqueles relacionados ao tratamento e ajuda das pessoas que consomem a cannabis. Nesse contexto, de acordo com os participantes, as possibilidades de ação de cuidado com a pessoa que faz uso de maconha transitam entre a religião e a saúde. Além disso, o apoio dos amigos e da família é evidenciado como forma de tentar “convencer” a interrupção do consumo de drogas.

A família, por sua vez, assume múltiplos papéis nas produções discursivas analisadas. De forma mais expressiva, ela é entendida como vítima indireta do uso de drogas: *“Qualquer tipo de droga é ilusão, é uma droga mesmo que só serve para destruir a vida de uma pessoa. E o pior é que quem mais sofre são os familiares. (n. 31).* Por outro lado, há ainda uma construção que atribui ao contexto familiar os motivos de iniciação do uso de drogas: *“Pais que não sabem criar seus filhos, E demais coisas. (n. 7)”*. No entanto, ainda que o discurso que culpabiliza os familiares pelo uso de drogas tenha emergido, tais atores foram majoritariamente discutidos como vítimas, sofrendo direta ou indiretamente pelas práticas de consumo de outros.

Como observado, a inserção da maconha nos contextos de relação dos sujeitos é trabalhada a partir de um quadro simbólico predominantemente alarmista e envolto de sentidos negativos. Isso não significa dizer que não haja discursos que se contrapõem a esses sentidos, pois, como é possível notar até então, há uma produção discursiva múltipla que se relaciona a posicionamentos valorativos distintos e esse aspecto não pode ser desconsiderado. Por exemplo, outra forma de discutir a inserção da maconha nas redes de sociabilidade é evidenciada pelo seguinte trecho:

“muito dos meus mano, fuma, e bebe (eu só bebo), e como eu ando de skate eu vivo na pista, tem muitos fumando maconha lá, os cara são gente boa. Eu já fui amiga de um cara que vendia maconha, ele é um dos cara que tem mais caráter que eu já conheci, sério. A maioria que to vendo aí comentando, é tudo um bando de babaca, que nunca conversou, nem conheceu alguém assim. (n. 7)”.

A produção da maconha como um objeto perigoso, ameaçador e relacionado a sentidos negativos, entretanto, marcou de forma mais direta as produções sobre o seu uso. Por outro lado, se comparadas com as discussões sobre a regulação social do objeto, nota-se que as produções da maconha nas relações micro emergem com características distintas, assim

como são relacionadas a processos sociais outros. Se a preocupação sobre o uso de maconha e seu status legal assume a forma de discussão política sobre os seus efeitos na vida pública, aqui, nas relações interpessoais, o foco se dá nos fenômenos de uso, dependência e formas de gerir a vida privada em face da presença do objeto. Cumpre lembrar que uso e dependência são temas que também se inserem na discussão política da maconha, porém os argumentos vinculados a esses parecem produzir efeitos distintos.

Por exemplo, se para questionar a ilicitude da maconha os usuários apelam para argumentos sobre o tráfico de drogas, uso medicinal e direito sobre a gestão do próprio corpo, quando se fala sobre as relações próximas ao sujeito os enunciados são marcadamente produzidos a partir de dimensões morais e afetivas do objeto. Por outro lado, essa diferença não pode ser entendida, necessariamente, como uma contradição. De outro modo, ela parece apontar a emergência de formas discursivas que desempenham funções particulares a cada contexto temático e enunciativo – nesse caso, em contextos de discussão sobre relações micro e macro de uso.

Assim, em face da diversidade de contextos de relação em que a maconha foi inserida nas comunicações (Figura 9), é possível partir para uma questão mais específica: quais são as consequências atribuídas ao uso de maconha? É dessa discussão que o próximo tópico se ocupa.

7.4 As consequências do uso de maconha

Dentre as consequências do consumo de maconha estão, é claro, os efeitos atribuídos ao próprio momento de uso. Dentre esses, esse momento foi associado aos seguintes: Prazer/Diversão; Calma/Relaxamento; Fome/Larica; Euforia/Riso; Sonolência; Alterações da motricidade; Alterações da sensopercepção; Medo/Paranoia; Angústia; Lentidão/Apatia; Olhos vermelhos; Taquicardia; Analgesia; Aumento ou diminuição da excitação sexual, entre outros. Esses são descritos a partir de nomenclaturas diversas ou mesmo de forma indireta e parecem refletir parte dos efeitos subjetivos e somáticos descritos por Bordin et al (2010) e Malcher-Lopes e Ribeiro (2007).

No entanto, o interesse de análise específico à presente categoria recai nas consequências atribuídas ao uso de maconha, seja ele de curto ou longo prazo, mas não daqueles necessariamente momentâneos. Em outras palavras, foram analisados os discursos

que constroem a maconha como elemento ativo, como objeto capaz de transformar realidades. Com isso, ao final do tratamento foi possível construir a seguinte rede:

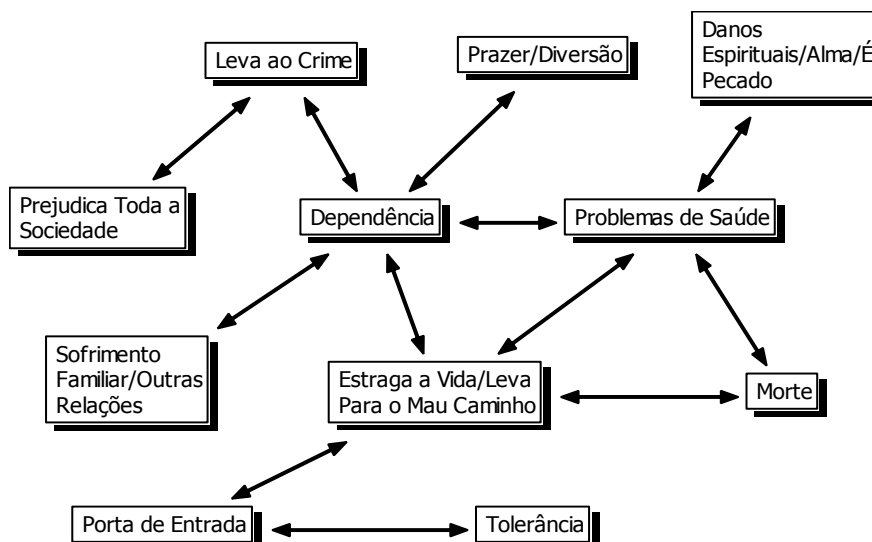


Figura 10 – Consequências atribuídas ao uso de maconha

Como é possível observar, o esquema gráfico construído tem estreitas relações com os conteúdos encontrados na categoria de temas e domínios de relação da maconha. Identificou-se, novamente, o uso de maconha como fator desencadeador de problemas de saúde diversos, sofrimento familiar, violência e criminalidade, mas também relacionado à vivência do prazer. Apesar dessa repetição, as relações que se configuram entre esses elementos apresentam, nessa rede, algumas especificidades.

Em primeiro lugar, o momento de uso da droga é bastante associado à dimensão do prazer e elementos afins, como o riso, relaxamento, alegria, entre outros. Por outro lado, essa característica é vinculada também à dependência química, isto é, no início seria uma prática prazerosa, mas com o tempo o consumo de cannabis levaria ao “vício”: *“hoje você fuma porque gosta, amanhã você fuma porque não consegue viver sem!”* (n. 2). A dependência da maconha parece ser um dos temas principais na organização dos discursos sobre as consequências do uso.

A esse respeito, como esperado, esse tema se relaciona com noções diferentes do que seria a dependência. Uma primeira noção é referida como uma repetição do consumo: *“na primeira vez é muito bom, mas só na primeira vez, então o cara fica repetindo em busca da sensação agradável que sentiu”* (n. 18). Ademais, nota-se que o uso em excesso é muitas vezes descrito como fator desencadeador da própria dependência, que seria o desejo do uso sem controle: *“Depende o quanto vc fuma, se for demais você vai querer no outro dia.”* (n.

9)”. Por outro lado, há ainda os discursos que compreendem o chamado “vício” como desencadeado logo a partir do primeiro uso: *“a maconha te deixaria completamente viciado na primeira vez que vc inserisse e esse papo de que a maconha ã deixa viciado é só uma forma de fazer com que vc use (n. 21)”*. Esse último trecho parece ser direcionado a outra forma de discurso, aquela que argumenta não haver dependência de maconha: *“Maconha n e droga,i sim uma erva, e nao vicia nada,so faz e bem (n. 9)”*.

O argumento da maconha como uma erva natural, apesar de pouco frequente, foi geralmente utilizado no conjunto de dados para descrevê-la como um objeto isento de qualquer característica negativa, não sendo mesmo uma “droga”. A partir desse argumento, a noção de droga parece se constituir como algo necessariamente danoso e/ou como um produto sintético. Como mencionado, todavia, no campo científico a definição mais aceita é aquela que trata como droga (psicoativa) qualquer substância capaz de alterar o funcionamento do sistema nervoso central (OMS, 2006). Contudo, tanto no trecho anterior como em outros enunciados, há indícios de que não só a ação farmacológica caracteriza a noção de droga, mas também – muitas vezes de forma central – a dimensão moral que a produz como objeto necessariamente negativo.

Ainda no contexto científico sobre dependência, é largamente aceito o entendimento de que não há dependência fisiológica associada ao uso de maconha (MALCHER-LOPES; RIBEIRO, 2007). Esse argumento é, inclusive, citado por alguns participantes para se posicionar contra a ideia de que essa droga “viciaria” em seu primeiro uso: *“A Maconha não causa dependência química, apenas psíquica, causando dependência então apenas a quem quer e gosta! (n. 11)”*. Por outro lado, ainda que se reconheça que não há dependência fisiológica da droga, é preciso ressaltar que existem casos reconhecidos da chamada dependência psicológica, descrita como uma dificuldade de interromper o hábito de uso, mesmo quando se deseja fazê-lo (MALCHER-LOPES; RIBEIRO, 2007).

Retomando a dependência como um tema organizador das consequências do uso, percebe-se a sua vinculação a outros elementos, como a criminalidade e a construção da maconha como forma de destruição da vida de quem a utiliza. Essas relações são produzidas, nesse contexto, a partir do argumento comum de que, uma vez dependente da droga, o usuário passa a roubar, assaltar ou mesmo matar para manter o seu consumo. Com isso, a associação entre maconha e mortes tem uma dupla justificativa. A primeira sustenta que as mortes são um produto dessa degradação do usuário, que, levado para o “mau caminho”, comete assassinatos. A segunda, de forma menos expressiva, remete o uso excessivo de maconha a

overdoses, ainda que se saiba que, diferente de outras drogas como cocaína e heroína, não há dose letal pelo uso de maconha (MALCHER-LOPES; RIBEIRO, 2007).

Dito isso, é possível exemplificar a referida vinculação da dependência de maconha a roubos, assaltos e mortes a partir dos seguintes trechos:

“No inicio é tudo mil maravilhas, mas depois que o usuario acaba com todo o dinheiro para comprar a maconha e que começa o grande problema, ele parte para o roubo, violencia e assassinato para conseguir recurso para adquirir a maconha. E quando ele entra nesse mundo perdido so resta dois caminhos ou 2 C: cemiterio ou cadeia. (n. 3)”

“Vc vai achar mto legal qdo ficar mto doidona viciada , vender suas coisas vender os moveis de sua casa assaltar os vizinhos ser presa se individar com ajiotas e traficantes ser estuprada e ter as 2 pernas quebradas e tudo isso pq vc foi ouvir um namorado babaca igual o seu (n. 6)”

De forma marcante, é possível observar que discursos como esses traçam uma trajetória de degradação e destruição associada ao uso da cannabis. Esse objeto assume, então, uma forma essencialmente perigosa e negativa, característica do processo de demonização pelo qual a maconha passou na história do Brasil, tal como apontado por Carlini (2006). No entanto, a dependência da maconha não é o único argumento que sustenta a trajetória de destruição em que ela é associada. Outra forma de construção do objeto temido se relaciona com a teoria da escada, para utilizar o termo de Gabeira (2000), aqui objetivada pela expressão “porta de entrada para outras drogas”. Segundo esse autor, essa tese sustenta que a maconha está relacionada com o início do uso de outras drogas, como a cocaína.

De acordo com Gabeira (2000), não há evidências no campo científico de que o uso de maconha provoque alterações neuronais que justifiquem a relação entre ele e a dependência de outras drogas. No entanto é comum observar que, entre usuários de cocaína, por exemplo, grande parte já fez uso de maconha alguma vez na vida, fato que, por si só, não é capaz de estabelecer uma relação causal. Nos dados analisados, o principal argumento que sustenta a teoria da porta de entrada é o fenômeno de tolerância. Conforme definido pela Organização Mundial de Saúde (2006), a tolerância é a diminuição do efeito subjetivo de uma droga pela administração repetida de uma mesma dose, fenômeno esse relacionado não só à maconha, mas a qualquer substância psicoativa. Em outras palavras, é quando alguém precisa fazer uso de uma dose maior da droga para sentir os mesmos efeitos que uma dose menor provocava anteriormente.

Nesse contexto, a relação entre tolerância e a teoria da porta de entrada emerge em discursos como o seguinte: *“O perigo mora ai pois com o tempo o organismo vai criando*

resistência e é preciso uma quantidade maior para a pessoa se chapa. É então que o idiota opta por Drogas mais pesadas que causam dependência Química além de outros males à saúde. (n. 11)". Por outro lado, a teoria da porta de entrada é também interpretada pelos usuários do YR como um reflexo da proibição, pois aproximaria o acesso de maconha ao de outras drogas através da figura do traficante: *"com a maconha ilegal, os usuários vão comprar aonde? No traficante lógico, ALI as pessoas tem o contato com as outras drogas que acabam sendo 'empurradas' a ela pela persuasão do traficante, afinal este tem que ser bom de papo pra vender seus produtos. (n. 19)"*. Novamente, é importante observar que esse é um claro exemplo de como uma mesma forma discursiva parece se relacionar com argumentos diferentes, assim como produzem efeitos distintos na construção do objeto. Ora a teoria da porta de entrada é utilizada na construção de uma atmosfera perigosa, ora como um argumento que questiona o status legal do objeto.

Além dos aspectos discutidos, as consequências do uso são também objetivadas nos danos à saúde. Nesse contexto destacam-se principalmente os danos cerebrais/neurológicos, danos relacionados ao aparelho respiratório, à memória e o desenvolvimento/agravamento de transtornos de humor. A esse respeito, Malcher-Lopes e Ribeiro (2007) afirmam que a maior parte dos prejuízos associados à maconha, como os danos cerebrais ou relacionados à memória são evidentes apenas em situações de uso crônico, bem como são transitórios, desaparecendo pela simples interrupção do uso. No entanto, existem grupos de risco, cujo uso deve ter um cuidado especial ou mesmo não pode ser recomendado. Dentre esses grupos, os autores assinalam particularmente crianças, adolescentes e pessoas com predisposição a transtornos psíquicos, pois entre esses o risco de desenvolvimento desses transtornos é aumentado.

O uso adulto ou por pessoas sem histórico de sintomas psíquicos, no entanto, não parece se relacionar a danos permanentes. Apesar disso, sabe-se que a forma de uso da droga mais comum é através do fumo. Nesse caso, os danos pulmonares provocados pela fumaça dos cigarros de maconha são tomados como relevantes, ainda que geralmente sejam menores do que aqueles atrelados ao consumo de tabaco, pela própria diferença na quantidade de cigarros consumidos entre os dois grupos de usuários (MALCHER-LOPES; RIBEIRO, 2007).

Além dessas questões, os danos à saúde pelo uso de maconha são algumas vezes ancorados nos saberes religiosos como um pecado: *"PECADO É TUDO AQUILO QUE TRAZ UMA CONSEQUENCIA RUIM PARA VOCE MESMO OU PARA SEU PROXIMO.... (n. 26)"*. Essa relação do uso de maconha com saberes religiosos, portanto, encontra a noção de

pecado como elemento organizador. O trecho seguinte, por exemplo, reúne os principais argumentos utilizados na construção do uso de maconha como uma prática pecaminosa:

“Fumar maconha é pecado por vários motivos: É proibido por lei (desobedecer leis é pecado) Faz mal a sua saúde (prejudicar sua saúde é pecado) - (O bacon, se usado em excesso também é pecado) Devemos cuidar do nosso corpo. Vicia (vícios são pecados) Alimenta o tráfico de drogas (se o governo não te permite plantar em casa, chore, mas obedeça). (n. 16)”.

Por fim, ressalta-se que a maior parte do material aborda de forma privilegiada as consequências negativas do uso de maconha. Como observado, esses discursos são utilizados em contextos de construção da cannabis como objeto marcadamente perigoso e ameaçador. Suas características são relacionadas à destruição dos seus usuários, bem como a danos indiretos a toda a sociedade. Novamente, apesar de essa construção ser majoritária nos dados analisados, houve também a produção de discursos que a confrontam. Esses foram praticados principalmente em torno da negação dos danos comumente atribuídos à maconha ou, de forma mais sutil, da relativização desses pela comparação com outras drogas, como discutido anteriormente.

É possível notar, até então, que os discursos analisados têm implicações diretas e indiretas na construção simbólica daqueles que fazem uso de maconha. Os usuários de cannabis, ou “maconheiros”, parecem constituir a categoria identitária mais fortemente relacionada ao objeto estudado. Cumpre, portanto, analisar de forma específica os discursos que implicam na produção simbólica dessa categoria, pois, de forma igualmente relevante, os sentidos associados ao usuário de maconha têm efeitos na construção social do objeto.

7.5 Quem é o usuário de maconha?

Discutir categorias sociais relacionadas ao uso de maconha tem, nesse contexto de análise, o objetivo de refletir sobre as relações intergrupais vividas no cotidiano, bem como sobre os processos de construção identitária que decorrem das produções discursivas. Nesse contexto de análise, não se interessa pelas origens e/ou o desenvolvimento da noção de identidade de forma geral, mas sobre as implicações das produções discursivas na construção simbólica de determinadas categorias grupais. Admitindo-se que os sujeitos se constituem na e pela linguagem, entende-se que a construção identitária ocorre na vida pública, no encontro e produção de diferentes discursos, assim como se relaciona com os processos de categorização e comparação social.

Com isso, a presente referência a termos como identidade (ou construção identitária) não trata de uma entidade psicológica ou individual, mas de processos psicossociais que ocorrem no bojo das relações intergrupais. Por conseguinte, nessas relações as pessoas atribuem características, valores e práticas específicas a outros grupos aos seus próprios grupos de pertença. Nesse contexto, portanto, fala-se da perspectiva teórica desenvolvida por Tajfel (1982) na chamada teoria da identidade social em integração conceitual com o campo das representações sociais. Dito isso, a discussão aborda os sentidos, características e valores atribuídos pelos participantes do YR à categoria das pessoas que fazem uso de maconha, os chamados “maconheiros”.

Antes de iniciar a apresentação dos resultados encontrados, é importante afirmar que os temas foram nomeados a partir de alguns enunciados característicos, mas cada um desses assume formas específicas de acordo com o sujeito que escreve. Isso significa, ainda, que cada tema reúne determinadas características semânticas, mas a forma de expressão dessas em cada UR analisada nem sempre foi tão explícita como apresentada. Dito isso, ao final da categorização foi possível construir o seguinte esquema:

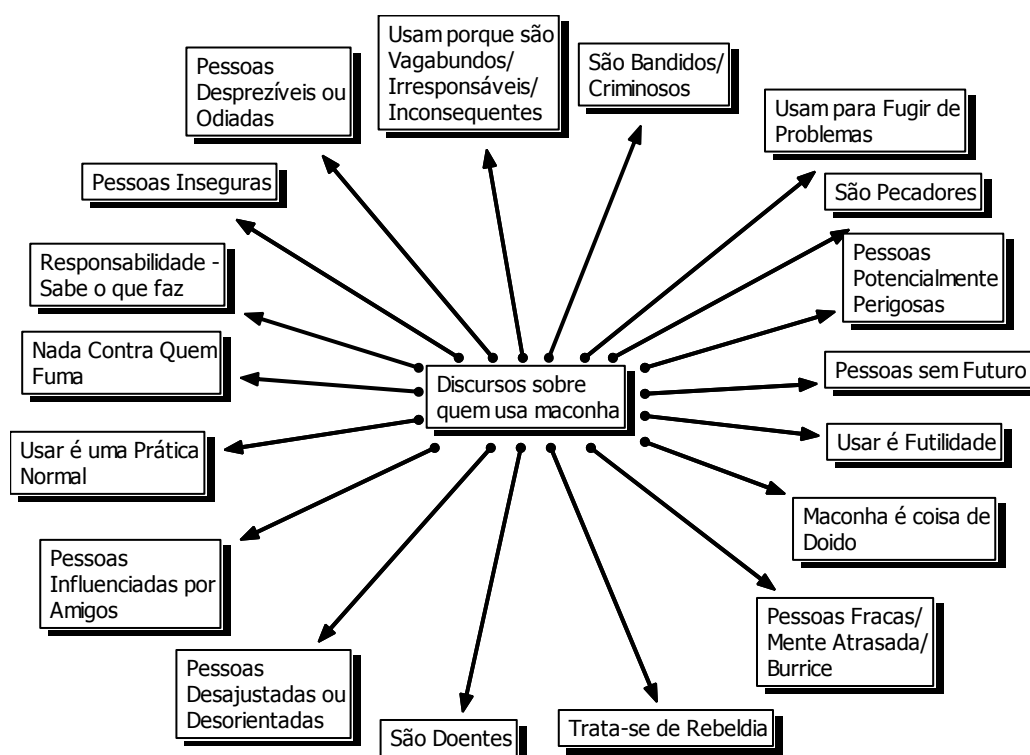


Figura 11 – Discursos sobre o usuário de maconha

Nota-se que, diferente das categorias anteriormente apresentadas, nesta não foram abordadas graficamente as correlações entre diferentes temas. Essa diferença se deu porque,

em primeiro lugar, muitos desses temas são desdobramentos de outros elementos previamente analisados, elementos esses que implicavam na produção de determinados sentidos sobre o usuário de maconha. Em segundo lugar, a maior parte desses temas se relacionou com múltiplas categorias e, havendo dificuldade na identificação de relações específicas, optou-se por não apresentá-las graficamente.

7.5.1. O discurso da responsabilidade, autonomia e suas funções

O primeiro aspecto que pode ser abordado diz respeito à discussão da responsabilidade e autonomia pelos próprios atos daqueles que usam maconha. Essa responsabilização, que recorre ao poder de escolha do sujeito sobre o seu uso, se relaciona a construções do objeto e do usuário de maconha distintas, constituindo um importante eixo argumentativo com efeitos diversos.

Em primeiro lugar, de forma atrelada a uma aparente familiarização com o objeto, a atribuição da responsabilidade enfatiza a autoconsciência e autonomia dos usuários de maconha. Essa forma de discutir fica evidente no seguinte trecho: *“Todos temos consciência do que nos faz mal ou não a saúde e temos muita informação sobre isso se usamos qualquer droga é porque algum motivo tem e cada um sabe o seu e deve se responsabilizar pelo seus atos. (n. 1)”*. Essa forma de discutir a responsabilização pelo uso se relaciona, de forma particular, com o tema do direito ao uso recreativo (Figura 9) assim como às discussões que relativizam os danos da maconha.

Além disso, essa construção implícita sobre o uso e o usuário de maconha diz respeito também à produção do consumo como uma prática comum, familiarizada. A relação não é direta, entretanto, mas pode ser considerada no sentido de não sustentar uma moralização do consumo como algo necessariamente condenável: *“é normal ué cada um faz o que tem vontade!!!! (n. 2)”*. Tal moralização, por sua vez, é também contestada por alguns participantes:

“Pra quê que alguém fuma maconha ? Pq é bom, pq é divertido! Pelo mesmo motivo que vc vai pra praia, ou joga bola. O problema é que faz mal pra saúde, mas e daí? vai discriminar o cara por causa disso ? então se vc ver alguém que se enche de comida de fast food tu vai dizer que a pessoa é mal-carater ?? (n. 13)”

Como evidenciado no trecho acima, ainda que seja constituída como uma prática danosa, o participante questiona o tratamento moral dado ao uso de maconha ao mesmo

tempo em que o compara com outras atividades cotidianas. Por outro lado, retornando ao argumento da responsabilização, é possível observar nos dados uma maior aderência às construções alarmistas e ameaçadoras da maconha. Nesse contexto, em vez de enfatizar aspectos como autoconsciência e autonomia, o poder de escolha do sujeito é trazido de forma a ironizar ou desqualificar os usuários:

“quem ta acabando com sua vida e vc não eu kkk a faz o que vc acha melhor afinal a vida e sua ne (n. 2)”.

“Acho que as pessoas sabe dos malefícios q a maconha pode causar no organismo então não vou dizer que sou contra, cada um sabe o que faz. É a mesma coisa com o cigarro, a pessoa sabe que prejudica, eu aviso ai a pessoa fala q de todo jeito vai morrer mesmo, então que se foda (n. 3)”.

*“Eu acho errado, mais os lábios e os pulmões são seus. ENTÃO FOODA-SEE , SE QUIZER FUMAR A ***** DO KID BENGALA TAMBÉM O PROBLEMA E TODINHO SEU. (n. 2)”*.

As características que reúnem esses enunciados parecem ser relacionadas à construção da maconha como uma droga essencialmente danosa à saúde. Além disso, é possível afirmar que, dentre as condições de produção presentes nesses trechos, exista um conflito intergrupar de base, ou seja, um “eu” pertencente ao grupo dos não usuários – capaz de fazer as escolhas adequadas, saudáveis – e um “outro”, incluído na categoria dos que consomem a droga, que apesar de informado toma decisões erradas.

Por fim, o tema do poder decisório do sujeito sobre a própria vida é expresso na preocupação com a influência dos amigos. Dito de outra forma, como mencionado anteriormente, as relações de amizade são compreendidas como potencialmente perigosas, pois facilitariam a iniciação de uso. Atrelada a esses contextos, se produz a noção de um sujeito que consome a maconha porque é influenciável ou incapaz de resistir à pressão do grupo:

“Mtos jovens começam a usar sendo influenciado por outros jovens marginais e q odeiam regras..ñ estudam,ñ trabalham,são totalmente o contrario do q a sociedade espera! (n. 12)”.

“tambem ha aqueles idiotas que simplesmente fazem isso pra ter um "estatuto" entre os amigos ou pk so se querem divertir e nao pensam na vida. (n. 7)”.

É notável que, além de uma concepção de uso que se inicia pela influência dos amigos, há uma forte associação do usuário de maconha a características negativas. Essas,

junto a outros sentidos encontrados, parecem constituir o uso de maconha como uma falha moral, como uma prática marginalizada.

7.5.2. O uso de maconha como falha moral

Ainda que seja possível identificar contraposições aos sentidos negativos que são vinculados ao usuário de maconha, a maior parte dos discursos analisados o insere em um quadro simbólico predominantemente negativo. Em um contexto amplo, aquele que faz uso de maconha é descrito como alguém irresponsável, inconsequente, “vagabundo” e sem futuro, tal como se observa nos trechos seguintes:

“cambada de vagabundos maconheiros (n. 1)”.

“Só quem tem mente atrasada e irresponsável que usa estas drogas. (n. 5)”.

“seu maconheiro sem vergonha, vagabundo, safado!!! (n. 26)”.

“São um bando de sem futuro, sem mas...!!! (n. 7)”.

Além disso, se produz a ideia de perigo associada diretamente ao sujeito que, por sua vez, não é digno de confiança:

“Larga dele ou vc tbm irá pro mal caminho, querendo ou não. Gente assim é perigosa (n. 13)”.

“O cara é um dependente químico e se não resolver se tratar, vai se ferrar e levar junto com ele aqueles que ele conseguir manipular! Todo adicto é, acima de qualquer coisa, um manipulador! (n. 13)”.

“Cuidado ela não me parece muito ser de confiança, te passa uma imagem que não corresponde a realidade, para entrar no vício ela tem o círculo dela de maconheiros (n. 28)”

Além dessas formas de abordar, como um dos trechos anteriores sugere, há também o discurso de que o usuário é uma pessoa burra, fraca ou inábil para lidar com os problemas cotidianos. Nota-se que a atribuição da fraqueza não é utilizada para vitimizar o sujeito, mas principalmente para desqualifica-lo:

“eu acho ridiculo e ruim pra saude. Pra mim, essas pessoas não tem cerebro. (n. 7)”.

“Que bom pra vc, mas eu não sou fraca, se droga quem quiser... (n. 14)”.

“NÃO, DROGAS É PARA OS FRACOS,!! (n. 5)”.

“Maconha é pra pessoa que nao é forte o suficiente pra viver o mundo real e gosta de se esconder atrás do mundo paralelo que a maconha oferece. (n. 12)”.

Esses sentidos produzidos sobre o uso e o usuário são particularmente relacionados a um tratamento moral do objeto. Diante disso, é coerente afirmar que as pessoas que fazem uso de maconha constituem muitas vezes um grupo estigmatizado e marginalizado. Ao tratar da noção sociológica do estigma, Goffman (2008), em 1963, aborda as relações (linguísticas) entre um atributo e características profundamente negativas. Nessa perspectiva, os estigmas são produzidos – embora não exclusivamente – pelo desvio das generalizações grupais, incluindo aí as expectativas normativas. O que interessa, assim, não é o atributo em si, mas a rede de relações de significado que se produz a partir dele, significados esses que restringem a aceitação social de um indivíduo em determinados contextos.

Dentre as formas distintas de estigma descritas por Goffman (2008), encontram-se as “culpas de caráter individual”, tal como denominado pelo autor. Segundo ele, um exemplo de estigma é a própria noção de vício, que é relacionada, por exemplo, à vontade fraca e desonestidade. O mais importante é que os estigmas sociais são relações de sentido que terminam desqualificando – ou desacreditando – os sujeitos que possuam determinado atributo, que no caso específico é fazer uso de maconha. Não por acaso, é comum encontrar entre alguns sujeitos a estratégia discursiva de negar o uso, ou seja, a sua relação com o atributo. Essa negação, ao seu turno, é utilizada para legitimar os argumentos ou mesmo para não ser desacreditado naquele contexto de interação, como exemplificado a seguir:

“Deveria ser legalizado, (Não fumo) acho muita hipocrisia. (n. 2)”.

“Não faço uso de drogas nem mesmo de maconha... Não sou a favor da legalização da maconha... Etc...etc... Mas o THC tem características terapêuticas..... (n. 25)”.

“eu não uso e nem pretendo usar mas acho que cada um tem o direito de escolher e fazer o que quiser com sua vida (n. 12)”.

“SOU TOTALMENTE À FAVOR DA LEGALIZAÇÃO DA MACONHA. E EU NUNCA USEI DROGA ALGUMA, NEM FUMO CIGARRO E MUITO MENOS GOSTO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS! (n. 3)”.

Deve-se enfatizar que a característica que marca esses enunciados é a defesa argumentativa a partir da negação do consumo próprio, pois, uma vez existente, parece tornar o discurso do sujeito inválido. De forma marcante, essa foi uma estratégia particularmente utilizada para defender a mudança do status legal da cannabis, pois nesses contextos de

discussão, bem como em outros, os posicionamentos sobre o objeto são muitas vezes significados a partir da polarização entre os grupos de “maconheiros” e “não-maconheiros”. Esse último grupo, que reflete as expectativas normativas, é então compreendido como usualmente autorizado a falar e se posicionar.

Com efeito, o estigma do uso de maconha é expresso não só nos sentidos negativos associados ao usuário de maconha, mas no próprio conflito intergrupal que se constitui em torno do objeto. Esse conflito, entretanto, não produz somente a desqualificação do discurso associado aos maconheiros, mas há uma reação inversa em que os argumentos antidrogas são significados como moralistas. Isso faz com que alguns participantes se defendam frente a essa característica para validar os próprios argumentos: *“E não sou nenhum moralista. Mas sei bem do que estou falando, pois vivi numa época em que a maconha era comum, década de setenta. (n. 17)”*.

Claro está, entretanto, que as características de grupo estigmatizado são constituídas em torno da prática de uso e da identificação dos sujeitos ao grupo dos maconheiros. Nesse sentido, as estratégias de defesa argumentativa vinculadas a ser ou não ser maconheiro/moralista parecem se relacionar a condições de produção diferenciadas. Dito de outro modo, a categoria “moralista” parece emergir em função da própria regulação do objeto a partir de valores morais. Essa regulação atende especificamente ao discurso normativo antidrogas e proibicionista, ao mesmo tempo em que produz a categoria dos maconheiros como um grupo marcado por sentidos negativos.

Por fim, a categoria grupal dos usuários de maconha mobiliza, como sugerido anteriormente, uma gama de elementos afetivos que a constroem como um inimigo a ser combatido, pois são pessoas que mereceriam o ódio e desprezo. Essa mobilização é evidente em diversos trechos exemplificados, mas é também ilustrada pelo seguinte enunciado:

“Se ele quer uma drogada ao lado dele manda ele ir na cracolândia que lá tem um monte!!! Sai fora desse maconheiro que senão vc vai se dar mal!!! (n. 6)”.

7.5.3. Criminoso, pecador ou doente

Além dos elementos anteriores, um último aspecto identificado nos dados trabalhados é a presença de concepções constituídas a partir da tríade pecador, criminoso e doente. Em pesquisa sobre representações sociais e dependência química, Mota (2009) trata da construção desse objeto como um comportamento desviante que tende a ser significado a partir de três

paradigmas, o do crime, do pecado e da doença. Nesses três contextos, a dependência é explicada a partir da lógica policial, religiosa e das ciências médicas, respectivamente.

Os dados aqui abordados, por sua vez, parecem reapresentar essas formas de tratar o próprio uso de drogas de forma geral, ao mesmo tempo em que esses campos discursivos produzem sentidos específicos ao usuário de maconha, seja como criminoso, pecador ou doente, como se pode verificar na Figura 11. Nota-se que essas noções se articulam com os conteúdos trabalhados em torno dos temas da dependência, do tráfico de drogas, da religião e do próprio argumento que traça trajetórias de degradação na vida dos usuários de cannabis.

Ressalta-se que dentre esses temas há aqueles enunciados que tratam toda e qualquer forma de uso como uma dependência (vício), uma prática que leva ao crime e um pecado. Com isso, ainda que a tríade crime, pecado e doença seja mais característica da construção social da dependência química, tal qual observado por Mota (2009), ela se expressa no fenômeno de uso de drogas como um todo e, no presente caso, de maconha.

A construção da dependência de maconha, como discutido, não se vincula somente à saúde e às ciências médicas, mas a outros campos de relação. Por outro lado, a construção do usuário como um doente tem estreita relação aos primeiros campos. Como uma prática patológica, não se questiona que forma de uso o sujeito faz, mas se é uma vez praticada o usuário tende a ser significado como um dependente. Uso e dependência, portanto, são objetos que algumas vezes se combinam para produzir um sujeito patológico que precisa necessariamente de tratamento:

“Dependencia quimica é doença, seja ela de maconha ou de alcool ou de nicotina é a mesma coisa. Se ele não perceber isso não adianta nada vce tentar ajudar. (n. 13)”.

“coloque ele numa clinica de tratamento ou de um basta nisso de uma vez... (n. 13)”.

“EU ACHO QUE ESSES FDPS TENQUE FAZER TRATAMENTO PARA SE LIVRAR DO VICIO E SE NAO QUISER SE LIVRAR DO VICIO TENQUE MORRER (n. 13)”

Observa-se que, para exemplificar essa produção, os trechos anteriores são retirados de um mesmo tópico em que a pergunta criada apenas menciona o uso de maconha pelo namorado da autora. Essa prática passa a ser significada por alguns participantes como caracterizando necessariamente um fenômeno de dependência. De forma peculiar, o último enunciado traz uma marca afetiva de raiva ou mesmo ódio que posiciona o usuário de

maconha em um lugar de inimigo a ser combatido. Tratamento similar é desenvolvido na produção discursiva do “maconheiro” como um criminoso, um (sub)bandido:

“Usuário no meu parecer é um sub-bandido , é esse mané que abastece o poderio dos traficantes e do poder paralelo . Usuário não pode ser tratado como doente . No mundo globalizado de hoje , vc só entra numa furada dessa se quiser , o que não falta é informação de todos os meios de comunicação . Usuário tem que ir em cana . (n. 3).”

“lugar de maconheiro é na cadeia ... Imagina vc num ônibus e aquele otário acende um baseado , aquele cheiro horroroso . (n. 19).”

É curioso que, como sugere o primeiro trecho, o tratamento do usuário de cannabis como criminoso é muitas vezes utilizado para confrontar a patologização do uso. Essa dinâmica parece refletir o constante embate entre dois grandes campos de compreensão dos fenômenos de uso de drogas, que são as lógicas da saúde e da segurança pública. Esse embate é evidenciado, por exemplo, por Mota (2009), ao falar de dependência química, por Garcia, Leal e Abreu (2008) na discussão sobre drogas e políticas públicas e inclusive nas discussões sobre outras drogas, como o crack (SANTOS; ACIOLI NETO; SOUSA, 2012).

A construção do usuário de maconha como pecador, conforme o tema sugere, tem a sua inserção no campo da religião. Nesse contexto específico há uma distinção importante em que, se por um lado o uso de maconha é uma prática condenável, o usuário – pecador – é descrito como acolhido aos olhos de Deus: *“Deus ama o pecador, só não ama o pecado, porém, se vc quiser ser abençoado e receber a graça da salvação, melhor é fugir dessa droga, pois tá na cara que vc quer a salvação do Senhor, que Deus te dê forças. A paz do Senhor Jesus (n. 22)”*. Além disso, o discurso religioso sobre o pecado do uso de drogas tem implicações diretas nas práticas de cuidado com os usuários/dependentes. Nesse contexto, a busca pela religião é considerada uma das formas de cuidado centrais: *“Cara na boa, vá pra igreja por que isso é um pecadão, eu não sou nenhuma santa mais isso cara? deixe os outros de lado, vai pro caminho de Deus que é melhor do que isso (n. 20)”*. Esses argumentos encontram relação com as formas de tratamento religioso citadas por Mota (2009). Segundo ele, a noção de uso e dependência como pecado compreende a cura não a partir da lógica medicamentosa, mas pela libertação espiritual.

Por fim, observa-se que as discussões que produzem sentidos sobre o usuário de maconha não são meramente descritivas, mas prescrevem comportamentos e lugares sociais. Compreendido como um doente, o usuário deve ser internado numa “clínica de recuperação”;

como um criminoso, não resta alternativa senão a cadeia ou mesmo o extermínio; e como um pecador, o seu lugar é na igreja buscando a salvação espiritual.

Com isso, ressalta-se que os inúmeros campos de relação em que a maconha é ancorada não têm implicações apenas nos processos de construção simbólica dos usuários de maconha. Mas, sobretudo, esses contextos comunicativos engendram outros processos e categorias grupais, como policiais, padres, pastores, médicos, cientistas, entre outras relacionadas direta ou indiretamente na construção social da maconha.

7.5.4. Considerações: a maconha, os maconheiros e o Yahoo Respostas

A análise realizada nesse estudo tratou de abordar os discursos sobre o objeto da maconha em comunicações de uma mídia digital colaborativa – ou ainda, uma mídia social. Observou-se, como esperado pela complexidade e polêmica inerentes ao objeto, que a maconha assume formas distintas a depender dos contextos de relação em que é inserida. Sobre esses, diferentes formas de uso são discutidas a partir de argumentos que transitam entre a medicina, a política, o direito, a saúde, a religião, ou mesmo as experiências pessoais vividas por cada participante do Yahoo Respostas.

Além disso, atribuiu-se à maconha características e funções igualmente diversas, mas principalmente vinculadas a consequências negativas do uso, como danos sociais, dependência, outros prejuízos à saúde e até a morte. Embora compreendida como objeto de prazer ou possuindo efeitos terapêuticos no campo da medicina, o uso de maconha foi prioritariamente discutido a partir de um quadro simbólico ameaçador e perigoso, aspecto esse objetivado, por exemplo, nas de trajetórias de uso destrutivo.

No entanto, dado o polimorfismo do objeto estudado, todas as produções analisadas guardam conflitos discursivos que culminam nos posicionamentos diferenciados a respeito do objeto e dos seus usuários. Sobre tais posicionamentos, o tema do status legal da maconha no Brasil parece ser um princípio organizador importante, ao mesmo tempo em que sinaliza um debate controverso e polêmico travado nas discussões cotidianas. Nota-se, ainda, que subjacente a esses debates encontram-se construções discursivas que são utilizadas com fins diversos e, muitas vezes, contraditórios. Esse aspecto assinala, por exemplo, que o objeto analisado comporta não só consensos, mas também lida com conflitos discursivos que caracterizam suas formas de expressão. Em outras palavras, as contradições semânticas são parte dos conteúdos que definem a maconha como objeto social e não, como se poderia pensar, uma suposta evidência de fragmentação/indefinição do objeto.

Por fim, foram abordadas algumas produções discursivas que se relacionam com a construção simbólica dos usuários de maconha como categoria grupal. Nesse contexto, tanto a prática de consumo quanto os consumidores de maconha foram atrelados a elementos simbólico/afetivos negativos, marcando a categoria dos chamados maconheiros como um grupo estigmatizado. Além disso, produzir sentidos sobre determinados grupos é também participar da construção identitária daqueles que se identificam com eles. Em outras palavras, os discursos sobre o usuário de maconha fazem circular sentidos que servem de base para a construção simbólica do autoconceito e da autoestima desses sujeitos em diversos contextos. Isso não significa, entretanto, que todo usuário de maconha incorpore os sentidos negativos que circulam sobre essa prática, pois somente a circulação desses não garante o investimento afetivo de reconhecimento e afiliação grupal. Além disso, como afirma Goffman (2008), o indivíduo estigmatizado partilha dos discursos sobre a sua categoria, entretanto tende a direcionar determinadas características apenas a uma parcela do seu grupo, aspecto esse que, a partir das noções desenvolvidas por Tajfel (1982), seria produto de comparações não só intergrupais, mas intragrupal.

A despeito dessa questão, como afirmam Ferreira e Sousa Filho (2007), a marginalização dos usuários de maconha pode constituir, inclusive, uma motivação para a transgressão, favorecendo a produção de subculturas violentas. Por fim, não só esse fortalecimento de fenômenos de violência deve ser observado, mas também se deve atentar para outros potenciais efeitos danosos que a construção do uso de maconha como estigma social pode promover. Por exemplo, destaca-se o sofrimento psíquico e fenômenos de discriminação e violência que os usuários podem ser submetidos. Essas práticas violentas direcionadas aos chamados maconheiros não têm, contudo, repercussão uniforme, mas historicamente têm atingido, sobretudo, populações já marginalizadas e violentadas como negros, pobres e outras “classes perigosas”, conforme ilustram MacRae e Simões (2003).

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais desse trabalho não pretendem resumir ou finalizar as discussões realizadas nos estudos anteriores, mas apenas ressaltar determinados elementos que direcionaram a interpretação analítica nos dois estudos. Com isso, entende-se que, inevitavelmente, alguns aspectos potencialmente relevantes foram pouco aprofundados em função dos objetivos e da orientação teórica adotada, mas que podem ser retomados em estudos posteriores.

De início, é preciso lembrar que o campo de estudos em representações sociais traz consigo marcas analíticas características e, dentre essas, está a discussão sobre os processos de objetivação e ancoragem. Esses processos são apontados como cruciais na construção do objeto e, contudo, há poucas menções diretas a eles no tratamento realizado. Por outro lado, é possível entender que apesar de poucas referências explícitas, a análise realizada dialoga estreitamente com esses conceitos.

Como já definido, o processo de objetivação caracteriza-se pelo processo em que se concretizam os elementos abstratos de um objeto, conferindo-lhe familiaridade. Nele, as ideias e formas de pensamento, construídas em contextos específicos, são experimentadas pelos sujeitos como algo palpável, objetivo, da ordem natural do mundo (MOSCOVICI, 2009; SANTOS, 2005).

No contexto jornalístico, por exemplo, a construção da cannabis como uma mercadoria do tráfico é objetivada nas apreensões policiais que descrevem, inclusive, o peso e outras características da droga apreendida; a maconha como um medicamento toma forma nos relatos de tratamento de pacientes com HIV e câncer; como uma droga psicoativa, ela se concretiza a partir dos usos por pessoas famosas e acontecimentos polêmicos; como objeto regulado legalmente, a cannabis é objetivada nas transformações políticas vivenciadas em outros países, principalmente os Estados Unidos. Por último, o movimento da marcha da maconha – um dos objetos co-construídos nos discursos jornalísticos sobre maconha – aparece concretizado nas manifestações públicas.

Nos fóruns do Yahoo, ao seu turno, a maconha, em suas diversas construções, é objetivada a partir dos seus efeitos de uso como o riso, euforia, relacionados ao prazer, assim como outras alterações. Por outro lado, ela também ganha concretude a partir de prejuízos sociais, como a geração de violência urbana, danos orgânicos, dependência e mortes. Além

disso, a cannabis parece ser objetivada na figura do maconheiro, que, por sua vez, é descrito a partir de atributos prioritariamente negativos.

Esses elementos tratam, portanto, de características salientes do objeto – a partir de construções diferentes – que concretizam aquilo que é da ordem simbólica do objeto e decorrem na sua materialização como fatos naturais. Todavia, esses elementos constituem apenas exemplos interpretativos que não esgotam a pluralidade do material. Além disso, são hipóteses que remetem também ao próprio processo de ancoragem, pois essas características de realização do objeto só são possíveis a partir das redes de relações em que ele é inserido.

Como enfatiza Moscovici (2009), “ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa” (p. 61). Nos processos de construção de representações sociais, portanto, os objetos são classificados a partir de sistemas de relações ao mesmo tempo em que ganha características específicas a depender dos contextos em que é produzido. “Sintetizando, classificar e dar nomes são dois aspectos dessa ancoragem das representações. [...] E não simplesmente em seu conteúdo, mas também em suas relações” (MOSCOVICI, 2009, p. 68). Como se pode depreender, o processo de ancoragem lida diretamente com as relações linguísticas, de sentido, construídas em torno do objeto a partir dos diferentes contextos comunicativos em que ele se inscreve.

Nesse sentido, pode-se dizer que ao longo das duas análises realizadas o processo de ancoragem foi, ainda que de forma não explícita, um pressuposto importante. A partir dessa noção foram analisados os campos temáticos em que o objeto foi relacionado, ou seja, como ele foi classificado nas comunicações jornalísticas e do fórum da internet. No entanto, não só importou os elementos de classificação e categorização, mas, sobretudo, as relações de sentido constituídas em torno do objeto em cada um desses campos. Grosso modo, a análise buscou contemplar não só a classificação da maconha como droga proibida, planta, matéria prima, remédio, objeto de prazer, de pecado, entre outros. Mas buscou analisar também como as interações discursivas produziam diferentes sentidos, valores e argumentos a partir de cada um desses contextos.

Além disso, trabalhar analiticamente o processo de ancoragem, como se pode observar, mantém relações diretas com alguns dos posicionamentos teóricos adotados nesse trabalho. Em primeiro lugar, o construcionismo social, com ênfase nas interações discursivas, engendra a compreensão de que a maconha é produzida de diferentes formas a depender dos contextos. Além disso, as construções, ou representações, do objeto não são reflexos do mundo real, mas a própria realidade que se constitui nas interações sociais. Isso significa que

as relações de sentido configuradas em torno do objeto possuem origem na própria realidade social que, experimentada como objetiva, naturaliza o objeto em seus campos de relação.

Além do construcionismo social, partiu-se de uma dupla proposição teórica da pragmática linguística: o significado é produzido no uso concreto da linguagem e esse uso provoca efeitos na realidade. Com isso, é possível dizer que as construções discursivas analisadas tratam de uma atividade de interpretação a partir de interações comunicativas circunscritas em suas características, tomadas sempre como produtoras de sentido sobre o objeto. Além disso, não se tratam de construções neutras, pois elas parecem desempenhar funções diferenciadas nos diversos campos.

Sobre tais funções, cumpre retomar brevemente as de saber, de orientação, justificadora e identitária, como sintetizadas por Santos (2005), com a finalidade de levantar algumas hipóteses de discussão futura. A partir do encontro com o material analisado, é possível observar que determinadas construções discursivas estão mais vinculadas a algumas funções do que a outras. Por exemplo, a construção da maconha como um remédio em potencial, além de cumprir uma função relacionada ao conhecimento sobre formas de uso da maconha (função de saber), parece se inserir como uma justificativa para determinadas mudanças na legislação ocorridas no mundo (função justificadora), marcando, em muitos casos, a legitimidade do seu uso com finalidades terapêuticas. De forma distinta, a construção da maconha como uma droga perigosa e estigmatizada tem relações mais claras com a orientação de comportamentos – como no caso das relações interpessoais que são reconfiguradas pela presença do objeto – e com a função identitária. Essa última é explicitada, por exemplo, no conflito intergrupal que envolve maconheiros e não maconheiros, culminando na marginalização dos primeiros. É claro, contudo, que essas hipóteses devem ser aprofundadas, assim como se deve ter em conta que mesmo que uma representação se relacione mais caracteristicamente com uma função, isso não significa que ela não possua desdobramentos igualmente importantes em outras.

Além disso, a discussão sobre as funções das representações sociais pode movimentar uma questão teórica importante. Ao discutir a perspectiva discursiva da TRS foi evidenciado o desacordo com uma distinção entre a representação e o objeto social, chegando-se ao final a um entendimento do objeto construído como a própria representação social (WAGNER, 1996, 1998). Essa última, por sua vez, passou a ser entendida como uma construção social/discursiva, em um contexto de produção específico, com implicações na produção de comunicações e outras práticas cotidianas. Apesar de o trabalho realizado partir dessa

perspectiva, levanta-se a seguinte pergunta: existe especificidade teórica na noção de representação social em relação à de objeto social?

Em direção a essa discussão, cumpre lembrar que o que se chama de objeto social é toda e qualquer entidade construída como material ou imaginária que é nomeada e a ela se atribuem características, práticas, valores, etc.. Diante dessa definição, todo objeto social, assim como uma representação social, trata de uma elaboração social e discursiva, que toma formas específicas a depender do contexto. Além disso, quando falamos sobre ele concretizamos determinadas características, ao mesmo tempo em que o ancoramos em relações sociais e linguísticas específicas, tal e qual a noção de objetivação e ancoragem. Essas características, de fato, remetem a uma igualdade teórica entre a noção de objeto e de representação social.

Por outro lado, quando se reflete sobre as funções referidas anteriormente, a função identitária parece não se submeter a tal ordem de igualdade. Não parece válido, portanto, que todo e qualquer objeto social desempenhe funções nos processos de construção identitária que ocorrem nas relações grupais e intergrupais. Com isso, esse é um dos argumentos que podem ser levantados na distinção entre a noção de representação social e de objeto. Por outro lado, a atribuição da existência ou não dessa função relacionada a determinado objeto parece ser dependente da construção científica argumentativa que o interpreta. Em outras palavras, analisar um objeto social e suas funções implica na sua contextualização, isto é, na interpretação dos processos que a ele se coaduna, incluindo a sua relação com construções identitárias. Com isso, não se pretende tratar aqui de representações como fenômenos empíricos, mas como uma construção teórica, específica a um campo da psicologia social, que serve a operações analíticas de processos psicossociais relacionados a dado objeto social ou campo de relevância cultural.

Decorrente desse posicionamento é possível concordar com Ibañez (1994) quando ele diz que as pessoas não vivem em um mundo de representações sociais, mas de produções discursivas. No entanto, isso não significa que as representações sociais não tenham existência, pois elas emergem como um constructo teórico que – dentre outros, é claro – lida com a análise de *determinadas* produções discursivas. Isto é, aquelas produções que têm desdobramentos sociais além da “simples” domesticação linguística do mundo. Trabalhar com representações sociais é, grosso modo, fazer uso de um campo teórico cuja utilidade reside na análise da construção social de determinados objetos sociais e suas funções práticas, incluindo os seus efeitos de construção identitária. A partir dos argumentos anteriores, talvez, o problema da relação entre objeto social e representação encontre diferenças conceituais, ainda

que, do ponto de vista analítico, uma representação continue sendo compreendida como a própria construção social do objeto, assim como se implica a compreensão de que nem todo objeto emerge como uma representação social na interpretação científica.

Por fim, a análise empreendida buscou discutir alguns dos processos relacionados à construção da maconha no Brasil. Os estudos realizados não pretendem, todavia, ser representativos de toda uma cultura ou, menos ainda, de todas as dinâmicas de produção do objeto. Os resultados, portanto, tratam de procedimentos interpretativos com limites bem marcados tanto no material como na perspectiva teórica de base.

Por exemplo, assumiu-se que as diferentes maneiras de nomear o objeto – como erva do diabo, remédio, marijuana, diamba, maconha, fumo, planta sagrada, etc. – são de fundamental importância para se entender como ele é vivido nas dinâmicas sociais. Por outro lado, por uma exigência metodológica, reconhecendo que não é necessariamente a melhor ou a mais proveitosa saída, foi preciso uniformizar o material a ser trabalhado. Foram então demarcados termos específicos para a constituição do *corpus* de análise, tais como maconha, cannabis e suas variações ortográficas. É certo que esse tratamento enquadra a complexidade dos discursos relacionados ao objeto, pois se sabe que há inúmeras formas de construí-lo. Argumenta-se que atentar para esse limite, entretanto, não é invalidar o que se produz. Ao contrário, uma vez que se entende que as ações do pesquisador são constituintes daquilo que é estudado, tomar em consideração aspectos como esse potencializam a reflexão sobre os contextos de produção dos dados.

Isso significa dizer que dados de pesquisa são verdadeiras produções que precisam ser contextualizadas. A maconha trabalhada aqui tanto é particular a determinadas formas de análise – que inscrevem a interpretação científica na sua produção – como encontra limites materiais de conteúdo. Assim, seus conteúdos são específicos a uma forma de comunicação jornalística, por um lado, e a textos produzidos por sujeitos que interagem em um ambiente digital online, por outro. Essa produção circunscrita (e qual não é?) faz com que esse objeto não possa ser endereçado, necessariamente, a nenhum grupo social restrito. Por outro lado, pode ter muito a dizer sobre os discursos que, cotidianamente, (re)constróem a maconha, seus usos, usuários e seus campos de relação.

10. REFERÊNCIAS

- ÁLVARO, J. L.; GARRIDO, A. **Psicologia Social**: perspectivas psicológicas e sociológicas. Madrid: McGraw-Hill, 2006.
- ARAÚJO, L. F.; CASTANHA, A. R.; BARROS, A. P. R.; CASTANHA, C. R. Estudo das representações sociais da maconha entre agentes comunitários de saúde. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, Sept. 2006.
- ATLAS.ti. **User Guide and Reference**. Version 6. [Computer software] Berlin: Scientific Software Development, 2011.
- AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**: palavras e ação. Tradução: Danilo Marcondes de Souza Filho Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BANCHS, M. A. leitura epistemológica da teoria das Representações Sociais. Reflexões rumo a um sentido comum menos comum e com mais sentido. In: ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z. A. (orgs.) **Teoria das representações sociais**: 50 anos. Brasília: Technopolitik, 2011. p. 225-258.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BASTOS, D. **O fino da erva**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Tradução: Floriano Fernandes, Rio de Janeiro: Vozes, 1966/2011.
- BORDIN, S.; JUNGEMAN, F. S.; FIGLIE, N. B.; LARANJEIRA, R. Maconha. In: FIGLIE, N. B.; BORDIN, S.; LARANJEIRA, R. (orgs.). **Aconselhamento em dependência química**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2010. p. 119-131.
- BRANDT, F. STF decide que ato por legalização de drogas é liberdade de expressão e libera Marcha da Maconha. **UOL Notícias**, Brasília, 15 jun. 2011. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/06/15/stf-decide-que-ato-por-legalizacao-de-drogas-e-liberdade-de-expressao-e-libera-marcha-da-maconha.htm>> Acesso em: 15 dez. 2011.
- BRASIL, **Legislação e Políticas Públicas Sobre Drogas no Brasil**. Brasília, Presidência da República, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2010.
- BUCHER, R.; LUCCHINI, R. **À Procura de uma abordagem interdisciplinar da toxicomania**. In: BUCHER, R. (org.) **Drogas e Drogadição no Brasil**, Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- BURGIERMAN, D. R. **O fim da guerra**: a maconha e a criação de um novo sistema para lidar com as drogas. São Paulo: Leya, 2011.
- CAMARGO, B. V.; BOUSFIELD, A.B.S. Teoria das representações sociais: uma concepção contextualizada de comunicação. In: ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS, M. F. S.; TRINDADE,

Z. A. (orgs.) **Teoria das representações sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2011. p. 433-456.

CARLINI, E. A. A história da maconha no Brasil. **Jornal brasileiro de psiquiatria**. Rio de Janeiro, v. 55, n. 4, 2006.

CARLINI, E.A.; GALDURÓZ, J.C.; NOTO, A.R.; CARLINI, C.M.; OLIVEIRA, L.G.; NAPPO, S.A.; MOURA, Y.G.; SANCHEZ, Z.V.D.M. **II levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo as 108 maiores cidades do país - 2005**. São Paulo: Páginas & Letras, 2007.

COUTINHO, M. P. L.; ARAUJO, L. F.; GONTIES, B. Uso da maconha e suas representações sociais: estudo comparativo entre universitários. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 9, n. 3, Dec. 2004.

DESCARTES, R. **Discurso do método**. São Paulo: Abril Cultura, 1637/1973.

FARACO, C. A. Autor e autoria. In: BRAIT, B. (org.). **Bakhtin: Conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005.

FERREIRA, V. M.; SOUSA FILHO, E. A. **Maconha e contexto familiar: um estudo psicossocial entre universitários do Rio de Janeiro**. Psicologia e Sociedade, Porto Alegre, v. 19, n. 1, Apr. 2007.

FRANCISCETTI, E. A.; ABREU, V. G. O sistema endocanabinóide: nova perspectiva no controle de fatores de risco cardiometabólico. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**. v. 87, n. 4, 2006. p. 548-558.

GABEIRA, F. **A maconha**. São Paulo: Publifolha, 2000.

GARCIA, M. L. T.; LEAL, F. X.; ABREU, C. C. A Política Antidrogas brasileira: velhos dilemas. **Psicologia e Sociedade**, v. 20, 2008.

GOFFMAN, E. **Estigma, notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ª edição, Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GRUPO FOLHA. **Conheça a Folha de S.Paulo**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/conheca_a_folha.shtml>. Acesso em: 20 fev. 2012.

IBAÑEZ, T. Constructing a representation or representing a construction? **Theory and Psychology**, n.4, p.363-81, 1994.

IBAÑEZ, T. O “giro linguístico”. In: IÑIGUEZ, L. (Org.) **Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais**. Petrópolis, Vozes, 2005. p. 19 - 48.

INABA, S. B.; COHEN, W. E. **Drogas: estimulantes, depressores, alucinógenos, efeitos físicos e mentais das drogas psicoativas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

JESUINO, J. C. Um conceito reencontrado. In: ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z. A. (orgs.) **Teoria das representações sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2011. p. 33-57.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (org.). **As Representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e Representações Sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs.) **Textos em representações sociais**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

KALAMPALIKIS, N. L'apport de la méthode Alceste dans l'analyse des représentations sociales. In : ABRIC, J. C. (Org.). **Méthodes d'étude des représentations sociales**. Paris: Érès, 2003. p. 147-163.

KALAMPALIKIS, N.; MOSCOVICI, S. Une approche pragmatique de l'analyse Alceste. **Les Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale**, n. 66, 2005. p. 15-24.

KAPLAN, A. M.; HAENLEIN, M. Users of the world, unite! The challenges and opportunities of social media. **Business Horizons**. New York, v. 53, n. 1. 2010. p. 59-68.

KRISTEVA, J. **História da linguagem**. Lisboa: Edições 70, 1969.

LEFEVRE, F.; SIMIONI, A. M. C. Maconha, saúde, doença e liberdade: análise de um fórum na internet. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 1999.

MACRAE, E. Antropologia: Aspectos Sociais, Culturais e Ritualísticos In: SEIBEL, S. D.; TOSCANO JR, A. (orgs.) **Dependência de drogas**. São Paulo: Editora Atheneu, 2000.

MACRAE, E.; GORGULHO, M. Redução de danos e tratamento de substituição: posicionamento da Rede Brasileira de Redução de Danos. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**. São Paulo, v. 52, n. 5, 2003.

MACRAE, E.; SIMÕES, J. A. A subcultura da maconha, seus valores e rituais entre setores socialmente integrados. In: BAPTISTA, M.; CRUZ, M. S.; MATIAS, R. (orgs.) **Drogas e Pós-Modernidade**: faces de um tema proscrito. Rio de Janeiro: Eduerj, 2003.

MAGALHÃES, M. **O narcotráfico** - (Folha Explica). São Paulo: Publifolha, 2000.

MALCHER-LOPES, R.; RIBEIRO, S. **Maconha, cérebro e saúde**. Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2007.

MARCHA DA MACONHA. **Carta de princípios da marcha da maconha brasil**. Disponível em: <<http://blog.marchadamaconha.org/carta-de-principios-da-marcha-da-maconha-brasil>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

MARCONDES, D. **A pragmática na filosofia contemporânea**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

MARCONDES, D. **Textos básicos de linguagem**: de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

MARKOVÁ, I. **Dialogicidade e representações sociais**: as dinâmicas da mente. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MARQUES, E. **Wittgenstein e o Tractatus**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

MATTELART, A., MATTELART, M. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2012.

MENTE & CÉREBRO. São Paulo: Ed. Duetto, 180, jan. 2008.

MORIGI, V. J. Teoria Social e Comunicação: Representações Sociais, Produção de Sentidos e Construção dos Imaginários Midiáticos. **E-Compós** (Brasília), v. 1, n. 1, 2004, p. 1-14.

MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petropolis: Vozes, 1961/2012.

MOSCOVICI, S. Attitudes and opinions. **Annual Review of Psychology**, 14. 1963. p. 231-260.

MOSCOVICI, S. El campo de la psicologia social. In: MOSCOVICI, S. (ed.). **Psicologia social: influencia y cambios de actitudes, individuos y grupos**. Barcelona: Paidós, 1984.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em Psicologia Social**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOSCOVICI, S.; MARKOVÁ, I. Idéias e seu desenvolvimento: um diálogo entre Serge Moscovici e Ivana Marková. In: MOSCOVICI, S. (Org.), **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes. 2009. p. 305-387.

MOTA, L. A. **Dependência Química e Representações Sociais: Pecado, Crime ou Doença?**. Curitiba: Juruá, 2009.

MOTTA, L. G. **Notícias do fantástico: jogos de linguagem na comunicação jornalística**. São Leopoldo-RS: Unisinos, 2006.

NASCIMENTO, A. R. A.; MENANDRO, P. R. M. Análise lexical e análise de conteúdo: uma proposta de utilização conjugada. **Estudos e pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, 2006.

OLIVEIRA FILHO, P. A psicologia social discursiva. In: CAMINO L.; TORRES, A. R.; LIMA, M. E. O.; PEREIRA, M. E. (Orgs.). **Psicologia social: temas e teorias**. Brasília: Technopolitik, 2011.

OLIVEIRA, D. C. Análise de Conteúdo Temático-Categorial: uma proposta de sistematização. **Revista Enfermagem**. 16(4) UERJ, Rio de Janeiro, 2008. p. 569-576.

OLIVEIRA, D. C.; FISCHER, F. M.; MARTINS, I. S.; TEIXEIRA, L. R.; SÁ, C. P. Futuro e liberdade: o trabalho e a instituição escolar nas representações sociais de adolescentes. **Estudos de Psicologia** (Campinas), 6 (2), Natal, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Neurociência do uso e da dependência de substâncias psicoativas** [tradução Fábio Corregiari]. São Paulo: Roca, 2006.

PERNISA, C.; SANTANA, W. A.. **Comunicação digital: jornalismo, narrativas, estética**. Rio de Janeiro - RJ: Mauad X, 2010.

PINTO, A. E. S. **Folha** - (Folha Explica). São Paulo: Publifolha, 2012.

REINERT, M. **Alceste, une méthode statistique et sémiotique d'analyse de discours:** Application aux "Rêveries du promeneur solitaire". La Revue Française de Psychiatrie et de Psychologie Médicale, v. 05(39), 2001. p. 32-36.

REINERT, M. **Alceste:** Un logiciel d'aide pour l'analyse de discours Notice simplifiée (de la version de base commune aux versions 4.x). 2000.

RIBEIRO, L. A.; SANCHEZ, Z. M.; NAPPO, S. A. Estratégias desenvolvidas por usuários de crack para lidar com os riscos decorrentes do consumo da droga. **Jornal brasileiro de psiquiatria**. Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, 2010.

RODRIGUES, T. M. S. **A infundável guerra americana:** Brasil, EUA e o narcotráfico no continente. São Paulo em Perspectiva, vol.16, n.2, 2002. p. 102-111.

RODRIGUES, T. M. S. Tráfico, guerra, proibição. In: **Drogas e cultura:** novas perspectivas. LABATE, B. C. et al. (Orgs.). Salvador: Edufba, 2008. p. 91-104.

SÁ, C. P. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

SAITO, V. M.; WOTJAK, C. T.; MOREIRA, F. A. Exploração farmacológica do sistema endocanabinóide: novas perspectivas para o tratamento de transtornos de ansiedade e depressão?. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 32, suppl. 1, 2010. p. 57-514.

SANTOS, M. F. S. A teoria das representações sociais. In: SANTOS, M. F. S.; ALMEIDA, L. M. (Orgs.) **Diálogos com a teoria das representações sociais**. Recife: Ed. Universitária da UFPE/Ed. Universitária da UFAL, 2005.

SANTOS, M. F. S.; ACIOLI NETO, M. L.; SOUSA, Y. S. O. **Representações sociais do crack na imprensa pernambucana**. Estudos em psicologia, Campinas, v. 29, n. 3, Sept. 2012.

SANTOS, M. F. S.; ALESSIO, R. L. S.; SILVA, J. M. M. N. Os adolescentes e a violência na imprensa. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 25, n. 3, Set, 2009.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, n. 1, Jul, 2009.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Editora Cultrix, 1995.

SHANNON, C.E.. A mathematical theory of communication. **Bell System Technical Journal**, v.27, 1948. p. 379-423; 623-656.

SOARES, C. **A inclusão social e a mídia:** um único olhar. São Paulo: Cortez, 2009.

SPINK, M. J. P.. **O conceito de representação social na abordagem psicossocial**. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, 1993.

SUPERINTERESSANTE. São Paulo: Ed. Abril, n. 179, ago. 2002.

TAJFEL, H. **Grupos humanos e categorias sociais:** estudos em psicologia social. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

TRIP. São Paulo: Ed. Trip, n. 200, 24 jun. 2011.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **World Drug Report**, 2011. Disponível em: <http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/WDR2011/World_Drug_Report_2011_ebook.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2011.

VALA, J. As representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da psicologia social. **Análise Social**, v. 28. 1993. p. 887-919.

VEJA. São Paulo: Ed. Abril, n. 44, 31 out. 2012.

VELHO, G. A dimensão cultural e a política dos mundos das drogas. In: ZALUAR, A. (org.). **Drogas e cidadania: repressão ou redução de riscos**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.23-30.

WAGNER, W. Queries about social representation and construction. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, 26, 1996. p. 95-120.

WAGNER, W. Social Representations and Beyond: Brute Facts, Symbolic Coping and Domesticated Worlds. **Culture and Psychology**, 4, 1998. p. 297-329.

WAGNER, W.; MECHA, A. On discursive construction, representation and institutions: A meta-empirical study. In: LASZLO, J; WAGNER, W. (Eds.), **Theories and Controversies in Societal Psychology**. Budapest: New Mandate, 2003. p.

WEEDWOOD, B. **História Concisa da Linguística**. São Paulo: Ed Parábola, 2002.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. Tradução: José Carlos Bruni. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

YAHOO RESPOSTAS. **O que é o Yahoo! Respostas?**. Disponível em: <http://br.answers.yahoo.com/info/product_tour;_ylt=Any5wKEg3zK01xkdo1MtJmLF6gt;_ylv=3>. Acesso em: 20 fev. 2012.